

O ENSINO DA MATEMÁTICA ASSOCIADA À APLICABILIDADE DO SOFTWARE GEOGEBRA (SOFTWARE DE MATEMÁTICA).

Leiz Costeira de Moraes¹

RESUMO

Este presente projeto relata o quanto é importante o software Geogebra no processo de ensino-aprendizagem da matemática, em específico na geometria espacial, pois através de estudos, se verificou que este é definido por muitos professores da área como sendo um dos conteúdos mais difíceis de demonstrar aos alunos com o material básico até então disponíveis a eles. Neste estudo foram necessárias a apresentação do Geogebra e a elaboração de planos de aula para exemplificar como este software pode ser um aliado aos professores desta disciplina, possibilitando que os mesmos proporcionem um melhor desenvolvimento do raciocínio dos alunos, incentivando-os também à pesquisa, pois neste software há muitas ferramentas, as quais facilitam a busca por maneiras diferentes de visualizar a mesma figura, despertando assim mais interesse dos professores e dos alunos, tanto no processo de ensino, como na aprendizagem.

Palavras-chaves: Ensino da matemática. Geometria espacial. Geogebra.

ABSTRACT

This present project reports how important the Geogebra software in the teaching and learning of mathematics, specifically in spatial geometry, because through studies it was found that this is defined by many teachers of the area as being one of the toughest contents demonstrate to students with basic equipment previously available to them. This study required the presentation of Geogebra and the preparation of lesson plans to exemplify how this software can be an ally to the teachers of this discipline, enabling them to provide a better development of students' thinking, encourage them to research, because this software there are many tools, which facilitate the search for different ways to view the same figure, thus arousing greater interest of teachers and students, both in the teaching process, as in learning.

Keywords: Mathematics Education. Spatial geometry. Geogebra.

1 INTRODUÇÃO

O GeoGebra é um software livre de manipulação de Geometria e Álgebra no plano (2 dimensões). Seu nome vem da união da GEOMETRIA e da álGEBRA. O intuito deste nosso minicurso é realizar as operações básicas no software, estudando um pouco de cada uma

¹ Prof^o Licenciado Pleno em Matemática pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) – Especialista Lato Sensu em Matemática, Faculdade de Educação Montenegro – Gestão Educacional, Faculdade do Tapajós (FAT) – Educação Especial e Inclusiva, Faculdade Pan Americana (FPA) - Educação Programa Lato Sensu, Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE). Email: leizcmoraes@hotmail.com

dessas duas áreas, bem como realizar construções geométricas simples. O GeoGebra também escreve textos LaTeX, lembrando que seu uso é como ferramenta e não como editor de texto.

Ganhador diversos prêmios na Europa, o GeoGebra é um programa de matemática dinâmica, feito com o intuito de ser utilizado em sala de aula, o qual junta aritmética, álgebra, geometria e cálculo. O GeoGebra possibilita desenho de pontos, vetores, segmentos, linhas, funções, e a alteração dinâmica deles. Também é possível inserir equações e coordenadas diretamente nos gráficos. Além disso, ele consegue lidar com variáveis de números, vetores e pontos, achar derivadas e integrais de funções.

2 MÉTODOS

No geral foram utilizadas pesquisas bibliografias sobre diversos pontos referentes ao processo de ensino-aprendizado nas escolas com as novas tecnologias, em específico o software Geogebra, como aliado dos professores de matemática para o sucesso de uma proposta inovadora de aprendizagem dos conteúdos de figuras geométricas, espaciais e planas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Software geogebra breve histórico

Foi criado por Markus Hohenwarter para ser utilizado em ambiente de sala de aula. O projeto foi iniciado em 2001, na Universität Salzburg, e tem prosseguido em desenvolvimento na Florida Atlantic University. O GeoGebra é capaz de lidar com variáveis para números, pontos, vetores, derivar e integrar funções, e ainda oferecer comandos para se encontrar raízes e pontos extremos de uma função. Com isto, o programa reúne as ferramentas tradicionais de geometria com outras mais adequadas à álgebra e ao cálculo. Isto tem a vantagem didática de representar, ao mesmo tempo e em um único ambiente visual, as características geométricas e algébricas de um mesmo objeto. A partir da versão 5.0 também é possível trabalhar com geometria em três dimensões O programa permite realizar construções geométricas com a utilização de pontos, retas, segmentos de reta, polígonos etc., assim como permite inserir funções e alterar todos esses objetos dinamicamente, após a construção estar finalizada. Equações e coordenadas também podem ser diretamente inseridas. Portanto, o GeoGebra é

capaz de lidar com variáveis para números, pontos, vetores, derivar e integrar funções, e ainda oferecer comandos para se encontrar raízes e pontos extremos de uma função.

3.1.1 Familiarizando com o geogebra.

O GeoGebra tem inúmeras ferramentas que serão úteis na produção de figuras para as aulas expositivas, criação de applet para rodar na internet, execução de sequências didáticas para conteúdo de Matemática do ensino fundamental e médio. Trata-se de um software com cinco áreas de trabalho:

- a) Menu Principal;
- b) Barra de Ferramentas;
- c) Janela de Álgebra;
- d) Comandos
- e) Campo de Entrada



Sem perder o foco dos objetivos contidos nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e nos PPP (Projeto Político Pedagógico) de cada localidade, que se resume na formação de cidadãos. Conforme está explícito no PCN (1998):

Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, onde progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (BRASIL, 1998, p. 1).

Com o intuito de desempenhar com sucesso as propostas contidas nos PCN é que muitos professores, inclusive de matemática, aderiram a utilização de diversos recursos nas suas didáticas, já que o ensino da matemática é visto por muitos profissionais da área como um grande desafio, pois nem todos os conteúdos são de fácil apresentação e entendimento com a utilização da lousa.

3.2 O professor de matemática e a utilização do geogebra no ensino aprendido da matemática

Bicudo (1999) mostra uma nova realidade que é encontrada nas escolas paranaenses com o advento de equipamentos de informática. Essa nova fase pode ser encarada como um

momento de evolução tecnológica, que poderá trazer vários benefícios para a inclusão digital, socialização de programas educacionais e enriquecimento. Diante do contexto atual das escolas públicas, onde o governo fez investimentos na área da informática em favor da melhoria da educação e a falta de preparo dos professores em lidar com essa situação é de grande importância que seja ofertado um mini curso aos professores da Educação Básica, da rede pública de ensino, com um número limitado de vagas, com as seguintes propostas: o conhecimento e a utilização do software educativo GeoGebra como alternativa para as aulas de matemática através de estudos e construções geométricas planas.

Segundo Papert (1985), o uso do software Geogebra, objeto de estudos no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), poderá propiciar por meio de suas ferramentas, a execução de atividades matemáticas, dando condições necessárias para que diminua a distância do professor com o computador de modo que se sinta à vontade no manuseio e não ameaçado por esta tecnologia, abordando possibilidades e limitações do uso de softwares no ensino da matemática, estimulando a utilização dos computadores na prática docente para enriquecer ambientes de aprendizagem e auxiliar o professor e o aluno no processo de construção do conhecimento.

Segundo Piaget (1996), propõe uma reflexão necessária para valorizar sempre o trabalho da sala de aula, ou seja, o software GeoGebra é apenas um instrumento alternativo na prática pedagógica e poderá conferir maior precisão e rapidez em determinadas ações. Esse recurso tecnológico tem como objetivo levar os alunos a compreenderem suas construções geométricas assegurando-lhes os conhecimentos já adquiridos em sala de aula e a promover novas descobertas. O estudo de função é relevante porque não se resume apenas aos interesses da matemática, mas colocado em prática em outras ciências, como a física e a química. Na matemática, o estudo de funções polinomiais é dividido, sobretudo em:

- Características, tipos e elementos de uma função.
- Função do primeiro grau.
- Função do segundo grau.
- Função exponencial.

Nem sempre se observa, mas o contato com as funções ocorre o tempo todo no nosso dia a dia, por exemplo: ao assistir ou ler um jornal, muitas vezes se vê um gráfico, que nada mais é que uma relação / comparação de duas grandezas ou até mesmo uma função, mas representada graficamente. Para que esse gráfico assuma forma é primordial que essa relação / comparação seja representada em uma função na forma algébrica. Para iniciar o estudo de

função é preciso o conhecimento de equações, pois todo o desenvolvimento algébrico de uma função é resolvido através de equações. Para a introdução do ensino de funções os Parâmetros Curriculares Nacionais destacam:

Tradicionalmente o ensino de funções estabelece um pré-requisito o estudo dos números reais e de conjuntos e suas operações, para depois definir relações e a partir daí identificar as funções como particulares relações. Todo esse percurso é, então, abandonado assim que a definição de função é estabelecida, pois para análise dos diferentes tipos de funções todo o estudo relativo a conjunto é desnecessário. Assim, o ensino pode ser iniciado pela noção de função para descrever situações de dependência entre duas grandezas, o que permitiu o estudo a partir de situações contextualizada, descritas algébricas e graficamente (BRASIL, PCN, 2002, p.121).

Ao contemplar esse conteúdo, nota-se que se deve enfatizar o conceito de função, suas propriedades, a linguagem algébrica, a interpretação gráfica, bem como sua aplicação. Quanto ao ensino de casos especiais de funções os parâmetros curriculares destacam: “O ensino, ao deter-se nos estudos de casos especiais de funções, não deve descuidar de mostrar que o que está sendo aprendido permite um olhar mais crítico e analítico sobre as situações descritas” (BRASIL, PCN, 2002, p. 121).

À necessidade do domínio de metodologias de ensino, por parte do professor. Não basta a este profissional dominar apenas o uso da informática educativa. Ele precisa aprender a fazer o planejamento pautado nas possíveis dificuldades dos alunos com relação ao tema da aula.

Esse planejamento precisa contemplar também a mediação do professor durante a aula, no sentido de favorecer aos alunos momentos em que possam apresentar suas soluções para eventuais discussões.

3.3 O aluno e geogebra

De acordo com BORGES NETO (1999) os aspectos se fazem muito importantes de serem levados em consideração nesse contexto. Chamar a atenção para o fato de que o professor não deve achar que por ficar utilizando esse ou aquele software consegue resolver boa parte dos seus problemas que estão intimamente ligados à motivação dos alunos para a Matemática e a dificuldades que estes sentem em estudá-la. É preciso que o professor admita que necessite estudar para utilizar essa ferramenta como suporte eficiente e eficaz às suas aulas. Com o apoio do software Geogebra essa linguagem científica da Matemática pode fazer maior sentido para o aluno quando este, por exemplo, constrói no plano cartesiano uma reta,

nela marca dois pontos quaisquer e utiliza o comando reflexão de um ponto em relação ao outro. O aluno vê surgir na reta um ponto oposto em relação àquele marcado anteriormente. É possível identificar que a distância entre os pontos é a mesma. No quadro-negro, o máximo que o professor pode fazer é desenhar um ponto oposto ao primeiro e equidistante ao segundo, e torcer para que o aluno entenda e acredite nisto. Esse conhecimento é simples, mas serve de base a outros, como ponto médio e simetria, por exemplo.

Este software, de acordo com (BRASIL, 2001, p. 37), pela sua aplicabilidade no trabalho com desenho geométrico utilizando o computador como multimeio de ajuda na aprendizagem, por ser um potente instrumento para trabalhar conteúdos de matemática tais como: geometria, cálculo, álgebra e pela facilidade de se trabalhar com um software com comandos simples de fácil manejo, onde os alunos mesmo não sendo usuários de informática não encontrarão dificuldades para desenvolver trabalhos e construir conhecimentos da referida disciplina. O trabalho deve ser realizado com alunos de uma turma da oitava série de ensino fundamental, em aulas geminadas, anteriormente trabalhadas em sala as noções básicas do conteúdo, utilizado para isso os meios tradicionais de ensino (livros didáticos, quadro de giz etc.). Dentro desta perspectiva de trabalho objetivamos que, os alunos ao trabalharem estes conteúdos possam verificar e visualizar na prática os conceitos matemáticos vistos anteriormente na teoria e desenhos na lousa.

Um grupo, composto por 24 alunos, é considerado pelos professores como uma equipe que apresenta problemas de comportamento e de aprendizado. O ideal é formar equipes de dois alunos onde podem ser observados os caminhos percorridos e as produções realizadas em cada computador. O trabalho pode ser dividido em três partes:

A apresentação dos comandos do software aos alunos e exploração aleatória para que estes possam se ambientar sua interface gráfica. Em segundo momento formular alguns exercícios de forma orientada, onde eles possam observar os resultados.

E por último apresentar algumas atividades, descritos abaixo, sobre o conteúdo estruturante funções, onde eles além das construções propostas possam responder algumas questões sobre o assunto.

Atividade 1: Pontos no plano cartesiano.

O objetivo desta atividade é familiarizar o aluno com o programa, localizando pontos no plano cartesiano, a partir das coordenadas.

Atividade 2: Gráfico de função afim.

Esta atividade tem como objetivos:

- Identificar relações entre duas grandezas variáveis;
- Visualizar o valor de x que anula a função definida por $y=ax+b$;
- Visualizar os valores de x para os quais a função definida pela equação positiva ou nula.

Atividade 3: Gráficos da função quadrática

Esta atividade tem os seguintes objetivos:

- Visualizar os zeros da função quadrática;
- Associar os zeros de uma determinada função às abscissas dos pontos onde a parábola intersecta o eixo x ;
- Determinar o ponto de mínimo ou ponto de máximo de uma determinada função quadrática;
- Visualizar os valores de x para os quais a função quadrática dada é crescente e decrescente.

3.4 O geogebra como requisito da disciplina de matemática: possibilidade e desafios.

Ainda segundo Hebenstreint (1987, *apud* BORTOLOTTI, 2008): “O computador permite criar um tipo de objeto – os objetos ‘concreto-abstratos’. Concretos porque existem na tela do computador e podem ser manipulados; abstratos por serem tratamentos de realizações feitas a partir de construções mentais”.

Para Hebenstreint (1987) o computador pode proporcionar alguns benefícios para o ensino da matemática, mas, para que isso aconteça é necessária a escolha de um software que apresente características adequadas à proposta pedagógica, além de uma boa interface no intuito de atrair o interesse dos alunos. O interesse em propor um trabalho que envolva a utilização de recursos computacionais no ensino de matemática é motivado pelos baixos índices de aproveitamento que em geral são apresentados nessa disciplina.

Procedemos assim, com a seleção de um software que se ajustasse às nossas necessidades para auxiliar-nos no ensino de geometria. Decidimos pela utilização do software Geogebra um software de geometria dinâmica que agrega qualidades de um bom software de geometria.

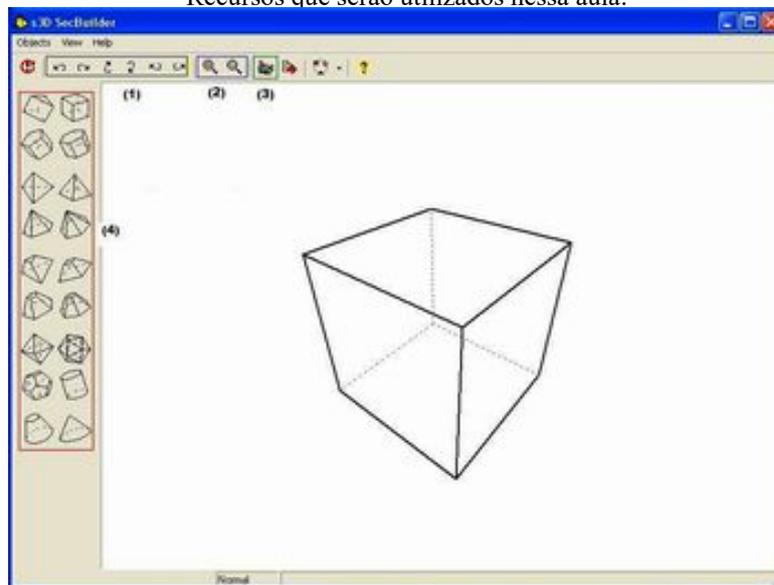
O Geogebra possui características pedagógicas como facilidade de uso e é um software de distribuição gratuita. É baseado em linguagem Java e funciona nas plataformas (Linux, Windows e Macintosh), possui ainda ferramentas para a manipulação de elementos

geométricos, e permite inserir coordenadas e equações sendo ao mesmo tempo um software de geometria e álgebra.

3.5 Geometria espacial com o geogebra

Baseado em Silva (2011), Brasil Escola, o Professor de matemática, Kauby Santos publicou em seu blog:

Recursos que serão utilizados nessa aula:



Fonte: Imagem do Autor

(1) Rotação do sólido:

Opções: Para a esquerda / Para a direita / Para cima / Para baixo / Girar para a esquerda e direita em torno do seu próprio eixo;

(2) Zoom;

(3) Opção para rotacionar o software automaticamente, isto é, apertando-a o sólido geométrico gira sem o auxílio do usuário e só para com um novo clique nessa opção;

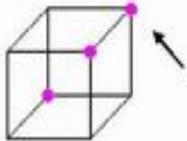
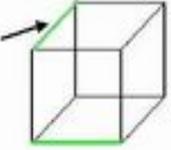
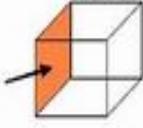
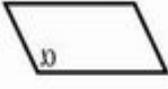
(4) Sólidos geométricos. Para desenhá-los é preciso clicar no sólido e em seguida na área branca do software.

Recomenda-se que o professor reserve 15 minutos da aula para explicar aos alunos como manipular o software S3D Secbuilder.

3.5.1 Descrição da atividade:

O professor deverá estabelecer juntamente com a turma uma analogia entre os elementos do poliedro: vértice, aresta e face com as noções primitivas de ponto, reto e plano, respectivamente.

Para isso, ele poderá mostrar aos alunos, por exemplo, a ponta de uma caneta e perguntá-los se refere-se ao ponto, a reta ou ao plano, verificada a relação da ponta da caneta com o ponto, o professor deverá estabelecer que o vértice se assemelha ao ponto. Para os outros elementos e utilizando a mesma estratégia, o professor poderá mostrar o comprimento da caneta e a superfície do quadro branco. Essas analogias podem ser registradas no quadro branco da seguinte forma:

<p>Vértice</p>  <p>3</p>	<p>Ponto</p>  <p>1</p>	<p>Ponta da caneta</p>  <p>1</p>
<p>Aresta</p>  <p>6</p>	<p>Reta</p>  <p>2</p>	<p>Comprimento da caneta</p>  <p>4</p>
<p>Face</p>  <p>6</p>	<p>Plano</p>  <p>8</p>	<p>Superfície do quadro branco</p>  <p>7</p>

Fontes: Imagens 1 e 4: <http://padilhaverde.blogspot.com/2009/12/o-misterio-das-canetas-bic.htm>

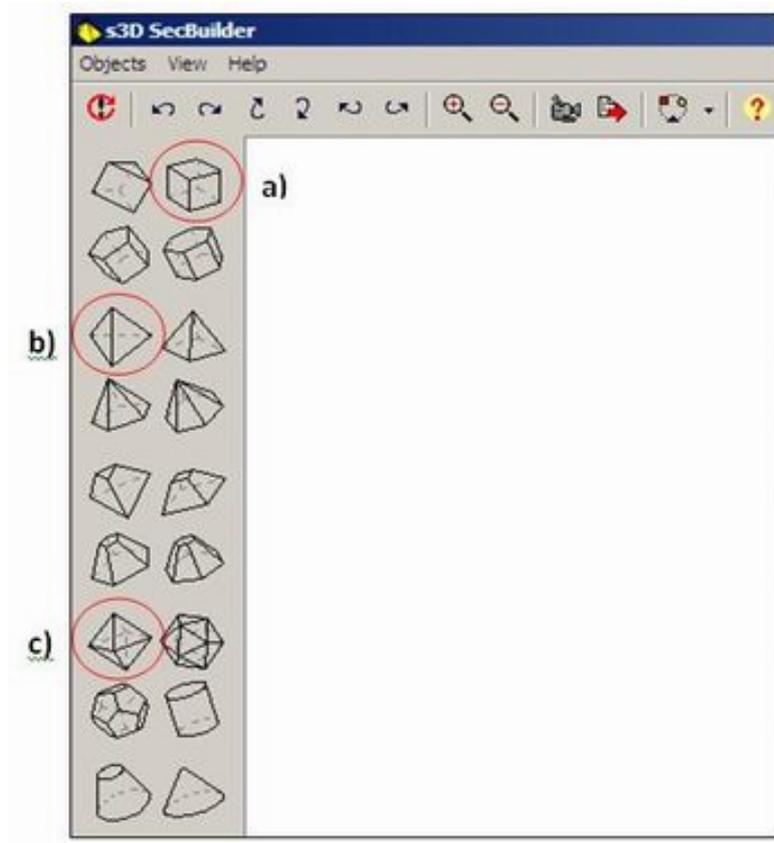
Imagens 3,6 e 9: <http://www.brasilecola.com/matematica/poliedros.htm>

Imagens 2, 5, 7 e 8: Imagens do autor

E em seguida, com os alunos organizados em duplas, o docente deverá propor a seguinte atividade:

Preencha o campo de cada linha da tabela, seguindo as instruções a seguir:

1) Utilizando o software S3D Secbuilder, desenhe cada um dos sólidos destacados na figura abaixo (o professor poderá fazer um esboço dessa figura no quadro branco para que os alunos visualizem quais sólidos devem desenhar)



Fonte: Imagem do Autor

2) Ao desenhar cada sólido, manipule-o (ver opções (1), (2) e (3) do campo ORIENTAÇÕES QUANTO AO USO DO SOFTWARE), identifique o número de vértices, arestas e faces de cada um deles e registre os dados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo foi possível verificar que com o software Geogebra é possível mudar este processo de ensino aprendido da matemática, em específico na geometria espacial, pois o aluno tem outras maneiras de visualizar as figuras apresentadas. Também há grande possibilidade dos alunos que tiverem aulas através deste software de se tornarem pesquisadores, pois é uma oportunidade de eles fazerem conjecturas, análises, testes e terem as suas próprias conclusões dos conteúdos explorados com o Geogebra. Muitas vezes há uma troca de conhecimentos entre os alunos e os professores, pois existem muitos alunos atualizados com as novas tecnologias, por outro lado professores que ainda não adquiriram conhecimentos tecnológicos, mas isto não é tão relevante, basta ambos estarem dispostos para

esta troca de conhecimentos. Assim como em qualquer programa, com o Geogebra tem que se preocupar para que os alunos não percam o foco da aprendizagem ao utilizarem-no, mas cabe ao professor como mediador, orientá-los para que estes visualizem os objetivos e possam usufruir esta ferramenta a seu favor.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: Matemática. Brasília: MEC / SEF, 1998. CDU: 371.214. Disponível em: <http://www.4shared.com/web/preview/doc/2ONGVBZL>. Acesso em: 18/04/2021.
- BICUDO, M. A. Pesquisa em Educação Matemática: **Concepção & Perspectivas**. São Paulo/SP: Unesp, 2020.
- BORGES NETO, H. CUNHA, F. G.; LIMA, I. P. A Sequência Fedathi como proposta metodológica no ensino-aprendizagem de Matemática e sua aplicação no ensino de retas paralelas. **GT 19: Educação Matemática – EPENN**, São Luís/MA, 2001.
- BORTOLOTTI, N. **O Computador e a Disciplina da Matemática**. (Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria Estadual de Educação) – Universidade Estadual de Londrina. 2008.
- CAVALCANTE, N. I. dos Santos. **O Ensino de Matemática e o Software GeoGebra: Discutindo Potencialidades Dessa Relação Como Recurso Para o Ensino de Funções**. Disponível em: <http://www.sbempb.com.br/anais/arquivos/trabalhos/RE-12419073.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- PAPERT, S. **A máquina das Crianças: Repensando a Escola na Era da Informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- BRUN, J. **Didáctica das matemáticas**. Tradução de Figueiredo, M. J. Lisboa/Portugal: Instituto Piaget, 1996.
- SILVA, M. N. P. Da. **"Poliedros"**; Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilecola.com/matematica/poliedros.htm>. KAUBYSANTOS.blogspot.com.br/2011/10/geometria-espacial-com-o-geogebra. Acesso em 03 abr. 2021.

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE HIPERTENSÃO NA POPULAÇÃO DO POVOADO DE AREIA BRANCA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA-AL

Evaluation of the index of hypertension in the population of the village of Areia Branca in the municipality of Santana do Ipanema-AL

Cícero da Silva dos Santos
Jaciarina França Balbino dos Santos
Sebastião da Rocha França
Delma Holanda de Almeida

RESUMO

A hipertensão é uma doença crônica e não infecciosa popularmente chamada de “pressão alta” e, age de maneira silenciosa. Muitas pessoas tornam-se hipertensas antes dos 60 anos, provocando diversos problemas à saúde, como Acidente Vascular Cerebral (AVC), infartos e doenças cardiorrespiratórias. Nesta perspectiva o presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento dos hábitos de vida em indivíduos hipertensos e não hipertensos com idade entre 40 e 70 anos e identificar através de todas as respostas obtidas o que está levando as pessoas a serem hipertensas tão cedo. A pesquisa foi realizada no povoado Areia Branca e sítios vizinhos do município de Santana do Ipanema. O instrumento de coleta de dados foi um questionário construído com base nos fatores de risco para a hipertensão, buscando informações em relação aos hábitos de vida desses indivíduos, bem como seu grau de conhecimento quanto à importância de tais fatores para o controle da doença. A amostra foi construída por 100 indivíduos de ambos os sexos, sendo 50 hipertensos e, 50 não hipertensos. Os critérios de análises dos dados colhidos foram incluídos em planilha no Excel, para uma melhor compreensão. Os resultados obtidos constataram que há fatores que pode ocasionar a doença, mas dentre os que foram colocados na planilha podemos destacar alguns mais relevantes entre eles o alto consumo de sal, o excesso de cafeína, e a ingestão de bebidas alcoólicas com frequência, além disso a falta de exercícios físicos também é um fator contribuinte.

Palavras- chave: Hipertensão; Fatores; Consequências.

ABSTRACT

Hypertension is a chronic and non-infectious disease popularly called “high blood pressure” and acts silently. Many people become hypertensive before age 60, causing several health problems, such as cerebrovascular accident (CVA), heart attacks and cardiorespiratory diseases. In this perspective, the present work aimed to carry out a survey of the lifestyle habits of hypertensive and non-hypertensive individuals aged between 40 and 70 years and identify through all the answers obtained what is causing people to be hypertensive so early. The research was carried out in the Areia Branca village and neighboring sites in the municipality of Santana do Ipanema. The data collection instrument was a questionnaire built based on risk factors for hypertension, seeking information regarding these individuals' lifestyle habits, as well as their level of knowledge about the importance of such factors for disease control. The sample was built by 100 individuals of both sexes, 50 hypertensive and 50 non-hypertensives. The analysis criteria of the collected data were included in an Excel spreadsheet, for a better understanding. The results obtained showed that there are factors that can cause the disease, but among those that were placed in the spreadsheet, we can highlight

some that are more relevant, including high salt consumption, excess caffeine, and frequent alcohol intake, in addition to lack of exercise is also a contributing factor.

Key words: Hypertension; Factors; Consequences.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a hipertensão é um dos maiores problemas de saúde pública, popularmente chamada de “Pressão Alta” ela é uma doença crônica e não infecciosa. A elevação prolongada da pressão arterial lesiona os vasos sanguíneos por todo o corpo, provocando espessamento e perda de elasticidade das paredes arteriais e aumento da resistência vascular periférica nos vasos acometidos. (POTTER e PERRY, 2001; SMELTZER e BARE, 2006 apud RIBEIRO e ARAÚJO, [200-]). Segundo Varellas (2017) apresentando sintomas apenas em fases muito avançadas ou quando ocorre aumento repentino e exagerado, agindo dessa forma de maneira silenciosa.

Na antiguidade bem antes de Cristo. “Os antigos egípcios já tinham conhecimento sobre a origem da pulsação e da função de bombeamento do coração. A observação do pulso vascular é muito antiga enquanto a obtenção da pressão arterial só ocorreu séculos mais tarde.” (KOHLMANN; KOHLMANN JR, 2011, p. 6). Segundo Andrade Lima e Smithfield (1986 apud LUNA, 1999, p. 6) a primeira medida experimental da pressão arterial foi feita em um cavalo, em 1711, por Stephen Halles, na Inglaterra. Em seres humanos o registro que se tem, é que a primeira medição acurada da pressão arterial aconteceu no ano de 1856, durante um ato cirúrgico por J. Faivre. (BOOTH J. 1977 apud INTROCASO, 1998, p. 79).

A hipertensão “é um dos principais fatores de risco para as doenças cardiovasculares, que na última década representaram as principais causas de mortalidade em todo o mundo” (SILVA; OLIVEIRA; PIERIN, 2016, p. 52).

Com o aumento do consumo das famílias brasileiras, antes da crise econômica que assolou o país, a alimentação das pessoas ficou fora dos padrões de saúde. Isso levou a vários problemas como, colesterol alto, diabetes e, o número maior de pessoas hipertensas. Dados do VIGITEL (sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico), em 2016 o número de pessoas que foram diagnosticadas por hipertensão foi de 25,7%, comparado com 2006 que era de 22,5% se teve um aumento de 14,2% (BRASIL, 2016). No povoado Areia Branca no município de Santana do Ipanema, foi constatado pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) o índice muito alto de pessoas acima de 40 anos de idade com hipertensão. Com esse aumento de pessoas com hiperdia, a secretaria

municipal de saúde do município, ainda não chegou à conclusão de que, ou qual fator pode causar precocemente a hipertensão.

As campanhas de saúde veem sendo feitas para orientar as pessoas a terem hábitos de alimentação saudáveis, garantindo uma melhor qualidade de vida. Tendo aumentado o número de pessoas hipertensas, seria necessário um estudo, voltado para melhorar os conceitos revolucionários que possam conscientizar a população a terem uma boa saúde e bem-estar social. Sendo assim, o primeiro passo é instruir, orientar e incentivar práticas de esportes físicos como, caminhada, academia, alimentação saudável etc. Nesses termos alcançaremos que todos tenham melhor qualidade de vida.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar nos casos diagnosticados de hipertensão o estilo de vida do grupo estudado, além de elencar os riscos e complicações que a hipertensão pode trazer para a vida das pessoas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A hipertensão arterial é um importante fator de risco para doenças decorrentes de aterosclerose e trombose, que se exteriorizam, predominantemente, por acometimento cardíaco, cerebral, renal e vascular periférico. É responsável por 25 e 40% da etiologia multifatorial da cardiopatia isquêmica e dos acidentes vasculares cerebrais, respectivamente (FUCHS, DUNCAN 2004).

Para Almeida, Lima e Costa (2003 e 2009) no Brasil, as doenças cardiovasculares são responsáveis por 33% dos óbitos com causas conhecidas. Além disso, essas doenças foram a primeira causa de hospitalização no setor público, entre 1996 e 1999, e responderam por 17% das internações de pessoas com idade entre 40 e 59 anos e 29% daquelas com 60 ou mais anos.

Com base na constatação do ritmo crescente das doenças crônicas não transmissíveis na infância e na adolescência, a OMS vem propondo, desde 2004, a adoção da Estratégia Global em Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, que tem como objetivo reduzir os fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis associadas a uma alimentação pouco saudável e aos baixos níveis de atividade física (WORLD HEALTH ORGANIZATION 2003). Diante disso, o sistema de saúde tem se organizado na tentativa de viabilizar intervenções voltadas para a promoção de um estilo de vida saudável, utilizando a escola como um dos espaços estratégicos para o diagnóstico, assim como para o incentivo à

formação de hábitos alimentares saudáveis e à prática de atividades físicas regulares. Trata-se de uma iniciativa que foi adotada pelo Ministério da Saúde do Brasil, constituindo uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do país (MINISTÉRIO DA SAÚDE 2000).

Nos países desenvolvidos, Collins (1990) têm-se observado diminuição da mortalidade e melhora dos níveis de saúde mediante o controle da hipertensão arterial. Desta forma, a elaboração de medidas com o objetivo de modificações de vida e controle terapêutico é necessária para diminuição dos níveis da doença. A existência de dois estudos de base populacional na cidade de Pelotas possibilitou se verificar a tendência da doença. Portanto, sugere-se estudo específico de prevalência de hipertensão arterial nas faixas etárias mais jovens.

Existem poucos estudos no Brasil e no mundo que descrevem índices de adesão entre os pacientes hipertensos. Os estudos muitas vezes não são comparáveis, por abordarem diferentes perfis de indivíduos e utilizarem diferentes métodos para identificar a adesão. Nos últimos anos, a adesão terapêutica tornou-se um dos maiores problemas enfrentados na prática médica pela sua complexidade. Cerca de 40% a 60% dos pacientes não fazem uso da medicação prescrita (HIGGINS 2004).

Giorgi (1985), em estudo realizado na Liga de Hipertensão Arterial do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HC-FMUSP), na década de 1980, verificou-se que 33,5% dos pacientes compareciam a apenas uma consulta, sendo pior a adesão dos mais jovens do sexo masculino. Após dez anos, havendo um médico fixo para cada paciente, a taxa de abandono reduziu-se para 25%, mas apenas 41% dos pacientes compareceram a quatro consultas previstas (KRASILCIC 1996).

3 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa aplicada de caráter exploratório e descritivo. A pesquisa foi realizada em junho de 2017, no povoado Areia Branca e sítios circunvizinhos, localizado no sentido leste da cidade de Santana do Ipanema Alagoas, e na fronteira com o município de Dois Riachos – AL.

Participaram da pesquisa um total de 100 (cem) pessoas, sendo 50 (cinquenta) hipertensas e 50 (cinquenta) não hipertensas, utilizando-se como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado com o total de 22 perguntas abordando questões

como: hábitos de vida, atendimento médico, stress, se tem insônia, se pratica ou não exercícios físicos, se faz uso de drogas lícitas como, cigarros e bebidas alcoólicas respondendo SIM (S) ou NÃO (N). Para a fundamentação teórica foi realizada um levantamento bibliográfico através de artigos na base de dados do google acadêmico. Os dados foram analisados e organizados em tabelas e gráficos no para uma compreensão mais clara dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A tabela abaixo, demonstra as respectivas perguntas feitas ao público da presente pesquisa. Na tabela abaixo, dos 100 entrevistados, 50 são hipertensos e os outros 50 não hipertensos.

Tabela 1 – Questionário aplicado ao público estudado

RESPONDERAM SIM AOS QUESTIONAMENTOS	50 HIPERTENSOS	50 NÃO HIPERTENSOS
1 Consome bebida alcóolica	11	39
2 Fumantes	4	35
3 Portador de doenças crônicas	5	10
4 Diabéticos	8	6
5 Faz acompanhamento médico anualmente?	24	48
6 Fez algum exame nos últimos seis meses?	10	22
7 Faz uso de medicamento contínuo	20	22
8 Alimenta-se bem?	22	42
9 Leva uma vida estressante dia adia	10	24
10 Quando se estressa, faz uso de algum tipo de droga?	4	4
11 Já teve alteração na pressão arterial?	14	8
12 Teve alguma internação nos últimos seis meses?	4	1
13 Consome muito café?	12	23
14 Pratica exercícios físicos?	12	12
15 Acha-se acima do peso?	10	14
16 Consome muitas carnes vermelha?	10	12
17 Faz uso adequado de sal?	20	24
18 Procura o PSF ao menos uma vez no ano?	12	33
19 Já teve infarto?	2	3
20 Já teve AVC?	1	0
21 Tem orientação dos riscos da hipertensão?	16	22
22 Tem cansaço?	2	1

Fonte: Autores 2021

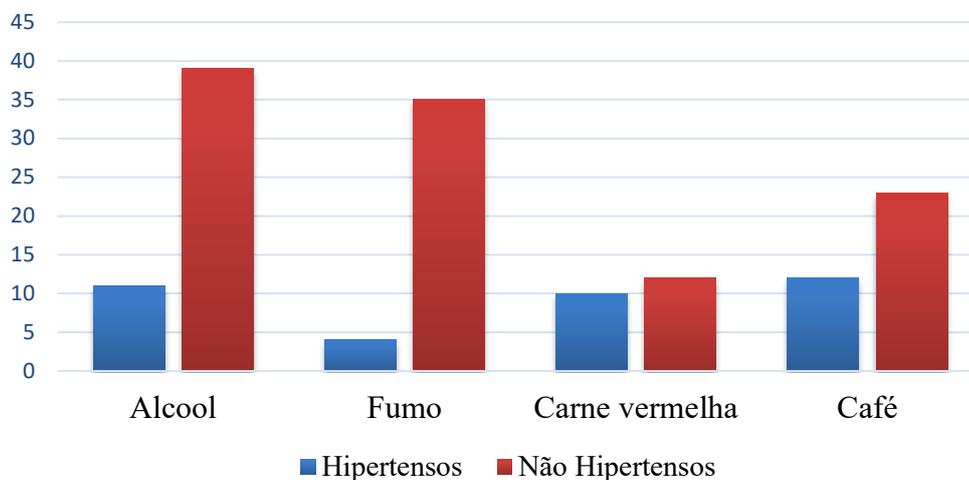
Para uma análise melhor o gráfico abaixo demonstra a quantidade de pessoas não hipertensas que consomem álcool, fumam, consome café e carne vermelha, os resultados são

superiores aos que já são hipertensos. Porém, percebe-se com relação aos hipertensos, que nem todos seguem as orientações médicas, os cuidados que deveriam tomar para garantir uma melhor qualidade de vida.

Como demonstra os dados na tabela acima, 39 das 50 pessoas hipertensas entrevistadas, ou seja, 78% consomem bebidas alcoólicas. Pinheiro (2017) diz que o consumo diário de álcool de mais de 2 copos de vinho ou 2 copos de cerveja, ou o equivalente em álcool de qualquer outra bebida, aumenta em 2x o risco de hipertensão.

O café e o fumo são dois vilões que colocam em risco a saúde da população. Geralmente, o fumante busca o famoso “cafezinho”, nas situações estressantes como mostra a (tabela 3) onde 48% dos não hipertensos acabam se estressando no dia a dia. Apesar da minoria de ambos os entrevistados responderem que não faz uso de algum tipo de droga, mas o cigarro é uma droga não ilícita como a maconha, ela é lícita. Porém a nicotina, substância presente nos mesmos segundo Vieira (2013) age no sistema cardiovascular fazendo elevar a pressão arterial.

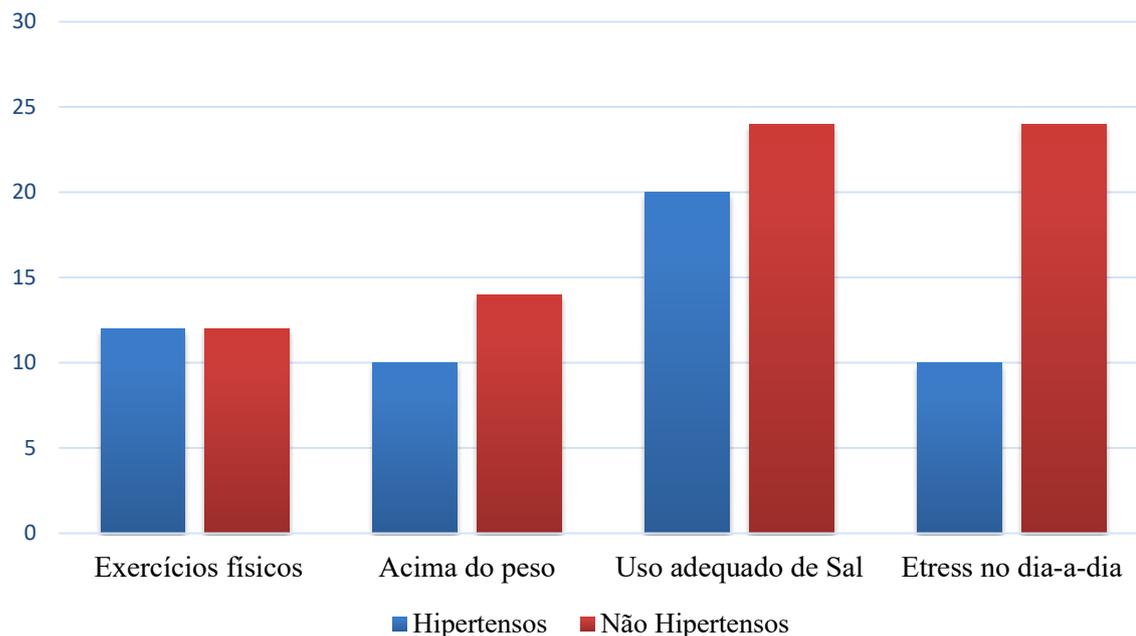
Gráfico 1 – Consumo de álcool, café, carne vermelha e uso do cigarro entre hipertensos e não hipertensos.



Fonte: Autores 2021.

A carne branca é mais consumida pela população entrevistada, porém a carne vermelha permanece no cardápio. A carne vermelha contém mais gorduras saturadas que a carne branca; assim, seu consumo também não deve ser exagerado. Essas gorduras saturadas aumentam a liberação de substâncias vasoconstritoras no sangue, como mostra em Silva e Souza (2004) que essas substâncias podem resultar no aumento da pressão pelo menos agudamente.

Gráfico – 2 Fatores de risco que a longo prazo pode trazer prejuízos para hipertensos e não hipertensos



No gráfico acima temos a relação dos entrevistados e, é alarmante ver que apesar de termos certo resultado positivo entre os hipertensos e não hipertensos que responderam SIM para o uso adequado do sal, na (tabela 4) mostra que infelizmente 60% dos hipertensos e 52% dos não hipertensos disseram que são chegados a uma comida bem temperada (com sal). Segundo PINHEIRO (2017) as pessoas que ingerem mais de 6g de sal por dia (ou 2,3g sódio) apresentam maior risco de terem pressão alta.

Nem todos tem o hábito de praticar exercícios físicos e, aos que responderam positivamente, estes, fazem caminhada e alguns relataram andar de bicicleta, mas, não é com frequência. Logo, o sedentarismo de alguns somados a alimentação não saudável, fazem com que fiquem acima do peso e, estes são fatores que levam as pessoas a hipertensão.

É recomendável a prática de exercícios físicos, pois são um dos fatores importantes na qualidade de vida de ambas as partes, tanto hipertenso como não hipertenso. Segundo Ferreira e Bragaria (2011) os exercícios sugeridos devem ser predominantemente aeróbios como, caminhar, correr, nadar, pedalar e dançar, com intensidade de leve a moderada.

Outro fator que preocupa é a falta de informação sobre os problemas de saúde que a hipertensão pode causar ao paciente doente, na (tabela 3) cerca de 32% dos hipertensos pesquisados tem o conhecimento sobre a doença e na (tabela 4) 56% dos que não são hipertensos não tem orientação adequada sobre a doença, levando uma vida de modo

arriscado quando diz respeito a hipertensão. Os hipertensos que procuram a o PSF são 24%, um percentual pequeno, onde todos tem que procurar a Unidade Básica de Saúde.

Sobre infarto na (tabela 3) 4% dos que tem hipertensão responderam que já tiveram um começo de infarto e o mais preocupante é que, um percentual maior dos não hipertensos 6% responderam já terem tidos o mesmo problema. Já os que tiveram AVC são 2% dos hipertensos e 0% dos que não são hiperdia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, com esses resultados obtidos, podemos afirmar que são vários fatores agregados que contribui para a hipertensão, como o alto consumo de bebidas alcoólicas, uso indevido do sal, o uso do cigarro, o consumo de carne vermelha, a falta de exercícios físicos, consumo exagerado do café, má alimentação, entre outros fatores.

O stress também está incomodando as pessoas hipertensas no que diz respeito à boa qualidade de vida, ocasionando futuramente diabéticas e doenças crônicas como colesterol, e insuficiência renal.

Em seguida outro fator preocupante é a falta de orientação aos que ainda não são hiperdia, levando essas pessoas a modo de precaução erronia. A falta exercício físico também vem aumentando o número de pessoas acima do peso, levando mais tarde adquirirem a doença em questão.

Podemos afirmar através de outras pesquisas já feitas, que para minimizar esses casos de pressão alta, a população precisa mudar seus hábitos alimentares, físicos e ter mais informação da consequência que pode causar caso seja ou não hipertenso. Estratégias de intervenção constantes devem ser desenvolvidas, incentivando as pessoas a mudanças no estilo de vida e tratamento adequado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FF, BARRETO SM, COUTO BR, STARLING CE. Predictive factors of in-hospital mortality and of severe perioperative complications in myocardia revascularization surgery. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia** 2003, n. 80, v. 01, p. 41-60.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VIGITEL BRASIL 2016**. Disponível em: <http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/17/Vigitel.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2017. 44 slides. Apresentação em Power-point.

COLLINS R, Peto R, MACMAHON S, HEBERT P, FIEBACH N, EBERLEIN KA, et al. Blood pressure, stroke, and coronary heart disease. Part 2, short-term reductions in blood pressure: overview of randomised drug trials in their epidemiological context. **Lancet**. 1990, n. 335, p. 827-38.

FERREIRA, D; BAGNARA, I.C. A importância da atividade física para indivíduos hipertensos. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, Año 16, n. 155, abr. 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd155/atividade-fisica-para-individuos-hipertensos.htm>. Acesso em: 04 jul. 2017

FUCHS FD. Hipertensão arterial sistêmica. In: DUNCAN BB, SCHMIDT MI, GIUGLIANI ERJ, et al. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseada em evidências**. Porto Alegre: Artmed; 2004. p.641-56.

GIORGI DM, MION JR. D, MARCONDES MM, et al. Aderência ao tratamento em hipertensão arterial: influência de variáveis estruturais estratégias que visam a sua melhoria. **Rev Bras Med** 1985, n. 4, p.167-76.

HIGGINS N, REGAN C. A systematic review of the effectiveness of interventions to help older people adhere to medication regimes. **Age and Ageing** 2004, n; 33, v. 3. P. 224-9.

INTROCASO, L. Aspectos históricos da hipertensão: História da medida da pressão arterial. Brasília. **Hiper Ativo**, v. 5, n. 2, p. 79-82, abr./jun. 1998. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/5-2/asphiship.pdf>. Acesso em 23 mai. 2017.

KOHLMANN, N.E.B.; KOHLMANN JR. O. Histórico e perspectivas da medida da pressão arterial. **Revista Hipertensão: Órgão de divulgação científica da Sociedade Brasileira de Hipertensão**. São Paulo. SBH, v. 14, n. 2, p. 5-13, set./out. 2011. Publicação trimestral. Disponível em: http://www.sbh.org.br/pdf/2012_2.pdf. Acesso em 23 mai. 2017.

KRASILCIC S, MATAVELLI LC, SANTELLO et al. **Liga de Hipertensão: reavaliação de adesão após uma década**. Tema livre, XVIII Congresso Brasileiro de Nefrologia, outubro de 1996, São Paulo

LIMA e COSTA MFF, GUERRA HL, BARRETO SM, GUIMARÃES RM. **Diagnóstico da situação de saúde da população idosa brasileira: um estudo da mortalidade e das internações hospitalares públicas**. Informe Epidemiológico do SUS 2009(1):23-41.

LUNA, R. L. **ASPECTOS HISTÓRICOS DA HIPERTENSÃO**. Aspectos históricos da hipertensão no Brasil. PUC Rio de Janeiro. **Hiper Ativo**, v. 6, n. 1, p. 6-9, jan./mar. 1999. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/revista/6-1/004.pdf>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

Ministério da Saúde. **Política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde; 2000.

PINHEIRO, P. PRINCIPAIS CAUSAS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. **blog MD.Saúde**. 2017. Disponível em: <http://www.mdsaude.com/2011/06/causas-pressao-alta-hipertensao.html>. Acesso em: 03 jul. 2017.

RIBEIRO, J. K. de S; ARAÚJO C. R. D. de. Controle da hipertensão arterial: ações desenvolvidas pelos acadêmicos de enfermagem cursando as disciplinas de semiologia I e II e clínica I. UFPB-PRG, **XI Encontro de Iniciação à Docência**, [200-]. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/ANAIS/Area6/6CCSDEM/CAMT05-P.pdf. Acesso em: 23 mai. 2017.

SILVA, J. L. L.; SOUZA, S. L. de - Fatores de risco para hipertensão arterial sistêmica versus estilo de vida docente. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em www.fen.ufg.br . Acesso em: 18 nov. 2017.

SILVA, S.S.B.E. da; OLIVEIRA S.F.S.B.; PIERIN A.M.G. O controle da hipertensão arterial em mulheres e homens: uma análise comparativa. **Rev. Esc.Enferm. USP**. São Paulo, v. 50, n. 1, p. 50-58, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n1/pt_0080-6234-reeusp-50-01-0050.pdf. Acesso em: 21 mai. 2017.

VARELLAS, D. **Hipertensão**. Publicado em 09 mai. 2011 e revisado em 20 mar. 2017. Disponível em: <https://drauziovarella.com.br/drauzio/artigos/hipertensao2/>. Acesso em: 21 mai. 2017.

VIEIRA, A. R. **AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DO TABACO EM HIPERTENSOS E DIABÉTICOS**: Uma revisão bibliográfica. Araçuaí, pdf 2013. Belo Horizonte, 14 set. 2013. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/6152.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy on diet, physical activity and health Geneva: **World Health Organization**; 2003.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTROLE DA PREVENÇÃO DO AEADES AEGYPTI: UMA ABORDAGEM AOS GRADUANDOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA – ALAGOAS

Environmental education in the control of aedes aegypti prevention: An Approach to Biological Science Undergraduates in the Municipality of Santana do Ipanema – Alagoas

Jaciaria França Balbino dos Santos
Jadson da Silva Vieira
Loane Marzia Lopes Costa

RESUMO

O presente estudo tem como principal foco analisar se há abordagem do tema controle do *Aedes Aegypti* na disciplina de educação ambiental no município de Santana do Ipanema, do curso de ciências biológicas, tendo o objetivo principal conhecer ações de educação ambiental relacionada à saúde pública e qualidade de vida praticada, como alternativas no controle da prevenção do *Aedes aegypt* dos graduandos em ciências biológicas da Universidade Estadual de Alagoas, em Santana do Ipanema. A presente pesquisa justificasse por que no Brasil, a dengue é uma doença causadora de mais de 20 mil mortes a cada 550 mil hospitalizados por dengue. Enquanto o estado alagoano é presente nos estados com maiores índices de casos de dengue. O presente estudo consiste em pesquisa de caráter exploratório e descritivo. Os resultados mostram que os alunos acreditam que a Educação Ambiental-EA é importante para o controle do *Aedes aegypt*, mas que somente 11% tiveram a problemática discutida na disciplina de EA e sugere várias ações para o município de Santana do Ipanema no combate ao *Aedes aegypt*.

Palavras chaves: Dengue; Graduandos; Percepção.

ABSTRACT

The main focus of this study is to analyze whether there is an approach to the theme of *Aedes Aegypti* control in the discipline of environmental education in the municipality of Santana do Ipanema, from the biological sciences course, with the main objective to know environmental education actions related to public health and quality of life practiced, as alternatives in the control of the prevention of *Aedes aegypt* of undergraduate students in biological sciences at the State University of Alagoas, in Santana do Ipanema. The present research justified why in Brazil, dengue is a disease that causes more than 20 thousand deaths for every 550,000 hospitalized due to dengue. While the state of Alagoas is present in states with higher rates of dengue cases. The present study consists of exploratory and descriptive research. The results show that the students believe that Environmental Education-EE is important for the control of *Aedes aegypt*, but that only 11% had the problem discussed in the EE subject and suggests several actions for the municipality of Santana do Ipanema to fight *Aedes aegypt*.

Keywords: Dengue; Graduates; Perception.

1 INTRODUÇÃO

A educação ambiental se define como processos por meios, onde o indivíduo e a coletividade o constroem, sendo os valores sociais, habilidades, conhecimentos, atitudes e competências com ênfase na conservação do meio ambiente, qualidade de vida e

sustentabilidade, conforme a Política Nacional de Educação Ambiental (2021). Nessa perspectiva, a prevenção de doenças transmitidas por vetores como o caso de mosquitos, a educação ambiental é indispensável à responsabilidade e consciência coletiva, acondicionando-se e dispondo-se adequadamente os resíduos para coleta, evitando-se o descarte de objetos como pneus e outros que acumulam água em terrenos baldios ou locais inapropriados e inclusive exigindo dos poderes públicos ações preventivas e saneadoras dos problemas identificados. A dengue é uma arbovirose que se tornou um grave problema de saúde pública no Brasil, é de transmissão normalmente urbana, pois este ambiente favorece os fatores que favorece a proliferação do mosquito e a transmissão da doença.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012), a dengue é um dos maiores problemas de saúde pública no mundo, as estimativas apontam cerca de 50 a 100 milhões de infecções todos os anos pela doença. Figueredo (2011), afirma que aproximadamente 550 mil doentes necessitam de hospitalização e deste 20 mil morrem por consequência da dengue. Guzman e Istúriz (2010), apresentam 4 sorotipos diferentes do vírus no Brasil (DENV-1, DENV-2, DENV-3, DENV-4), pertencentes ao gênero Flavivírus, família Flaviviridae.

A dengue caracteriza-se como uma doença de rápida disseminação, sendo viral aguda (BRASIL, 2009). O ciclo de transmissão inicia-se com a picada da fêmea de *Aedes aegypti* em uma pessoa contaminada pela doença, assim, o vírus multiplica-se no vetor, possuindo capacidade de transmitir o vírus enquanto sobreviver. A contaminação de um novo indivíduo se dá através da picada da fêmea carreadora do vírus, e após alguns dias de incubação os primeiros sintomas surgem no indivíduo: febre alta, cefaleia emialgia, com presença ou não de exantema e/ou prurido (BRASIL, 2010).

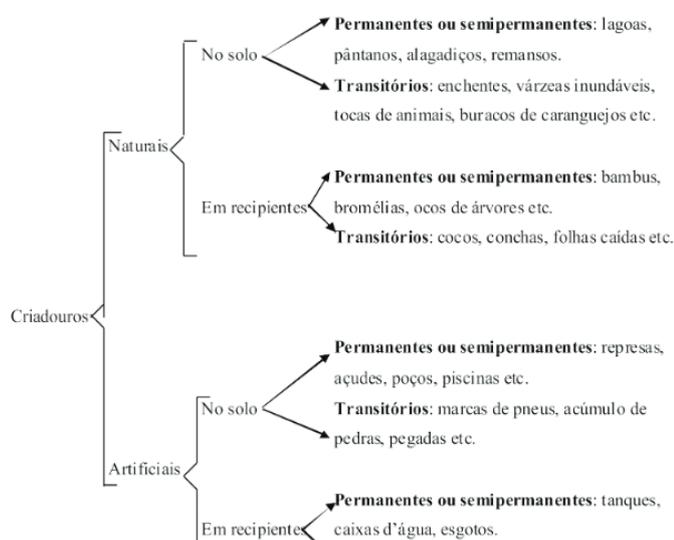
A Secretaria de Estado da Saúde (SESAU 2016) de Alagoas divulgou, um panorama de todos os registros de infecção provocados por dengue, em Alagoas. De acordo com o levantamento, seis municípios já se encontram em situação epidêmica por causa da dengue, ao qual Santana do Ipanema foi inclusa. É importante destacar que o parâmetro para classificar um município em situação epidêmica é a taxa de incidência superior a 300 casos de dengue notificados para cada 100 mil habitantes.

Em todo o estado alagoano, conforme Sesau (2016) de janeiro até uma semana que antecede o final de abril foram notificados mais de 6.000 casos de dengue, sendo Santana do Ipanema com 22 casos, enquanto Arapicara considerada a segunda maior cidade do estado alagoano, registrou 16 casos. Em 2015, nesse mesmo período, o número de casos registrados

é menor, contabilizando 4.069 notificações da doença. Assim, como alternativa de diminuir o índice da doença, o estado conta com a ajuda populacional juntamente da educação ambiental.

No âmbito das Legislações Federais, Estaduais e Municipais, ocorreram grandes avanços em relação as questões ambientais, mais especificamente na consolidação da Educação Ambiental. Como remonte a essa evolução, temos, nos anos 1930, o Código de Águas (Decreto 24.643 de 1934) (BRASIL, 1934) e a primeira versão do Código Florestal (Decreto 23.793 de 1934), que atuaram como uma forma primitiva de amparo legal quanto ao uso dos recursos naturais (BASSANI *et al.* 2019)

No Brasil, a dengue é uma doença causadora de mais de 20 mil mortes a cada 550 mil hospitalizados por dengue. Enquanto o estado alagoano é presente nos estados com maiores índices de casos. Dessa forma, Santana do Ipanema, apresenta dados estáticos sobre a dengue. Perder vidas para uma doença é um retrocesso na educação. É preciso levar conhecimento, auxílio acesso as famílias mais vulneráveis, pois condições econômicas são fatores determinantes para os casos da dengue. A disseminação do *A. aegypti* se dá a partir de recipientes que acumulam água, esses recipientes são divididos em diversas classificações como mostra a figura abaixo:



Fonte: Lemos *et al.* 2010

A educação ambiental, é uma forte alternativa de se discutir questões, ações e meios que promovam impactos positivos na sociedade em contexto geral, assim é essencial levar a divulgação para todos, inclusive conhecer aqueles que têm um contato direto sobre essas questões. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo conhecer ações de educação ambiental relacionada à saúde pública e qualidade de vida praticada, como alternativas no

controle da prevenção do *Aedes aegypti* dos graduandos em ciências biológicas da Universidade Estadual de Alagoas, em Santana do Ipanema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No âmbito das Legislações Federais, Estaduais e Municipais, ocorreram grandes avanços e relação as questões ambientais, mais especificamente na consolidação da Educação Ambiental. Como remonte a essa evolução, temos, nos anos 1930, o Código de Águas (Decreto 24.643 de 1934) (BRASIL, 1934) e a primeira versão do Código Florestal (Decreto 23.793 de 1934), que atuaram como uma forma primitiva de amparo legal quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1934).

Na década de 1960, o Código Florestal de 1934 foi revogado (BRASIL, 1965), sendo estabelecidas, com a nova Legislação, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais. Mais tarde, foram instituídas as Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (APAs), através da Lei Federal 6.902 (BRASIL, 1981a), conforme interpretado pelo seu Art. 1, ficam asseguradas as pesquisas científicas de forma a estimular a educação pela conservação, introduzindo as noções de pertencimento e reconhecimento do homem à Natureza.

A Política Nacional do Meio Ambiente, disposta pela Lei Federal nº 6.938/81 (BRASIL, 1981b), descreve a Educação Ambiental, em seu Art. 2, inciso X, como estimuladora da comunidade no sentido de atuação dinâmica na salvaguardado meio ambiente. A redação dessa Lei redimensionava em seus artigos, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)

Sabe-se que os povos antepassados enxergavam o meio ambiente com respeito às diferentes formas de vida, lidando com os recursos de forma a garantir sua subsistência. Entretanto, com o advento da modernidade, ocorreu uma ressignificação das maneiras de pensar e agir e instituindo uma racionalidade capitalista, pautada na objetivação do lucro econômico, gerando uma crise ambiental, como afirma o mexicano Enrique Leff:

Os problemas ambientais, a pobreza e a degradação da saúde provêm da racionalidade do crescimento econômico que antepõe a maximização do lucro comercial à saúde do ser humano, e não do simples crescimento da população. (LEFF, 2015, p. 314).

Reigota (2012) critica a responsabilidade da visão antropocêntrica do mundo. De acordo com o autor, o homem não se reconhece como integrante da Natureza. Distancia-se

para dela poder apropriar-se e degradar permanentemente o ambiente, ao seu favor. Também, alega que a ética, nesse processo, em Educação Ambiental, se faz fundamental, para desconstruir essa visão.

Ainda, temos em nossa sociedade, a cultura do descarte e geração de resíduos sólidos. Nada no mundo se destina a permanecer, muito menos para sempre. Os objetos úteis e indispensáveis de hoje são, com pouquíssimas exceções, o refugio de amanhã. Nada é necessário de fato, nada é insubstituível. Tudo nasce com a marca da morte iminente, tudo deixa a linha de produção com um “prazo de validade” afixado. (BAUMAN, 2005, p. 122).

Nesse sentido, Corrêa (2012), corrobora com os autores, ao mencionar que o ser humano tenta obter melhorias para suas condições de vida, durante o exercício do capitalismo. Todavia, esse usufruto desenfreado, causa danos para todo o ecossistema e obviamente, para si, fazendo com que surjam doenças pela proliferação exacerbada de vetores e micro-organismos, através da aplicação dessas ações.

A palavra “dengue” é de origem espanhola e significa “melindre”, “manha” que, por sua vez, é a maneira ou estado em que a pessoa se encontra. É uma doença febril aguda, de etiologia viral que persiste na natureza mediante o ciclo do homem – *Aedes aegypti* – homem, sendo o homem a fonte de infecção e reservatório (BRASIL, 1997).

3 MÉTODOS

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada, de caráter exploratório, que, segundo Gil (2002, p.41):

(...) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Pode envolver levantamento bibliográfico ou entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa também utilizará do método descritivo, que visa não só relacionar as variáveis de análise central, bem como apresentar subsídios de informação que possam servir de diretrizes para ações de transformação da realidade.

Pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Os fenômenos humanos ou naturais são investigados sem a interferência do pesquisador que apenas “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características”. (CERVO; BERVIAN, 1983, p.55)

Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo revisão bibliográfica. Como fontes de pesquisa, a fim de colher o referencial teórico, serão utilizados livros, artigos e sites, que estão relacionados ao tema. Para os dados primários foi utilizado um questionário semiestruturado produzido através do *Google forms* e enviado para os participantes através do aplicativo WhatsApp.

Participante da pesquisa

Santana do Ipanema, é uma cidade pertencente ao estado de Alagoas, possui uma área territorial de 437,875km² com uma população de aproximadamente 48.000 pessoas (IBGE 2020). Nesta cidade, existe a Universidade Estadual de Alagoas ao qual oferece um curso na área de saúde (ciências biológicas), desta forma, o público-alvo se torna os discentes do curso de graduação que já cursaram ou estão cursando a disciplina de educação ambiental (alunos dos 05 ou 06 períodos acima).

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de um questionário, semiestruturado, com questões que norteiam conhecer ações de educação ambiental, qualidade de vida dos santanenses e caracterização do público-alvo. Conforme a lista baixa:

QUESTÕES DE CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO
<ol style="list-style-type: none">1. Idade2. Período3. Sexo
QUESTÕES DISCURSIVAS PARA EMBASAR A PESQUISA
<ol style="list-style-type: none">1. Qual a importância de se estudar Educação Ambiental (EA) para o controle do <i>Aedes aegypti</i> em Santana do Ipanema? (antes de aplicar o questionário, é importante colocar um trecho com dados impactante de dengue em Santana do Ipanema-AL, ou seja, apresentar a problemática do estudo)2. Entre as ações de EA, diretamente relacionadas à educação pública e qualidade de vida, qual (is) você já fez uso ou praticou durante as aulas de EA, como alternativa ao combate do mosquito da dengue?3. Entre as ações de EA para combater ao mosquito causador da doença da dengue, qual (is) é (são) mais apropriado ao município de Santana do Ipanema? Comente.<ul style="list-style-type: none">• Mobilização comunitária para a resolução de problemas específicos às comunidades;• Reuniões de lideranças para análise e busca de soluções dos problemas socioambientais;

- **Atividades locais** de comércio de produtos e serviços feitos nas comunidades, como artesanato, alimentos, roupas e outros, valorizando os conhecimentos e práticas locais;
- **Desenvolvimento de atividades culturais e artísticas** que valorizem e resgatem conhecimentos e práticas locais, como música, teatro, dança, jogos e outras manifestações integradas às representações sociais* coletivas;
- **Prevenção de doenças** transmissíveis por vetores como a dengue, leptospirose, raiva e outras zoonoses, possibilitando a organização de ações que tenham como base o equilíbrio e a qualidade do meio ambiente;
- **Exigência de políticas públicas** direcionadas aos aspectos socioambientais, segurança educação, transporte, saúde, inclusão digital, melhorando as condições de acesso das comunidades aos recursos disponíveis à qualidade de vida;
- **Capacitação de agentes comunitários e de educação ambiental** que estimulem e orientem para a formação local de redes de ação e de comunicação que facilitem a comunidades na busca de soluções conjuntas aos problemas ambientais identificados;
- **Produção dos conteúdos** e de materiais educativos, como panfletos, jornais, programas de rádios, entrevistas, palestras, oficinas e cursos que estimulem práticas saudáveis e a colaboração comunitária.
- **Prevenção de endemias e epidemias** transmitidas por vetores como insetos, ratos, animais abandonados etc.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro – 1 Relatos do público amostral e a importância da Educação Ambiental (EA) para o controle do *Aedes aegypti* em Santana do Ipanema.

Os entrevistados abordaram ao questionamento de acordo com seu entendimento. Podemos destacar que a importância da EA para o controle do *Aedes egypti* se fundamenta em despertar ou desenvolver uma consciência crítica do cidadão, conhecer os impactos e danos da doença, assim como conhecer e desenvolver formas de prevenção e combate à doença.

Importância	Relatos
Despertar ou desenvolver consciência ao cidadão	“EA é muito importante, é preciso desenvolver ou despertar consciência a cada cidadão, pois podemos ter melhorias nas práticas ambientais como controle ao <i>Aedes egypti</i> .” “AE pode fazer com que as pessoas se tornem mais consciente, no caso do <i>Aedes egypti</i> , pode fazer com que as pessoas não deixem a água.”
Conhecer os impactos	“A educação ambiental ajuda as comunidades entenderem e perceberem de forma mais direta e clara sobre os efeitos danosos da proliferação do mosquito e das doenças que os mesmos causam.” “A importância reside no entendimento dos fatores ecológicos que permitem a existência do mosquito, associado às ações humanas (ou a

	ausência de ações), que favorecem a disseminação dele no ambiente urbano, bem como as questões sociais que levam a essas ações, para subsidiar a tomada de atitude por parte dos populares.”
Desenvolver formas de prevenção e combate	“Através da educação ambiental é possível conhecer especificamente quais os principais problemas enfrentados em determinada região e elaborar estratégias de educação e prevenção que possam se adequar a sua realidade”. “Somente estudando EA para conhecer formas de prevenção e combate ao mosquito da dengue. Assim como, Práticas no cotidiano com temáticas ambientais, palestras informativas para comunidades, produção de conteúdo para divulgação e apoio aos sujeitos da comunidade, sobretudo minimizar de forma significativa essa doença.”

Fonte: Autores 2021.

Um dos graduandos relata o seguinte:

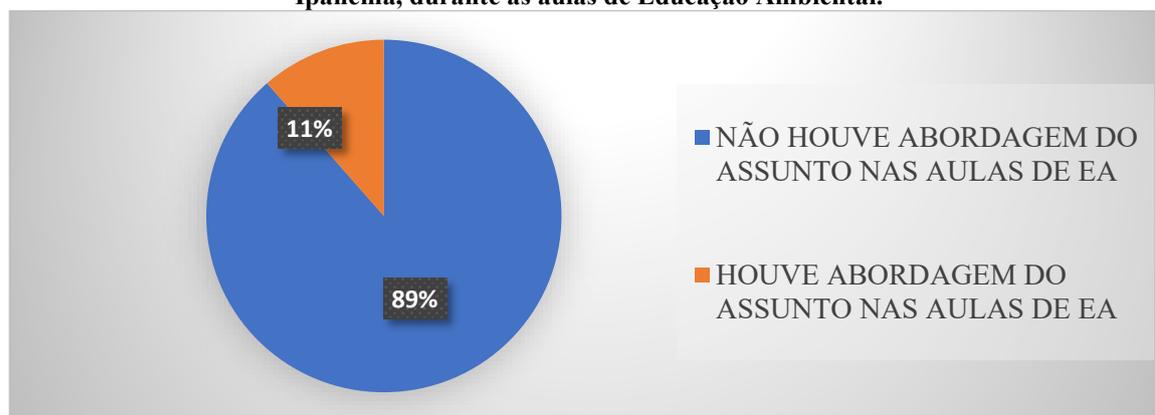
“A importância está justamente no conhecimento que se pode obter sobre as medidas de controle do vetor, visto que apesar da dengue se tratar de uma doença que há muito tempo é endêmica na maior parte do Brasil e de que medidas educativas são realizadas, falta uma colaboração maior entre a Secretaria de Saúde e de Educação. Logo, é de extrema importância identificar que a problemática está interligada a acúmulo de água em recipientes parados, porém saber o motivo e como a manifestação do vetor ocorre, pode modificar o aumento de casos de dengue. Contudo, o que se aplica é que não basta apenas entender os efeitos a educação ambiental, deve ser aplicada diariamente na rotina.”

Além disso outros participantes da pesquisa afirmam que:

“A educação ambiental permite formar pessoas conscientes e críticas a respeito do ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Desse modo, tendo esse conhecimento, as pessoas podem ter ciências de práticas cotidianas que permitam ter o controle do mosquito, tais como: tampar caixas d'água, não acumular lixo/plásticos que permitam o acúmulo de água, uso de repelentes, entre outros. Todas essas ações conjuntas e com todas as pessoas colaborando, pode permitir o controle do mosquito”

. “A Educação Ambiental contribui para de maneira positiva para o controle do Aedes aegypti, uma vez que a conscientização sobre as ações de poluição e descarte de resíduos como sacos plásticos e outros em local adequado, pode diminuir condições favoráveis para o ciclo de vida do mosquito.”

Gráfico – 2 Abordagem do assunto de controle e combate do *Aedes aegypt* no município de Santana do Ipanema, durante as aulas de Educação Ambiental.



Fonte: Autores 2021.

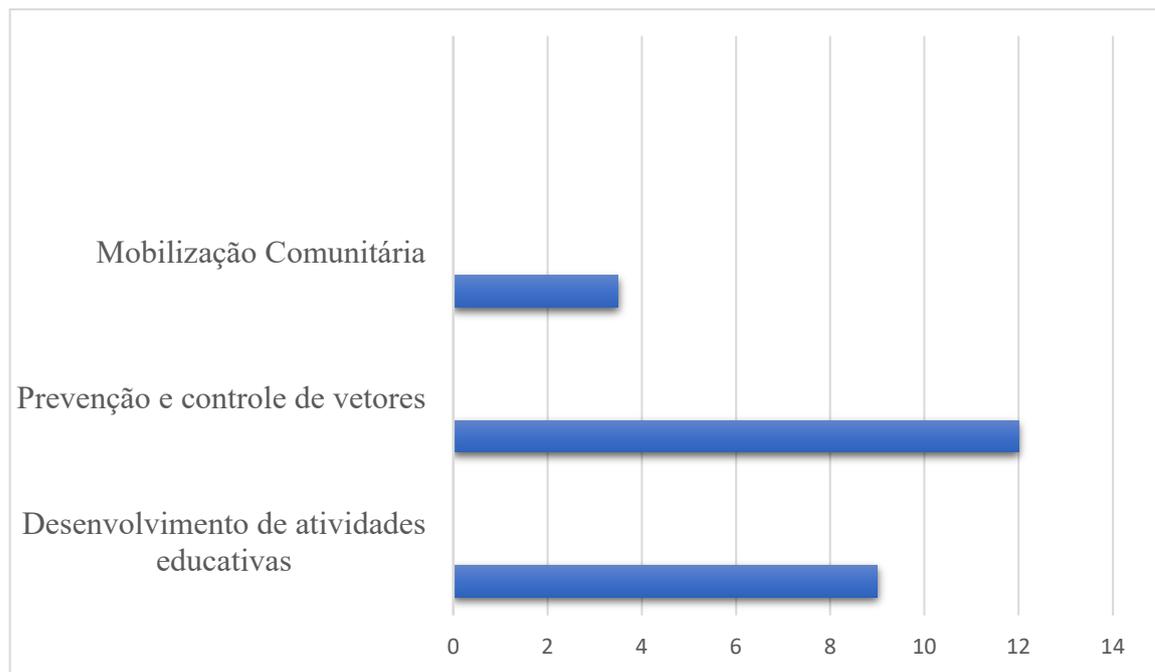
De acordo com o gráfico acima, 89% dos estudantes afirmam que o assunto do *Aedes aegypt* não foi abordado na disciplina de educação ambiental, mesmo esse sendo um fator que gera epidemia no estado e que se torna um assunto importante para a comunidade. Embora os participantes, demonstram conhecimento de ações que auxiliem minimizar a problemática, abordados no gráfico 3. Os estudantes trouxeram os seguintes posicionamentos:

“Não fiz uso voltado especificamente ao combate do mosquito, não tive a oportunidade de trabalhar esse problema em aulas de educação ambiental”.

*“Nunca trabalhei sobre o vetor e nem a doença com a EA”
“Infelizmente não houve nada voltado para este tema”*

No estudo baseado nos folhetos informativos e divulgação da doença, realizado por Lenzi e Coura (2004), concluíram que o conhecimento sobre o vetor não é tão importante quanto os outros aspectos. Isso pode gerar insegurança na população, pois fica difícil saber identificar e averiguar a infestação do vetor se não se tem o conhecimento sobre isso, ainda reforça que o espaço escolar é um ambiente propício para discutir tais questões. Para Burgan (2012), a implementação de técnicas e metodologias para a abordagem da dengue no espaço escolar é válida, pois o assunto não deve ser abordado de forma superficial, pois, assim, o aprendizado do aluno será superficial. A escola está diretamente relacionada com a formação senso-crítica de cidadãos. É necessário que se polemize e problematize assuntos decorrentes das ações humanas de forma crítica e analítica. A educação em saúde é um aspecto tão importante quanto qualquer outro e deve ser abordada de forma clara e eficaz, pois essa abordagem implicará na conduta do aluno no meio social em que vive.

Gráfico -3 Principais ações para o combate do mosquito *Aedes Aegypt* no município de Santana do Ipanema de acordo com a percepção dos estudantes de Educação Ambiental.



Fonte: Autores 2021.

De acordo com os discentes participantes da pesquisa, as principais ações para o combate ao mosquito causador da Dengue, são a mobilização da comunidade, a prevenção e controle dos vetores e focos de desenvolvimento do mosquito, além disso atividades educativas com a comunidade. Como demonstram os relatos a seguir:

“Precisamos resolver muitas questões de saúde que envolvem tanto o ambiente como animais e os seres humanos. As pessoas precisam ser educadas, informadas sobre esses cuidados para evitar tanto a dengue, como outras doenças de ordem sanitária, que dependem do coletivo. Políticas públicas mais enérgicas, mais discussões, mais envolvimento da população, creio que amenizariam um pouco esses problemas”.

“A melhor forma de combater o mosquito é através da saúde primária. Através de conscientização nas comunidades e principalmente nas escolas. É difícil mudar o costume de um adulto, mas conscientizar uma criança é mais fácil e através dela, elas podem conscientizar seus responsáveis”.

“As ações de educação ambiental podem e devem englobar toda a sociedade em todos seus aspectos: comerciantes, população e figuras públicas de destaque. E as ações podem ocorrer em todas as perspectivas”.

Oliveira (2014) e demais autores utilizaram caminhadas com sonorização como estratégia de ações educativas adotada pelos alunos do projeto PET-Saúde da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, cujo objetivo de informar, de maneira lúdica, as formas de prevenção e combate da dengue. Durante a caminhada, houve a distribuição de panfletos informativos pelas ruas da cidade. O estudo desenvolvido nas cidades de Itaboraí e Rio de Janeiro, por Ferreira (2012), investigou a utilização da linguagem teatral para caracterizar

concepções de agentes, envolvidos na prevenção da dengue. Através da interação entre Arte e Ciências da Saúde, os autores objetivaram criar ambientes favoráveis para a discussão dos determinantes da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental é vista como elo para discutir a doença da dengue, embora a ampla maioria dos participantes afirme ser ausente a temática na disciplina de EA, enquanto cursaram no curso superior. Embora destaquem as principais ações para o combate ao mosquito causador da Dengue, são a mobilização da comunidade, a prevenção e controle dos vetores e focos de desenvolvimento do mosquito e, além disso, atividades educativas com a comunidade. Por fim, é importante que se trabalhe essa problemática nas próximas ofertas de EA.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Decreta o Código de Águas**.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm Acesso em 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm Acesso em 15 de set. de 2021.

BRASIL. Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981. **Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6902.htm Acesso 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Dengue – Manual de Normas Técnicas; Instrução para pessoal de combate ao vetor**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.p df. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso / **Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica**. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_gui_bolso.pdf . Acesso em: 15 set. 2021.

BURGAN, A. M.; CORRÊA, R. L. **Dengue na sala de água: Metodologia para uma aprendizagem significativa**. 2012.

CORRÊA, L. M. C. **As representações sociais dos agentes de controle de zoonoses sobre a dengue em Uberlândia, MG**. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13364/1/d.pdf> Acesso em: 15 set. 2021.

FERREIRA VS, BARRETO RLM, OLIVEIRA EK, FERREIRA PRF, SANTOS LPS, Marques VEA, et al. PET-Saúde: uma Experiência Prática de Integração Ensino-serviço-comunidade. **Rev. bras. educ. med.** 2012, n. 36(1) supl 2:147-51.

FIGUEIREDO N.M.A. **Tratado Prático de Enfermagem**, 2. ed [sn]; 2011.

GIL, A. C. *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUZMAN, A.; ISTÚRIZ, RaulE. Update on the global spread of dengue. **International Journal of Antimicrobial Agents**, v. 36, n. SUPPL. 1, 2010. Disponível em: [https://www.ijaaonline.com/article/S0924-8579\(10\)00259-1/fulltext](https://www.ijaaonline.com/article/S0924-8579(10)00259-1/fulltext). Acesso em: 15 set. 2021.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde EndlichOrth. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LENZI, MF; COURA, LF. Prevenção da dengue: a informação em foco. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.** [online]. 2004, v. 37, n.4, p. 343-350. ISSN 0037-8682. Acessado em 4 ago. 2012.

OLIVEIRA DF, MENDONÇA CCR, MEIRELLES RMS, COUTINHO CMLM, JORGE CTCA, LUZ MRMP. Construção de espaços de escuta, diagnóstico e análise coletiva de problemas de saúde pública com a linguagem teatral: o caso das oficinas de jogos teatrais sobre a dengue. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. n. 16, v. 3, p. 929-41.2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Global strategy for dengue prevention and control 2012-2020**. Geneve, 2012. Disponível em: http://www.who.int/immunization/sage/meetings/2013/april/5_Dengue_SAGE_Apr2013_Global_Strategy.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

NUANCES DO BULLYING ESCOLAR: PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE PROJETO NA E.E.E.M JOAO BENTO DA COSTA

Maria Inês Leite de Lima Xavier¹

RESUMO

Este trabalho tem como escopo apresentar as noções básicas acerca das nuances que acarretam às práticas de bullying no ambiente escolar, demonstrando, em um caso específico, como um projeto sobre práticas de enfrentamento do bullying na Escola Estadual de Ensino Médio Joao Bento da Costa tem sido eficaz acerca do comportamento dos discentes em relação a essa conduta agressiva que vem mascarada na forma de “brincadeira”. Esse estudo tem ainda como preocupação precípua verificar se a escola, campo desta pesquisa, têm conhecimento do Bullying. Nesse sentido, temos como objetivo geral esclarecer o que é o bullying e orientar os alunos, professores e familiares a lidarem com o problema, agindo preventivamente contra, pois quanto mais cedo este problema cessar, melhor será para todos os discentes. A partir daí os objetivos específicos foram sensibilizar toda a comunidade escolar para apoiar os alunos alvos de bullying, fazendo com que se sintam seguros para falar sobre a violência que vinham sofrendo. Intervir imediatamente, tão logo seja a identificação da existência do bullying na escola devendo, portanto, as instituições de ensino manter-se em permanente estado de atenção. Criar referências para os alunos que precisam de apoio e proteção (agressores e vítimas) e para que denunciem as violências sofridas ou testemunhadas. Envolver funcionários, técnicos, professores, gestores, pais e alunos para tomarem ciência da existência do bullying e criar mecanismos que reduzam e previnam este tipo de prática comum nas escolas. Reduzir o bullying na escola. A metodologia teve como alvos principais os discentes, mas docentes, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos, diretores e outros funcionários também participam do projeto da escola. O *corpus* de dados ocorreu através de questionários com perguntas abertas e fechadas para discentes e docentes e através de revisão de literatura e pesquisa de campo. Foram utilizados artigos e livros sobre o bullying. Os resultados indicaram que os docentes utilizam algumas estratégias para combater o bullying, mas há a necessidade de implementação de um programa ou projeto que trabalhe com a finalidade de esclarecer esse fenômeno. Com base na observação e pesquisa na escola em questão, foram coletados os dados necessários à construção de concepções que concerne a real visão dos educadores desta escola em relação ao Bullying, e foi possível constatar o nível de entendimento sobre o bullying na escola, de maneira a apontar vantagens de um bom relacionamento entre as partes citadas dentro do processo de aprendizagem. Buscou-se subsídio em CURY (2006), SILVA (2006), FANTE (2005), NETO (2005) e outros. Contudo, foi possível verificar que os professores da escola Estadual de Ensino Médio Joao Bento da Costa demonstraram grande capacidade de tratar os casos de bullying, além de trabalharem com total sintonia com a equipe gestora, trabalhando todos para sensibilizar e conscientizar os educandos que venham a sofrer e efetivar o bullying.

Palavras-chave: Bullying. Prevenção. Aprendizagem. Escola.

ABSTRACT

This work aims to present the basic notions about the nuances that lead to bullying practices in the school environment, demonstrating, in a specific case, how a project on coping

¹ Mestranda Em Educação da Universidad Central del Paraguay, 2018. E-mail: mileitelima@hotmail.com

practices against bullying at Joao Bento da Costa State High School has been effective about the behavior of students in relation to this aggressive behavior that is masked in the form of "joke". The main concern of this study is to verify whether the school, which is the field of this research, is aware of bullying. In this sense, our general objective is to clarify what bullying is and guide students, teachers and family members to deal with the problem, acting preventively against it, because the sooner this problem stops, the better it will be for all students. From then on, the specific objectives were to sensitize the entire school community to support students targeted by bullying, making them feel safe to talk about the violence they had been suffering. Immediately intervene, as soon as the existence of bullying is identified in the school, therefore, educational institutions must remain in a permanent state of attention. Create references for students who need support and protection (aggressors and victims) and for them to report the violence suffered or witnessed. Involve employees, technicians, teachers, managers, parents and students to become aware of the existence of bullying and create mechanisms to reduce and prevent this type of common practice in schools. Reduce bullying at school. The methodology had as main targets the students, but teachers, educational advisors and pedagogical coordinators, principals and other employees also participate in the school project. The corpus of data occurred through questionnaires with open and closed questions for students and teachers and through literature review and field research. Articles and books on bullying were used. The results indicated that teachers use some strategies to combat bullying, but there is a need to implement a program or project that works with the purpose of clarifying this phenomenon. Based on observation and research at the school in question, the data necessary to build conceptions concerning the real vision of educators at this school in relation to bullying were collected, and it was possible to verify the level of understanding about bullying at school, in a way to point out the advantages of a good relationship between the parties mentioned in the learning process. Subsidies were sought in CURY (2006), SILVA (2006), FANTE (2005), NETO (2005) and others. However, it was possible to verify that the teachers at João Bento da Costa School demonstrated great ability to deal with cases of bullying, in addition to working in full harmony with the management team, all working to sensitize and raise awareness among students who may suffer and carry out bullying.

Keywords: Bullying. Prevention. Learning. School.

1 INTRODUÇÃO

Muito do que iremos discorrer ao logo deste estudo e desta significativa pesquisa, diz respeito a um tema que sempre se encontra em voga dada sua repercussão, principalmente, quando se trata de ocorrências no ambiente escolar. Todavia, faz-se pertinente ressaltar, antes de tudo, que o projeto inicial que fomentou e nos instigou pesquisar e trabalhar sobre essa temática, surgiu pela necessidade de saber por que os discentes sofrem constantemente com um tipo de violência dentro das escolas ou fora delas, que vem sendo mascarada na forma de “brincadeira”. Esse comportamento, que antes era considerado inofensivo e que recebe o nome de *bullying*, pode acarretar sérias consequências ao desenvolvimento psíquico dos alunos, gerando algum tipo de mal-estar ou insegurança, queda na autoestima e até mesmo

levando-o ao suicídio e outras tragédias. Quem nunca foi caçoado ou caçoou de alguém na escola? Risadinhas, fofocas, apelidos como “bola”, “rolha de poço”, “quatro olho”. Todo mundo já testemunhou uma dessas “brincadeiras” ou foi vítima delas. Brincadeiras de mau gosto como chamar o colega de “baleia”, “feio”, “dentuço”, ou seja, brincadeiras que de alguma forma tendem a ofender seus receptores, estão presentes no cotidiano das salas de aula e a partir do momento em que seus receptores passam a sofrer as consequências oriundas dessas brincadeiras, seja elas no âmbito afetivo ou na aprendizagem, esta criança se torna mais uma vítima do *bullying*. O *bullying* é considerado toda forma de agressão, seja ela física ou verbal, sem um motivo aparente, causando em suas vítimas consequências que vão desde o âmbito emocional até consequências na aprendizagem (FANTE, 2005).

Como o *bullying* é um fenômeno que está presente em nosso cotidiano, precisamos desenvolver projetos e estratégias que levem nossos alunos a refletirem sobre essas atitudes que de forma alguma deve ser aceito dentro do ambiente escolar, reduzindo o *bullying* dentro das escolas que se tomou um grande espaço nas discussões pedagógicas em todo o mundo, pois não é um problema restrito a um tipo específico de escola, mas abrange todo tipo de instituição de ensino, seja ela privada, pública, urbana ou rural. Diante disso, esse artigo se propõe a analisar melhor o que se diz sobre bullying e agressividade, qual o papel da escola e da família diante dos comportamentos agressivos, e ainda, quais as causas mais comuns de agressão no ambiente escolar, bem como, as influências que o comportamento agressivo pode ter no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, os dados que aqui serão apresentados sobre as práticas de enfrentamento do bullying, são os pertencentes a execução dos projetos na Escolas Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa os quais foram extraídos por meio resultante da pesquisa quali quantitativa, ao longo da execução das fases do projeto na referida unidade escolar.

Não podemos deixar de mencionar o quão necessário é possibilitar a compreensão e esclarecimento do que é o bullying no ambiente escolar e as possíveis transformações de atitude agressiva em atitudes de companheirismo e solidariedade, respeito e amizade, pois, só a partir destas análises, se poderão desenvolver ações de prevenção ao agressor, na qual a família e os educadores possam estar atentos a qualquer sinal de ação agressiva. O espaço escolar necessita proporcionar ao educando um ambiente agradável e harmônico, propício ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Porém não é o que tem acontecido nas escolas, cada vez mais a agressividade e a violência entre os alunos vêm aumentando, se atacam com palavras, atitudes e apelidos, praticando o “*Bullying*” e quando não há

intervenções eficazes contra esse problema, o espaço escolar fica contaminado. Todas as crianças, mesmo as que não são ofendidas, são afetadas, ocasionando temor, ansiedade e possíveis depressões e traumas nos alunos acometidos do *bullying*. Esses traumas, muitas vezes não superados, vão transformar essas crianças em adultos com sentimentos negativos, baixa autoestima e problemas de relacionamento. E as crianças que praticam o *bullying* têm grande tendência de se tornarem adultos com comportamentos antissociais e violentos, podendo vir a praticar até delitos.

Não há métodos prontos para se determinar o bullying, mas pode-se utilizar nas escolas o desenvolvimento de ações preventivas que visam à conversão de ambientes violentos em espaços de convivência amigável.

Nesse contexto, o desafio deste estudo de caso, o qual fora desenvolvido na escola já mencionada, se desenvolveu com o orientador educacional e parcerias dos professores, coordenadores pedagógicos, diretores e outros funcionários que trabalham direto ou indiretamente com os discentes, verificando assim se esses educadores estão preparados para tratar desse comportamento na escola e qual a postura dos mesmos em relação a essa conduta agressiva, se estão buscando estabelecer normas e ações coerentes que devam priorizar a conscientização e apoio às vítimas do bullying. Pretende-se assim, contribuir com a prática educacional fazendo com que os envolvidos possam refletir sobre a questão do bullying no âmbito escolar oportunizando o conhecimento de novas práticas para se combater este comportamento visando desenvolver e estabelecer lideranças positivas entre docentes e discentes.

2 O QUE É O BULLYING?

O bullying é uma palavra inglesa, uma forma de gerúndio, usada para definir um fenômeno, cujo autor é chamado de bully, palavra que se traduz “brigão” e “valentão”. O primeiro a relacionar a palavra ao fenômeno foi Dan Olweus, professor da universidade de Noruega, ao pesquisar as tendências suicidas entre adolescentes, descobriu que a maioria foi submetida às diversas formas de maus-tratos, ou seja, foram vítimas do bullying e que este era um mal a combater.

O termo Bullying, compreende todas as formas de atitudes agressivas, internacionais e repetidas (apelidar, ofender, zoar, gozar, encarnar, sacanear, humilhar, fazer, sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tiranizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, furtar, roubar, quebrar pertences)

que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Este distúrbio de comportamento conhecido como bullying, também definido como assédio moral ou violência, tem atingido cada vez mais os estudantes e provocado à evasão escolar em colégios da rede pública e particular. Apelidos depreciativos, discriminação, perseguição, humilhação, assédio, desprezo, chantagens e agressões praticadas por colegas de sala de aula são as manifestações mais comuns da síndrome. Normalmente, o bullying é motivado por preconceitos racial, social ou até mesmo por características que diferenciem a vítima do grupo, como obesidade, baixa estatura e deficiência física. No Brasil, o estudo da síndrome ainda é muito recente, mas uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) aponta que 45,9% dos alunos admitiram envolvimento em atos de bullying, sendo 16,9% alvos e 12,6% autores, também chamados bullies.

Esse comportamento agressivo de “zoar” as pessoas, considerado normal por muitos pais, alunos e até educadores, muitas das vezes podem não ser inocente, por isso deve-se estar atentos e trabalhar os valores, principalmente o respeito e as diferenças. As formas de maus-tratos mais utilizados pelo bullying são:

Tabela 01: Principais formas de práticas de bullying.

Forma	Característica
Força física	Bater, chutar, beliscar.
Verbal	Apelidar, zoar, xingar.
Moral	Difamar, caluniar, discriminar.
Sexual	Abusar, assediar, insinuar.
Psicológica	Intimidar, ameaçar, perseguir
Material	Furtar, roubar, danificar pertences
Virtual	Cyberbullying

Fonte: Autor (2021)

Segundo a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância a Adolescência (ABRAPIA²), há formas de se reconhecer os personagens desse processo de bullying dentro da escola. E elenca algumas características que podem auxiliar na atuação dos professores e equipe gestora de maneira geral. Segue o perfil do agressor, da vítima e da testemunha.

O agressor: São os que aplicam atos de bullying sobre os outros. Geralmente são indivíduos com pouca empatia e que gostam de se ver cercados, admirados e temidos por

² ABRAPIA, Disponível em: <http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-155.pdf>, consultado em 10 jan. 2011.

outros alunos. Atitude mais frequente do agressor é agredir; ameaçar ou amedrontar; apelidar, bater ou chutar; ignorar, discriminar ou dominar; humilhar, intimidar ou perseguir; provocar e roubar.

As Vítimas (Alvos): São os alunos vítimas do bullying. Eles não dispõem de habilidade para reagir ou interromper as ações contra si; têm baixa autoestima agravada pela indiferença dos adultos quanto ao seu sofrimento; trocam de colégio com frequência; abandonam os estudos; não se integram ao grupo; São passivos e quietos, poucos sociáveis, inseguros e tem absenteísmos.

As testemunhas: Todos que são obrigados a viver em um ambiente de intimidação, ansiedade e medo gerado pelo bullying. Formam a grande maioria dos alunos, convivem com a violência. Geralmente, calam-se em função do medo de se tornarem a “próxima” vítima, apesar de se sentirem incomodados com o que veem. Sentem-se inseguros sobre o que fazer e podem ter sua capacidade de desenvolvimento escolar e social prejudicada.

Segundo pesquisas da ABRAPIA, 50% dos alunos admitem que esperem que o professor intervenha nas situações de agressões em sala de aula, pois quando não há intervenção efetiva sobre o bullying, o ambiente escolar tende a se tornar contaminado por um clima de ansiedade e medo afetando negativamente todos os estudantes. Como forma de controlar o bullying é importante que a escola adote medidas que envolvam toda comunidade escolar contribuindo positivamente para a cultura de não-violência. Toda criança e adolescente tem o direito de frequentar uma escola segura e solidária e o compromisso de todos deve ser o de promover uma educação capaz de gerar cidadãos conscientes, que respeitem a pessoa humana e suas diferenças.

Essas agressões tanto verbais como físicas estão cada vez mais presente em todas as instituições escolares. Associadas a elas estão discriminação e preconceito. E como consequência destas atitudes pode-se citar as dificuldades na aprendizagem e traumas ao longo da vida da vítima e do transgressor.

A escola como instituição responsável pela educação dos cidadãos tem papel fundamental na busca de soluções para esse problema. Cabe à mesma buscar meios de aprimorar o relacionamento dos educandos, pois é inaceitável a ocorrência do bullying nas escolas. Segundo Polato (2007):

Atualmente vive-se num período de crise da educação, onde o papel da escola não está mais claro. Sua finalidade já não é somente ensinar conteúdos educacionais tradicionais. O espaço escolar vai, além disso, tornando-se um espaço de interação entre seus participantes, é um lugar onde as crianças e adolescentes aprendem a se relacionar, adquirem valores e crenças, desenvolvem senso crítico, autoestima e segurança.

Sendo assim, os professores e equipe gestora deveriam estar preparados para enfrentar essas questões, mas infelizmente não é o que acontece. Muitos educadores têm dificuldades emocionais para lidar com os problemas de maus tratos ou de violência que ocorrem dentro da sala de aula, não têm capacitação para enfrentar esses problemas e acabam reagindo também com agressividade.

Investigações mostram que essas atitudes agressivas eram consideradas brincadeiras entre estudantes, e percebidas como irrelevantes pela maioria dos educadores e pais, porém, atualmente, constata-se que essas brincadeiras acarretam grandes estragos à vítima dessa situação. Segundo Cury (2006, p.99)

Bullying quer dizer valente, agressor. Toda vez que os colegas agridem, diminuem discriminam ou rotulam outros colegas, eles comentem o fenômeno bullying, se tornam agressores, controladores e até carrascos emocionais deles. Entre as crianças e adolescentes existem muitas brincadeiras. Algumas são saudáveis, estimulam a criatividade e o prazer. Entretanto, outras machucam profundamente a emoção e geram traumas na personalidade.

Já existem estudos indicando que as simples brincadeiras de mau-gosto, hoje são designadas de bullying e podem ter consequências muito sérias, que vão desde simples problemas de aprendizagem até sérios transtornos de comportamento responsáveis por índices de suicídios e homicídios entre estudantes (SILVA, 2006, p. 02).

Dessa forma é necessário que a escola fique atenta para as formas mais visíveis de violências que ocorrem em seu cotidiano, que diz respeito aos comportamentos agressivos e antissociais incluindo os conflitos interpessoais (brigas de alunos), danos ao patrimônio (destruição dos bens públicos) e outros. A escola na vida dos alunos é de grande significância, pois através dela que eles são avaliados constantemente, buscando resultados satisfatórios, físicos e sociais.

Os relacionamentos interpessoais positivos entre os alunos estabelecem uma relação direta de harmonia que podem alcançar resultados satisfatórios em nível de aprendizagem. A escola deve desenvolver estratégias de intervenção e prevenção ao bullying em uma escola, é necessário que a comunidade escolar esteja consciente da existência dele, sobretudo, das consequências relacionadas aos envolvidos, a esse tipo de comportamento.

Nesse sentido é necessário que as escolas criem programas e projetos antes do bullying, devendo considerar as características sócias, culturais de sua clientela. Características individuais também estão relacionadas às atitudes agressivas, entre elas: hiperatividade, impulsividade, distúrbios comportamentais, dificuldade de atenção, déficit de inteligência e baixo rendimento escolar. É o que afirma Neto (2005, p. 67) e reitera:

O autor de bullying é tipicamente popular; tende a envolver-se em uma variedade de comportamentos antissociais; pode mostrar-se agressivo inclusive com os adultos; é impulsivo; vê sua agressividade como qualidade; têm opiniões positivas sobre si mesmo; é geralmente mais forte que seu alvo; sente prazer e satisfação em dominar, controlar e causar danos e sofrimentos a outros. Além disso, pode existir um componente benéfico em sua conduta, como ganhos sociais e materiais. São menos satisfeitos com a escola e família, mais propensos ao absenteísmo e à evasão escolar e têm uma tendência maior para apresentarem comportamentos de risco (consumir tabaco, álcool ou outras drogas, portar armas, brigar). As possibilidades são maiores em crianças ou adolescentes que adotam atitudes antissociais antes da puberdade e por longo tempo.

Observa-se assim que são muitos os fatores que contribuem para a ocorrência do bullying, é necessário se conhecer o ambiente familiar dos educandos mais alterados, descobrir suas dificuldades dentro do seu ambiente familiar, trabalhar junto com a família essas questões e claro corrigir um ambiente escolar propício ao bullying. A participação de todos é fundamental para a conscientização de um ambiente mais seguro e sadio.

2.1 O bullying: classificação

Direto: Quando as vítimas são atacadas diretamente. Ex.: ato de apelidar, de agredir fisicamente, ameaçar, roubar, ofender verbalmente ou expressões e gestos que geram mal-estar aos alvos.

Indireto: Quando as vítimas estão ausentes. Ex.: “Cyberbullying Trata-se do uso da tecnologia de informação e comunicação (e-mails, mensagens por pagers ou celulares, fotos digitais, sites pessoais difamatórios, ações difamatórias online) como recurso para a adoção de comportamentos deliberados, repetidos e hostis, de um indivíduo ou grupo, que pretende causar danos a outro”.

2.2 O praticante do bullying quer:

- Obter força e poder;
- Conquistar popularidade na escola;
- Esconder o próprio medo, amedrontando os demais;
- Tornar outras pessoas infelizes, já que ele próprio é infeliz;
- Vitimar outras pessoas por ter sido vítima de alguém no passado.
- Insultam a vítima; acusam sistematicamente a vítima de não servir para nada.
- Ataques físicos repetidos contra uma pessoa sejam contra o corpo dela ou propriedade pessoal, danificando (material escolar, livros, roupas etc.).

- Espalham fofocas negativas sobre a vítima.
- Colocam a vítima em situação problemática com alguém (geralmente, uma autoridade), ou fazem com que a vítima receba uma medida disciplinar, por ato que ela não cometeu, mas sim gerado pelo *bully*.
- Fazer comentários depreciativos sobre a vítima, a família dela (particularmente a mãe), sobre o local onde reside, aparência pessoal, sexualidade, religião, raça, situação econômica, nacionalidade ou qualquer outra situação que o bully tenha conhecimento e julgue inferior.
- Fazem chantagens, ameaças, para garantir que a vítima acate suas ordens.
- Utilizam as tecnologias de informação para praticar o **cyberbullying** (cria páginas falsas sobre a vítima em sites de relacionamento, depreciando a imagem da vítima etc.).
- Grafitagem depreciativa.
- Usam de sarcasmo evidente para se passar por amigo, diante de outras pessoas, enquanto asseguram o controle sobre a vítima.

2.3 Consequências:

Medo, Tristeza, Solidão, isolamento, baixo rendimento escolar, alterações emocionais, depressão, ansiedade, estresse, automutilação e pensamentos negativos ou de vingança.

2.4 Combate:

Considerando-se que a discussão sobre o Bullying ainda é muito incipiente, especialistas acreditam que um debate mais profundo, envolvendo e capacitando os professores para que eles identifiquem o distúrbio de comportamento, é o pontapé inicial para combater a prática. A psicopedagoga Auredite Costa defende que os professores desenvolvam mais atividades psicoeducativas que mostrem a importância de se respeitar às diferenças. Ela orienta ainda como meio para combater o bullying que a escola disponha de psicólogos e psicopedagogos que observem como esse distúrbio está sendo gerado e encaminhem os casos mais graves para tratamento em consultório.

2.5 Prevenção e papel da família

A família deve estar atenta ao comportamento que possa indicar que a criança ou o adolescente está sendo vítima de bullying. Chegar em casa constantemente machucado, dizer com frequência que perdeu o dinheiro, algum objeto, ou foi roubado são alguns indícios. A vítima também tende a ficar agressiva, muito quieta ou apresentar ansiedade excessiva. Quanto mais jovem for a criança agressiva, maior será o risco de apresentar problemas associados a comportamento antissociais na vida adulta e à perda de oportunidades, como a instabilidade no trabalho e relacionamentos afetivos pouco duradouros. As crianças e os adolescentes que sofrem e/ou praticam bullying podem vir a necessitar de múltiplos serviços, como: saúde mental; justiça da infância e adolescência; educação especial; programas sociais.

É necessário perguntar diretamente à criança ou ao adolescente: se sentem bem na escola; se têm amigos; se testemunham; se são alvos, autores de agressões físicas ou morais.

A prevenção dos futuros incidentes pode ser obtida com orientações sobre medidas de proteção a serem adotadas: ignorar os apelidos; fazer amizade com colegas não agressivos; evitar locais de maior risco; informar ao professor ou ao funcionário sobre o bullying sofrido.

Os melhores resultados são obtidos por meio de intervenções precoces que envolvam pais, alunos e educadores. O diálogo, a criação de pactos de convivências, o apoio e o estabelecimento de elos de confiança e informação são instrumentos eficazes, não devendo ser admitidas, em hipóteses alguma, ações violentas. Por tanto, enquanto a sociedade não estiver preparada para lidar com o Bullying, serão mínimas as chances de se reduzirem às formas de comportamentos agressivos e destrutivos.

2.6 Prevenção na escola

Essas são as principais ações que devem ser tomadas por todo corpo escola para a maximização dos resultados sobre o enfrentamento do bullying: Conscientizar toda a comunidade educativa sobre o bullying e o cyberbullying. Proporcionar atividades que trabalhem os sentimentos dos alunos, visando ao resgate da saúde emocional. Desenvolver atividades solidárias, esportivas, culturais, manuais, visando a canalizar a agressividade para ações proativas. Desenvolver a educação em valores humanos como a tolerância e a solidariedade, proporcionando um ambiente harmonioso. Ensinar os alunos a conviver e respeitar as diferenças. Transformar hora/aula em momentos de alegria. É de grande

importância à qualidade na relação professor-aluno, devendo essa ser alicerçada no respeito e confiança mútuos. Acolher a diversidade humana presente no cotidiano escolar e aproveitar a oportunidade para “fazer a diferença”. Respeitar as diferenças abandonando os pré-conceitos, saber ouvir, ter equilíbrio emocional, ser coerente, ter clareza nos objetivos, saber elogiar ao invés de priorizar os erros, considerando os desejos e necessidades de cada um.

3 METODOLOGIA

Os dados desse projeto foram extraídos a partir do que foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa sob a coordenação da Orientadora Maria Inês juntamente com as outras orientadoras dos outros turnos. O público-alvo de alunos do ensino médio pertencentes aos três turnos matutino, vespertino e noturno, perfazendo no total de 600 alunos da referida escola. Para a execução do Projeto, foram implantadas estratégias específicas de ação no combate ao bullying conforme a modalidades de cada turno, que serão aplicadas por etapas e as atividades será desenvolvida durante o decorrer do ano letivo em sala de aula através de um cronograma de palestra e atividades: palestras na escola, reunindo equipe gestora, professores, alunos e pais e/ou responsáveis, no intuito de conscientizar quanto à necessidade do combate ao bullying; contato com o aluno que se encontra em processo; recorre-se ao Conselho Tutelar para apoio na tentativa de resgate do aluno à escola, quando não se obteve sucesso anteriormente; e finalmente, ação junto ao Ministério Público e Promotoria da Infância da adolescência e Juventude, caso nenhuma providência anterior tenha tido resultado positivo, para acionar judicialmente os pais e/ou responsáveis pelo aluno.

As atividades são administradas pelas orientadoras da escola, em sala de aula, no refeitório, sala de vídeo, através de dinâmicas, oficinas, livros de histórias, teatro, músicas, leituras, realização de desenhos, gibis, roda de conversas, filmes que abordam o tema, confecção de cartazes, danças, pesquisas, reuniões, debates e discussões.

Serão utilizados vários materiais como recurso: o próprio aluno, as pessoas envolvidas, livros, computadores, celular, Datashow, microfone, caixa de som, pincel, papel sulfite, sulfite, papel grafite, CD, quadro, a sala de aula, cartolinas, cola, régua, lápis de cor, cola quente etc.

Temos também parcerias como: Faculdades, Proerd - Programa Educacional de Resistência as Drogas, Conselho Tutelar, Ministério Público, CAPS - Centros de Atenção

Psicossocial, DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, para apoio na tentativa de resgate do aluno à escola, quando não se obteve sucesso anteriormente.

No que se refere às fases empíricas temos que o estudo se consumou por meio da pesquisa de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico e entrevista com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. A princípio se fez um levantamento bibliográfico, buscando textos referentes ao bullying publicados em periódicos científicos ao longo do tempo, que foram levantados, analisados e classificados. Comumente, a fase bibliográfica da pesquisa é desenvolvida a partir da consulta, principalmente de livros, artigos de periódicos e com artigos disponibilizados na internet. Segundo Lakatos e Marconi (1987, p. 66):

a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre ele.

Já em campo, se aplicou um questionário fechado sobre o bullying aos professores desta escola, a fim de detectar o grau de compreensão destes em relação ao bullying. Segundo Gil (1996), para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Diante disso, utilizou-se das técnicas da Pesquisa qualitativa, na qual, basicamente, busca-se entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações segundo Minayo (1998).

A pesquisa qualitativa é mais participativa e, portanto, menos controlável. Os participantes podem direcionar o rumo da pesquisa em suas interações com o pesquisador. Ela defende a ideia que, na produção de conhecimentos sobre fenômenos humanos e sociais, nos interessa muito mais compreender seus conteúdos do que descrevê-los.

Após a coleta, a fase seguinte do estudo, foi análise e interpretação dos dados. Esses dois termos estão estritamente relacionados, porém a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento e respostas ao problema proposto para a investigação, já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais

amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para verificar e visualizar melhor os dados coletados foram enquadrados as respostas obtidas durante a pesquisa e apresentada por categorias. Dessa forma, os cruzamentos das repostas seguem da seguinte maneira cada quadro contendo algumas perguntas que foram feitas para os professores, pais, gestores e alunos, em seguida estão as repostas obtidas e sequenciado a apresentação das análises dos dados e à comentários pertinentes.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 As práticas desenvolvidas no Colégio João Bento da Costa

Para que se obtivesse um resultado satisfatório foi necessário se fazer uso de uma metodologia específica para nortear a pesquisa. A pesquisa deve atender aos objetivos do autor, uma vez que precisa ir ao encontro da solução para o problema levantado (FURASTÉ, 2006).

Para a realização deste estudo utilizou-se como a primeira etapa do processo a pesquisa de cunho bibliográfico e exploratório e de campo. Pelo fato de ter como principal finalidade desenvolver, esclarecer e tentar relacionar conceitos e ideias, para a formulação de abordagens mais condizentes com o desenvolvimento de estudos posteriores. O estudo exploratório tem o objetivo de "familiarizar-se com o fenômeno e obter uma nova percepção a seu respeito, descobrindo assim novas ideias em relação ao objeto de estudo". (MATTOS, 2004).

As informações e os dados coletados foram analisados qualitativamente, onde na sua complexidade, o tema proposto, foi fundamentado pela reflexão resultante do cruzamento do referencial bibliográfico apresentado nos capítulos posteriores, sendo o elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática, para o tratamento dos dados e a redação final.

Antes, porém, se faz necessário destacar que uma das posturas praticadas pelos integrantes da Escola JBC, é no sentido de demonstrar que os melhores resultados são obtidos por meio de intervenções precoces que envolvam pais, alunos e educadores. O diálogo, a criação de pactos de convivências, o apoio e o estabelecimento de elos de confiança e informação são instrumentos eficazes, não devendo ser admitidas, em hipóteses alguma, ações

violentas. Por tanto, enquanto a sociedade não estiver preparada para lidar com o bullying, serão mínimas as chances de se reduzirem às formas de comportamentos agressivos e destrutivos.

Assim, no ambiente escolar é difícil libertar-se de certa distribuição de papéis, seja para o agressor ou para a vítima, ambos condicionados pelo grupo classe no qual estão inseridos. A sala de aula é determinante na elaboração de um sistema de regras de grupo, segundo o qual há aquele que é intimidado e aquele que deve intimidar aquele que é testemunha participante (normalmente, a favor do intimidador) e aquele não participante (indiferente ou às vezes a favor da vítima, mas amedrontado pela situação).

Portanto, a função da escola diante do bullying é reconhecer a existência da problemática e traçar estratégias para eliminá-la, Rolim (2008) destaca que mais amplamente e para além das responsabilidades definidas no âmbito das escolas, a preocupação em prevenção ao bullying e das formas de violência em geral devem e podem ser pensadas desde os primeiros anos de vida do indivíduo, dessa forma a família seria a primeira a se preocupar em transmitir uma cultura de paz, porém a escola, a sociedade e o Estado não estão eximidos dessa responsabilização. As práticas de violência para serem consideradas bullying seguem alguns critérios como: “ações repetitivas contra a mesma vítima num período prolongado de tempo; desequilíbrio de poder, o que dificulta a defesa da vítima; ausência de motivos que justifiquem os ataques” (FANTE; PEDRA, 2008, p. 39). “No Brasil, as pesquisas apontam para a sala de aula” como local de maior incidência conforme Fante e Pedra (2008, p. 54).

Segundo Fante (2005, apud PEREIRA, 2009, p.44), o agressor “costuma ser um indivíduo que manifesta pouca empatia. É malvado, duro e mostra pouca simpatia para com suas vítimas”. Sendo assim, fica evidente porque 45% dos alunos afirmaram não ser colega dos agressores. Fante e Pedra (2008, p. 64) afirmam que “no passado, acreditava-se que esse tipo de comportamento era próprio de meninos, 32, porém, com os avanços das pesquisas, constatou-se ser comum também entre as meninas.

Fante (2008, p.61) destaca ainda que “muitos dos espectadores repudiam as ações dos agressores mais nada fazem para intervir” e segundo Costantini (2004) e Lopes Neto (2005) há ainda os espectadores que estimulam a agressão são as testemunhas incentivadoras e os que tentam ajudar a vítima, são as testemunhas defensoras.

As testemunhas que se aproximam para ver a agressão são classificadas por Costantini (2004) e Lopes Neto (2005) como observadoras, quando isso ocorre cotidianamente ante ao expressivo pode afirmar-se que o silêncio dos espectadores impera, para Fante (2008) os

espectadores parecem estar engessados diante da violência. No trabalho de prevenção ao bullying no ambiente escolar vítima, agressores e expectadores devem ser trabalhados a fim de evitar a propagação da violência. Segundo Fante (2005, *apud* SEMED/PVH/RO, p.7):

A intolerância e ausência de parâmetros que orientem a convivência pacífica e a falta de habilidade para resolver conflitos são algumas das principais dificuldades detectadas no ambiente escolar. Atualmente, a matéria mais difícil da escola não é a Matemática ou Biologia; a convivência, por muitos alunos e de todas as séries, talvez seja a matéria mais difícil de ser aprendida.

Atividades multidisciplinares no desenvolvimento da aprendizagem de discentes agressivos: a) Jogos ou competição esportiva, que exijam movimentos e que as façam correr, pular, saltar. b) Confeção de trabalhos de modelagem em argila, barro, cerâmica, metal, madeira, e que façam martelar, lixar, serrar, socar. c) Organização de campanhas que façam participar, conservar, zelar, proteger solos, Jardins, logradouros públicos, parques e rios. d) Trabalhos de jardinagem que as façam cavar, cavucar, varrer, podar, limpar e plantar. e) Integração de associações desportivas e recreativa que as façam cooperar, respeitar, valorizar, dar razão aos seus desejos de aventuras e descobertas. f) Participação em movimento que façam observar, valorizar, admirar, respeitar, defender e proteger-se de insetos e animais.

Dessa maneira podemos ilustrar que na Escola Estadual João Bento da Costa foram adotadas algumas premissas no tocante ao enfrentamento dos casos de bullying dentro da escola. É importante destacar que uma das principais mudanças se deu com o comprometimento de todo o corpo escolar, onde do diretor ao auxiliar de serviços gerais, todos se empenharam de alguma forma para que os resultados de casos de bullying fossem reduzidos na escola. Com isso se formou uma equipe multidisciplinar para primeiramente identificar como nascem as ocorrências de bullying, e partir daí traçar o perfil do agressor e da vítima. Como isso, uma vez identificados, vítimas e o praticante do ato de bullying passa-se a elaborar um plano de ação para inibir e corrigir o agressor, bem como reparar o dano sofrido pela vítima da agressão. Nesse sentido, apresentaremos as estratégias que deram certo ao longo da efetivação do projeto de enfrentamento de bullying na escola a qual serviu de campo para nosso estudo.

4.1.1 Estratégia primária: difusão dos assuntos sobre bullying entre os professores

Ao longo da execução do projeto de enfrentamento a primeira intervenção da coordenação do projeto foi difundir para o corpo do docente as noções básicas sobre bullying,

no sentido que os professores pudessem se familiarizar para melhor identificar casos e ocorrências dentro da escola.

A esse respeito, entende-se ser de suma importância a participação dos professores visto que uma característica pessoal dos professores que influencia sua capacidade para identificar e lidar adequadamente com as situações de bullying, em sala de aula, diz respeito à formação que têm sobre o tema, especificamente ao nível dos conhecimentos adquiridos acerca de suas principais características, formas de intervenção, entre outros aspectos de natureza teórica/conceitual. No estudo de Silva et al. (2014), com professores brasileiros, verificou-se que os investigados possuíam conhecimentos gerais acerca do bullying, em sua maioria incompletos ou fragmentados. Embora o nível de conhecimento tenha variado, em termos de abrangência e de profundidade, este não era, de modo geral, suficiente para que eles identificassem a maioria das agressões ocorridas em sala de aula. Dentro disso, as intervenções que realizavam eram pontuais e desarticuladas.

O estudo desenvolvido por Silva et al. (2017), sobre a consciência dos professores em relação aos processos de produção e de redução do bullying, apresentou resultados semelhantes. As respostas dos professores apresentaram variações, denotando que alguns possuíam maior consciência e domínio teórico acerca da produção e das formas de enfrentamento do bullying e outros apresentavam consciência limitada. As propostas de intervenção sugeridas pelos professores que apresentavam maior consciência eram mais estruturadas e abrangentes, ao passo que as intervenções sugeridas por aqueles que apresentavam consciência limitada atrelavam-se a propostas essencialmente punitivas ou à não-intervenção. É importante destacar que a aplicação de punições muito rígidas às crianças/adolescentes contribui para a desvinculação escolar e, embora possam gerar efeito positivo, a curto prazo, em termos de controle disciplinar, a longo prazo, aumentam os problemas disciplinares e o bullying (SILVA; BAZON, 2014).

Sendo assim, acreditamos que é preciso investir na formação de professores, visto que o pedagogo é tido como sujeito formador, atuando desde a Educação Infantil, do Ensino fundamental I, dentre outros. Para tanto, precisa desenvolver uma melhor sensibilidade e compreensão sobre o que é o fenômeno bullying e suas repercussões na vida das vítimas, para, além disso, ficar atento aos acontecimentos tanto na sala de aula, bem como, nos diversos ambientes da escola, assim poderá contribuir através das práticas pedagógicas no ambiente escolar.

4.1.2 Estratégia secundária: Ciclos de palestras e seminários temáticos

Frente aos desafios no enfrentamento das situações de bullying, na escola JBC, destacam-se a promoção de palestras na qual podemos incentivar a participação dos pais, professores, coordenadores, colaboradores, e alunos, principalmente os alunos que já foram identificados como praticantes de agressões como bullying. Mencionamos que durante a execução dessa estratégia das palestras e seminários, os resultados esperados são muitos satisfatórios uma vez que os pais passarem a ter conhecimentos sobre o que o filho tem realizado dentro da escola com relação a seu comportamento, e isso acaba resultando que a família pode se tornar mais um ator para ajudar no enfrentamento do bullying, e que tal combate poderá iniciar dentro da casa do próprio aluno.

4.1.3 Estratégia terciária: acompanhamento multidisciplinar para o agressor e vítima

Outro aspecto que merece relevo é a modalidade estratégica para o processo de identificação dos sujeitos envolvidos na relação de bullying. Como bem discorre Fante (2005), explicitando os personagens do fenômeno bullying e classificando-os em:

Vítima típica: aquela que serve de bode expiatório para um grupo; vítima provocadora: aquela que provoca e atrai reações agressivas contra as quais não conseguem lidar com eficiência; vítima agressora: aquela que reproduz os maus-tratos sofridos; agressor: aquele que vitimiza os mais fracos [...] indivíduo que manifesta pouca empatia. [...] é mau-caráter, impulsivo, irrita-se facilmente tem baixa resistência às frustrações. Custa a adaptar-se às normas, não aceita ser contrariado; espectador: é o aluno que presencia o bullying, porém não o sofre nem o pratica, representa a grande maioria dos alunos que convive com o silêncio e adota a lei do silêncio por temer se transformar em novo alvo para o agressor (FANTE, 2005, p. 73).

De acordo com Silva (2010), “identificar os alunos que são vítimas, agressores ou espectadores é de suma importância para que as escolas e as famílias dos envolvidos possam elaborar estratégias e traçar ações efetivas contra o bullying.” Entretanto, há muitas dificuldades na identificação desse tipo de violência, pois a maioria das vítimas tem vergonha ou medo de falar, de pedir ajuda a alguém. Sinais como desinteresse nos estudos, faltas com frequência devem ser levados em consideração tanto pelos pais, quanto pelos professores e gestores.

Esses apontamentos trazidos pelo autor acima, muito corroboram como o praticado pelos profissionais de educação, bem como os demais envolvidos como o projeto de enfrentamento do bullying na Escola João Bento da Costa, uma vez que, é durante essa fase

estratégica que todos os esforços são lançados pela equipe multidisciplinar pertencente ao projeto, no sentido de que, uma vez identificados agressor e vítima, torna-se mais fácil a elaboração de ações para tratar cada caso em específico, levando em consideração, principalmente, as peculiaridades de cada agente ativo da agressão, quanto o agente que as sofreu.

Ressaltamos que ao longo dos anos, podemos inferir que as ações de enfrentamento de casos de bullying têm se destacado na Escola JBC, uma vez que a maioria dos integrantes do corpo escola, em especial professores, orientadores, psicólogos, supervisores e estudantes, têm contribuído para que os números de ocorrências sejam cada vez menores e que a sensação de um ambiente pacífico seja duradoura dentro da escola, promovendo, dessa maneira um melhor ensino e, por conseguinte, um melhor aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nos responderam como a gestão escolar e o corpo docente da Escola Estadual João Bento da Costa enfrentam o bullying, e quais estratégias utilizaram como forma de maximizar os resultados durante a execução do projeto sobre bullying na escola. Desse modo, constatamos que a coordenação do projeto e a maioria dos docentes colaboradores, têm conhecimento sobre o fenômeno bullying e demonstra o quanto ele é prejudicial no cotidiano escolar. No entanto, no que se refere a identificação de práticas relacionadas ao bullying alguns ainda confundem com outros tipos de violências ou não conseguem estabelecer uma relação direta denominando, por exemplo, como “expressões racistas e preconceituosas”. Isso mostra que as discussões sobre bullying tanto na formação inicial dos professores como em estudos continuados precisam avançar no sentido de favorecer e propiciar ações preventivas dentro da comunidade escolar.

Entre os resultados alcançados ainda detectamos que o sistema educacional, se exime de contribuir de forma efetiva na qualificação dos educadores, para que estes possam intervir de maneira mais eficiente e eficaz na erradicação de práticas do bullying no ambiente escolar. Atribuem aos educadores a responsabilidade sobre sua formação e estes, por sua vez, se sentem fragilizados e inseguros quanto a aplicação das medidas de contenção, visto que eles não se sentem resguardados institucionalmente pela rede de ensino.

A nossa hipótese inicial de que quando o bullying acontece no cotidiano da escola pública do ensino fundamental carece de intervenção imediata e que nem sempre o gestor e os

docentes sabem como agir não se confirmou. Diferentemente do que pensávamos inicialmente, constatamos que a maioria dos sujeitos tem algum conhecimento sobre o fenômeno. No entanto, apesar disso, algumas vezes, na prática, há uma distorção da percepção desse fenômeno.

O estudo de caso aqui apresentado serve como uma referência para que outras escolas também se inspirem com o exemplo desses professores e da equipe gestora, pois quando ocorre práticas de bullying toda a comunidade escolar procura, num primeiro momento, resolver através do diálogo, apresentando, dessa forma, ao nosso ver, uma ação paliativa. Por fim, registramos que as medidas tomadas para enfrentar o bullying, nesta escola resultam do planejamento coletivo que esses profissionais constroem buscando munir-se de conhecimentos necessários ao enfrentamento desta violência, agindo coletivamente visando propiciar uma cultura de paz para com todos.

Destarte, a pesquisa restou por nos comprovar que, a escola precisa pensar em um trabalho efetivo no combate às manifestações de violência, como apoio, postura definida e comprometimento com a implantação de projetos da Cultura da Paz, que buscam planejar, executar e avaliar ações preventivas diante do quadro apresentado na escola pesquisada. Precisa eleger a prevenção e o combate à violência como política institucional que busca alternativas em todas as instâncias que estiverem ao seu alcance.

REFERÊNCIAS

ABRÁPIA, Disponível em: <http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-155.pdf>, consultado em 10 jan. 2011.

CHALITA, G. B. I. Educação - **A Solução está no afeto**. 4. ed. São Paulo: Editora Gente, 2001. v. 01. 264 p.

CURY, A.J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. RJ: Sextante, 2003.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. São Paulo: Versus, 2005. 224p.

FANTE, C. Aparecida Zonato. **O fenômeno Bullying e suas Consequências Psicológicas**. Disponível em: <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl84.htm>. Acesso em: 20 dez 2010.

FURASTÉ, P. Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação**. Explicação das Normas da ABNT. – 14 ed. Porto Alegre: 2006.

GIL, A. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999. 207p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

POLATO, A. Violência é produzida na escola sim. **Revista Nova Escola**. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/online/redatores/amanda/20070620_posts.shtml. Acesso em: 18 jul.2021.

NETO, L. Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **J. Pediatr.** (Rio de J.). Porto Alegre, v.81, n. 5, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572005000700006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, G. de J. Bullying: quando a escola não é um paraíso. **Revista Mundo Jovem**. Porto Alegre, n. 365, p. 2-3, 2006. Disponível em: <http://www.mundojovem.pucrs.br/bullying.php>. Acesso em: jul. 2021.

SILVA, J. Luiz da; BAZON, M. Rezende. Prevenção e enfrentamento do bullying: o papel de professores. **Revista Educação Especial**, v. 30, n. 59, set./dez. 2017, p. 615-627. Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria, Brasil.

**A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS DIREITOS HUMANOS:
ENTRE CONCEITOS, FUNDAMENTOS E DISTINÇÕES**
*The Contemporary Conception of Human Rights: Between Concepts,
Foundations and Distinctions*

Francisco Cleiton da Silva Paiva¹

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a concepção contemporânea da teoria dos direitos humanos. Baseados na defesa da dignidade da pessoa humana, os direitos humanos são fruto de conquistas ao longo da história, tendo se efetivado na ordem internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, quando este documento passou a ser o marco normativo de proteção humanitária em todo o mundo. A referida Declaração prevê um conjunto de direitos pertencentes à toda pessoa humana, independente de nacionalidade, raça, sexo, religião ou qualquer outra característica. Dentre esses direitos, estão o direito à vida, à liberdade, à alimentação, ao trabalho, dentre outros, que fundamentam uma existência digna. Na teoria contemporânea, apesar de haver variadas formas de designar direitos humanos, tais como “direitos do homem”, “direitos individuais”, “direitos fundamentais”, direitos naturais”, dentre outras, essas expressões possuem o mesmo significado. Contudo, a doutrina majoritária distingue, essencialmente, duas terminologias quanto à sua abrangência: “direitos humanos”, que são usados para definir os direitos estabelecidos pelo Direito Internacional; e “direitos fundamentais”, que corresponde àqueles referentes aos direitos reconhecidos e positivados pelos Estados, como ocorre no Brasil, no texto da Constituição Federal de 1988. Em termos metodológicos, o presente artigo trata-se de um estudo de revisão, categorizada como pesquisa qualitativa (quanto à natureza), descritiva (quanto ao objetivo) e bibliográfica (quanto ao objeto).

Palavras-chave: Direitos Humanos; Teoria Contemporânea; Direitos Fundamentais; Dignidade.

ABSTRACT

This work aims to present and discuss the contemporary conception of human rights theory. Based on the defense of the dignity of the human person, human rights are the result of conquests throughout history, having taken effect in the international order since the end of the Second World War, when the United Nations (UN) promulgated the Universal Declaration of Human Rights. Human Rights, in 1948, when this document became the normative framework for humanitarian protection worldwide. The aforementioned Declaration provides for a set of rights belonging to every human person, regardless of nationality, race, sex, religion or any other characteristic. Among these rights are the right to life, freedom, food, work, among others, which underpin a dignified existence. In contemporary theory, although there are various ways of designating human rights, such as "human rights", "individual rights", "fundamental rights", natural rights ", among others, these expressions have the same meaning. However, the majority doctrine essentially distinguishes two terminologies as to its scope: “human rights”, which are used to define the rights established by international law; and “fundamental rights”, which

¹ Graduação em Direito (FACEP) e Ciências Contábeis (UERN). Especialista em Contabilidade Pública (FINOM) e Direito Tributário (UCAM). Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (UFERSA). E-mail: cleiton_paiva@hotmail.com

corresponds to those referring to the rights recognized and affirmed by the States, as occurs in Brazil, in the text of the 1988 Federal Constitution. In methodological terms, this article is a review study, categorized as research qualitative (as to nature), descriptive (as to objective) and bibliographic (as to object).

Keywords: Human rights; Contemporary Theory; fundamental rights; Dignity.

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) define direitos humanos como um conjunto de direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição (ONU, 2020). O direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, à educação, ao trabalho, entre outros, fazem parte do rol de direitos protegidos e conferidos à toda humanidade, sem nenhuma distinção.

Diante das atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial, após seu término, os países decidiram se unir para evitar que outros eventos dessa natureza voltassem a acontecer, buscando, assim, dar uma proteção maior para a humanidade. Nesse ambiente, a ONU promulgou, em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento de proteção normativa internacional para orientar os Estados na proteção dos direitos da pessoa humana em todo o mundo. A Declaração surgiu da necessidade de uma arquitetura protetiva internacional e ao surgimento do direito internacional dos direitos humanos (FACHIN, 2015).

Moraes (1998) ressalta que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representou a mais importante conquista dos direitos humanos fundamentais em nível internacional de todo século XX. Na Declaração, que abrangeria todas as nações, foi reconhecida os valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade, lema da Revolução Francesa de 1789.

Naquele momento, a maior preocupação passava a ser a concessão e garantia dos direitos mínimos e fundamentais para todas as pessoas, garantindo não só seu direito à vida, mas também à uma existência plena, sendo realmente um sujeito de direitos.

Após a Declaração Universal de 1948, o significado de “direitos humanos” passou a ser redesenhado, como afirma Piovesan (2006, p. 07): “Considerando a historicidade destes direitos, pode-se afirmar que a definição de direitos humanos aponta a uma pluralidade de significados. Tendo em vista tal pluralidade, destaca-se a chamada concepção contemporânea de direitos humanos” PIOVESAN (2006, p. 07):

O sentido da expressão “direitos humanos” tem sua gênese na ideia de reconhecimento e proteção. Primeiramente, é preciso entender que os direitos humanos são fruto de conquistas ao longo da história humana. Para fins didáticos, contudo, Barreto (2019) coloca que a expressão ‘direitos humanos’ tem sido usada para identificar os direitos inerentes à pessoa

humana, na ordem internacionais. Entretanto, é comum observamos uma variedade de definições para direitos humanos, tornando-se difícil, por vezes, uma compreensão concreta sobre o assunto.

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a concepção contemporânea da teoria dos direitos humanos. Para tanto, fazemos uma abordagem perpassando sobre os principais conceitos e definições, fundamentos, características e distinções acerca desses direitos.

Dada a complexidade de se definir o que são esses direitos, buscaremos respaldo em alguns pensadores dos direitos humanos, teóricos e juristas que formularam ideias acerca do tema, tanto no passado, quanto atualmente. Por essa razão, o presente trabalho corresponde a um estudo de revisão a partir do estudo de autores expoentes na área dos direitos humanos, tais quais Piovesan (2006), Ramos (2018), Fachin (2015), Moraes (2018), Canotilho (1993), Bobbio (2004), dentre outros.

Quanto aos aspectos metodológicos, a presente pesquisa está categorizada, quanto à natureza a pesquisa, como pesquisa qualitativa; quanto aos objetivos da pesquisa, definida como descritiva; e, quanto ao objeto, considerada uma pesquisa bibliográfica.

2 DIREITOS HUMANOS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Os direitos surgem como resultado da evolução social e isso não se dá do dia para a noite. Para que hoje possamos desfrutar de um sistema jurídico na ordem de um Estado Democrático de Direito, muito se fez, de forma gradual, demorada e com várias idas e voltas. O jurista Bobbio (2004, p. 08) diz que “os direitos não nascem todos de uma vez”. Uma descrição sucinta, porém, precisa, de que o direito é fruto de uma evolução histórica e que tem o homem como protagonista. Em outra célebre e notável colocação, o pensador explica que os direitos mais fundamentais do homem são direitos históricos, “nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 2004, p. 08).

Bobbio (2004) em sua reflexão sobre como surgem os direitos, fala a respeito das dimensões dos direitos e traz de modo muito claro o entendimento de que essas dimensões surgem com um processo de evolução. Por exemplo, os direitos de terceira dimensão, como os relativos ao meio ambiente, jamais poderiam ter sido concebidos quando foram propostos os

direitos de segunda dimensão, assim como estes não poderiam ter sido imaginados à época da concepção dos direitos de primeira dimensão. Isto porque eles foram surgindo com o tempo, com o correr da história. Então, à medida que novas necessidades surgem, surgem essas ideias de proteção por parte do direito.

No âmbito internacional, o sistema normativo dos direitos humanos ganhou força após a Segunda Guerra Mundial. Podemos dizer que a internacionalização dos direitos humanos surgiu de um movimento fruto do pós-guerra, diante dos horrores cometidos pelo Estado nazista na Alemanha, que se destacou pelo desprezo e descarte de seres humanos. Piovesan (2006, p. 08) desenha um panorama de como essa ressignificação se deu:

É neste cenário que se desenha o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional contemporânea. Ao cristalizar a lógica da barbárie, da destruição e da descartabilidade da pessoa humana, a Segunda Guerra Mundial simbolizou a ruptura com relação aos direitos humanos, significando o Pós Guerra a esperança de reconstrução destes mesmos direitos.

A necessidade de proteger os seres humanos de outros eventos danosos consistiu em sua fonte na era contemporânea, não de surgimento, mas de um ressurgimento. Isto possui uma razão de ser e muito simples de entender, como explica Piovesan (2013, p. 191):

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, quando vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.

Foi a partir dessa ruptura que emergiu a necessidade de reconstruir os direitos humanos. Naquele momento, a maior preocupação passava a ser a concessão e garantia dos direitos mínimos e fundamentais para todas as pessoas, garantindo não só seu direito à vida, mas também à uma existência plena, sendo realmente um sujeito de direitos.

Após a Declaração Universal de 1948, o significado de “direitos humanos” passou a ser redesenhado, como afirma Piovesan (2006, p. 07): “Considerando a historicidade destes direitos, pode-se afirmar que a definição de direitos humanos aponta a uma pluralidade de significados. Tendo em vista tal pluralidade, destaca-se a chamada concepção contemporânea de direitos humanos”.

A ideia de “direitos humanos” traz em sua gênese o sentido de reconhecimento e proteção. “Os direitos humanos não foram dados, ou revelados, mas conquistados, e muitas vezes à custa de sacrifícios de vidas”, lembra Barreto (2019, p. 50). O autor coloca que, para efeito didático, a expressão ‘direitos humanos’ tem sido usada para identificar os direitos inerentes à pessoa humana, na ordem internacionais. Em vista de como surgiu, é preciso

também explicar qual o conteúdo desses direitos, bem como sua definição. Dada a complexidade de se definir o que são esses direitos, buscaremos respaldo em alguns pensadores dos direitos humanos, teóricos e juristas que formularam ideias acerca do tema, tanto no passado, quanto atualmente. Porém, Nucci (2019, p. 19), faz uma ressalva quanto à definição dos direitos humanos, que gostaríamos de citar, antes de lançarmos mão dos vários conceitos pertinentes à matéria:

O ponto chave é decifrar o conteúdo e o alcance dessa tão famosa quanto difundida expressão: direitos humanos. Naturalmente, em termos de absoluta simplicidade, são os direitos do ser humano. Porém, dito isso, ausente está a definição, e o seu alcance. Deve-se ponderar que os direitos humanos, em primeiro lugar, são os exclusivos do ser humano, afastando-se coisas e animais. Em segundo, hão de ser os direitos básicos, sem os quais o ser perece. Começa-se a encontrar um significado mais profundo, estabelecendo algumas fronteiras. Os direitos de primeira geração ou dimensão advêm do jusnaturalismo, a ponto de posições mais conservadoras defenderem que somente esses são direitos humanos. São os únicos direitos universais e válidos.

Contudo, a doutrina é pródiga em nos apresentar conceitos, os mais variados e precisos acerca da temática dos direitos humanos, dizendo exatamente o que pretendemos expor. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) define assim o que são direitos humanos: “Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição” (ONU, 2020, p. 01). Segundo à ONU, fazem parte desses direitos o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, à educação, ao trabalho, entre outros, que devem ser conferidos a todos os seres humanos, sem nenhuma discriminação, como podemos ver a seguir:

O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza. Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana (ONU, 2020, p. 01).

Segundo definem Kalin e Kunzli (2013, p. 38), “é a soma dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e coletivos estipulados pelos instrumentos internacionais e regionais e pelo costume internacional”. Trata-se de uma definição abrangente e formal, considerando o fato de que a defesa dos direitos humanos no plano internacional opera com base em normas juridicamente vinculantes e baseadas no direito positivo, conforme explica Peterke (2009). O referido autor considera que, dentre as definições de “direitos humanos”, esta é a mais completa, pois:

a) reporta-se às principais fontes do DIDH, ou seja, tratados internacionais e costume internacional. É seguro dizer que o conhecimento desses conceitos é indispensável para a compreensão e aplicação prática do DIDH;

- b) diz respeito à diferença entre DH individuais e coletivos. Isso nos permite analisar a questão da titularidade dos DHI;
- c) faz referência (indireta ou até involuntária) às chamadas “gerações” de DHI;
- d) reconhece, implicitamente, a indivisibilidade, inter-relação e interdependência dos direitos humanos;
- e) rememora a divisão do sistema de proteção internacional dos direitos humanos no sistema universal e nos sistemas regionais. (PETERKE, 2009, p. 86-87).

Peterke (2009) observa que a compreensão do significado dos direitos humanos é importante e pressuposto básico para a identificação das garantias individuais constantes nos documentos sobre direitos humanos, assim como das obrigações e proteções dela decorrentes.

Sabemos que para ser sujeito de direitos humanos há uma única condição: ser humano. Nessa linha, Castilho (2019, p. 244), ensina que os direitos humanos podem ser definidos também como um “conjunto de direitos que se reconhecem pertencentes ao ser humano por sua própria natureza”. Cavalcante Filho (2010, p. 06), por sua vez, entende direitos humanos “como os direitos considerados básicos para qualquer ser humano, independentemente de condições pessoais específicas. São direitos que compõem um núcleo intangível de direitos dos seres humanos submetidos a uma determinada ordem jurídica”.

Baseada na teoria de Thomas Paine (pensador e jurista britânico, autor de “Os Direitos do Homem”), há uma corrente doutrinária que, segundo Tavares (2018, p. 494), apresenta uma definição de viés jusnaturalista, segundo a qual os direitos humanos são: “a conjunção dos direitos naturais, que correspondem ao Homem pelo mero fato de existir, e dos direitos civis, vale dizer, aquele conjunto de direitos que correspondem ao Homem pelo fato de ser membro da sociedade”. Direitos humanos também podem ser definidos, segundo Luño (1979, p. 43) como “um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento histórico, concretizam as exigências da dignidade, liberdade e igualdade humanas, as quais devem ser reconhecidas positivamente pelos ordenamentos jurídicos em nível nacional e internacional”. É um conceito que traz em sua essência a base de surgimento das primeiras ideias relacionadas aos direitos do homem, pois começa com a dignidade, caráter individual e pessoal, para depois relacioná-las à liberdade e igualdade, dois pressupostos para a conquista desses direitos, nas dimensões civis e políticas.

Santos Júnior (1996, p. 282) lembra que os direitos humanos “serão aqueles essenciais, sem os quais não se reconhece o conceito estabelecido de vida. Não há uma relação estabelecida e final de tais direitos, já que seu caráter é progressivo, correspondendo a cada momento ao estágio cultural da civilização, como se vê das sucessivas ‘gerações’”. Nessa definição, os direitos humanos possuem um viés histórico, em que, na visão do autor, sua evolução ocorreu

de forma sequencial, tal como concebido na teoria das dimensões. Direitos Humanos também são objeto de interessante definição apresentada por Moraes (2018, p. 26), pela qual podem ser entendidos como:

O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana pode ser definido como direitos humanos fundamentais.

Outra definição, elaborada por Ramos (2018, p. 26), sintetiza bem a essência do que vem a ser direitos humanos: “Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna”.

Como vemos, quase todos as definições de direitos humanos reportam-se a eles como um “conjunto de direitos”. De fato, os direitos humanos não podem ser resumidos a um único direito, uma vez que todos os direitos individuais, sociais e transindividuais são oriundos desses direitos, o que presume seu caráter amplo. Ramos (2018), inclusive, lembra que não há um rol taxativo predeterminado desse conjunto mínimo de direitos fundamentais para a dignidade da pessoa humana, visto que cada ser humano, em cada época e lugar, possuem necessidades distintas, variando esses direitos de acordo com cada contexto, e é exatamente em função dessas novas demandas são esses direitos são positivados e, por sua vez, passam a fazer parte da relação dos direitos humanos. Ramos (2018, p. 26) complementa esse entendimento da seguinte forma:

Os direitos humanos representam valores essenciais, que são explicitamente ou implicitamente retratados nas Constituições ou nos tratados internacionais. A fundamentalidade dos direitos humanos pode ser formal, por meio da inscrição desses direitos no rol de direitos protegidos nas Constituições e tratados, ou pode ser material, sendo considerado parte integrante dos direitos humanos aquele que – mesmo não expreso – é indispensável para a promoção da dignidade humana. (RAMOS, 2018, p. 26).

“Em geral, todo direito exprime a faculdade de exigir de terceiro, que pode ser o Estado ou mesmo um particular, determinada obrigação” (RAMOS, 2018, 26). Segundo o autor, no caso dos direitos humanos, por possuir uma estrutura variada, poderão vir de quatro formas (RAMOS, 2018):

I – Direito-pretensão: é a busca de algo, com a contrapartida de dever (premissa básica) de outro, como, por exemplo, o direito de à educação fundamental, em que o Estado possui o dever de prestá-la de forma gratuita, nos termos do art. 208, I, CF/88.

II – Direito-liberdade: que consiste na ausência de direito (premissa básica), ou seja, o direito de agir sem a interferência de direito de terceiros, como, por exemplo, a liberdade de crença, conforme o art. 5º, VI, da CF/88.

III – Direito-poder: segundo o qual o indivíduo tem o poder de exigir determinada sujeição (premissa básica) de terceiros ou do Estado o cumprimento de determinada norma, como no caso do previsto no art. 5º, LXIII, da CF/88, que confere o poder de exigir que, ao ser presa, a pessoa possa requerer a assistência familiar e de um advogado, em que obriga a autoridade pública dar essa providência.

IV – Direito-imunidade: corresponde no direito que a norma confere ao indivíduo de que terceiros ou o Estado é incompetente (premissa básica) para interferir na sua esfera pessoal. Como exemplo, podemos citar a imunidade da pessoa à prisão, exceto nos casos de flagrante delito ou por ordem expressa e fundamentada de autoridade judiciária competente, ou em casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, nos termos do art. 5º, LVI, da CF/88.

2.1 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais

Existem várias formas de designar “direitos humanos”, a depender da época de que trata o objeto de estudo. Conforme Ramos (2018), se observa essa variedade de terminologias tanto nas doutrinas quanto nos diplomas nacionais e internacionais, mas todas elas servem para designar os direitos essenciais do indivíduo, quais sejam: direitos humanos, direitos do homem, direitos individuais, direitos fundamentais, direitos naturais, liberdades públicas, direitos públicos subjetivos, liberdades fundamentais. Contudo, referem-se à mesma coisa.

Toda essa diversidade de termos é resultado da evolução histórica em que se deu os direitos humanos, assim como a partir do redesenho em que se deu sua delimitação e fundamento. À medida que esses direitos eram conquistados e um documento expressava essa conquista, havia uma utilização heterogênea de expressões, mas com o mesmo significado: os direitos humanos.

Por exemplo, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem de 1948 adota as locuções “direitos do homem” e “direitos essenciais do homem”. A Carta da Organização das Nações Unidas emprega a expressão “direitos humanos”, bem como “liberdades fundamentais”, ambos com o mesmo sentido. A Declaração Universal de Direitos Humanos, por sua vez, cita em seu preâmbulo “direitos do homem” e, logo após, “direitos fundamentais do homem”, e ainda “direitos e liberdades fundamentais do homem”. A Carta da Organização das Nações Unidas emprega a expressão “direitos humanos”, bem como “liberdades

fundamentais”, ambos com o mesmo sentido. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia de 2000 utiliza a expressão “direitos fundamentais” e a Convenção Europeia de Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais de 1950 adotou a locução “liberdade fundamental” (RAMOS, 2018). Embora, na maioria das vezes, esses termos tenham o mesmo significado, pode ocorrer, todavia, que em alguns contextos estejam designando sentidos diversos. Contudo, as expressões mais usadas no século XX e XXI são duas: direitos humanos e direitos fundamentais.

A partir de 1948, com a positivação das normas internacionais de proteção aos direitos humanos, construiu-se o chamado “sistema normativo global dos direitos humanos” (ARAKAKI; VIERO, 2018). Essas normas, para terem validade nos Estados, devem passar por um processo de reconhecimento, que se dá de forma diferente em cada um, a depender do seu sistema normativo.

Como bem ensina Ramos (2018, p. 53-54), a doutrina majoritária tende a reconhecer que os “direitos humanos” são usados para “definir os direitos estabelecidos pelo Direito Internacional em tratados e demais normas internacionais sobre a matéria, enquanto a expressão ‘direitos fundamentais’ delimitaria aqueles direitos reconhecidos e positivados pelo Direito Constitucional de um Estado específico”. Assim, a partir dessa internalização, com o reconhecimento dessas normas de direitos humanos “passam a ser chamadas de ‘direitos fundamentais’, com base na sua fundamentalidade na proteção do ser humano, garantindo-lhe o mínimo essencial que assegure sua dignidade”, conforme explicam Arakaki e Viero (2018, p. 205).

Canotilho (1993, p. 542), endossando essa distinção, explica que as expressões “direitos do homem” e “direitos fundamentais” geralmente são utilizadas como sinônimas, mas que, segundo sua origem e significado, poderíamos distingui-las da seguinte forma: “direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); direitos fundamentais são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente”. Para o autor, os direitos do homem advêm da própria natureza humana, daí seu carácter inviolável, atemporal e universal; já os direitos fundamentais seriam os direitos relacionados àqueles vigentes num determinado ordenamento jurídico.

É a mesma concepção de Moraes (1998), que, ao diferenciar direitos humanos de direitos fundamentais, explica que os direitos humanos são inerentes à própria condição humana, sem nenhuma vinculação com outras peculiaridades de indivíduos ou grupos destes.

O autor conceitua, por sua vez, que os direitos fundamentais são “direitos humanos reconhecidos como tais pelas autoridades às quais se atribui o poder político de editar normas, tanto no interior dos Estados quanto no plano internacional; são os direitos humanos positivados nas Constituições, nas leis, nos tratados internacionais” (MORAES, 1998, p. 36). Cabe aqui mencionar, também, Cavalcante Filho (2010, p. 06), que explica bem e resumidamente a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais:

Realmente, direitos fundamentais e direitos humanos, estes (humanos) são direitos atribuídos à humanidade em geral, por meio de tratados internacionais (Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, 1948, por exemplo). Já os direitos fundamentais são aqueles positivados em um determinado ordenamento jurídico (Constituição Brasileira, Lei Fundamental Alemã etc.).

Neste nosso trabalho, adotamos a metodologia descrita por Ramos (2018) e Canotilho (2013) para designação de “direitos humanos” e “direitos fundamentais”. Entretanto, abordaremos a expressão “direitos fundamentais” de forma mais específica quando tratarmos desses direitos referentes ao direito interno brasileiro, a partir da Constituição Federal de 1988.

2.2 Características dos Direitos Humanos

Os direitos humanos, assim como outros tipos de direitos, possuem características próprias. Essas características podem ser apresentadas conforme sua natureza, titularidade e princípios. A doutrina traz algumas principais características: historicidade, universalidade, essencialidade, irrenunciabilidade, inalienabilidade, inexauribilidade, imprescritibilidade, vedação do retrocesso e efetividade.

Segundo Ramos (2016), o conhecimento e estudo dessas características é importante por duas razões: a primeira é porque permite uma compreensão do estágio em que se encontra a proteção dos direitos humanos na ordem internacional; a segunda razão, de ordem interna, é que o conhecimento dessas características é importante para o operador do direito, visto que o Brasil é signatário de vários Tratados internacionais de direitos humanos, com força vinculante para o direito brasileiro.

No caso do Brasil, as normas de direitos humanos possuem estatura constitucional, encontrando-se em hierarquia superior às normas infraconstitucionais após sua aprovação, conforme prevê o § 3º do Art. 5º da Constituição Federal de 1988: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. Ramos (2016, p. 101) esclarece: “No Brasil, por

exemplo, as normas definidoras de direitos e garantias individuais estão inseridas na Constituição e ainda consideradas cláusulas pétreas, ou seja, imutáveis, pois não são passíveis de modificação sequer pela ação do Poder Constituinte Derivado”. Portanto, dada a importância dessas características, passaremos a ver, resumidamente, algumas delas a seguir.

A primeira característica, a historicidade, é o resultado de situações reais, construídas ao longo do tempo e conforme as condições de cada época. Para Castilho (2019), a historicidade se contrapõe à concepção naturalista (cujos direitos são atemporais e fixos), uma vez que decorre da evolução histórica, e, em se tratando de direitos fundamentais, variam também conforme o lugar. Bobbio (2004, p. 08) a esse respeito, também afirma: “os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual”. Outra característica é a universalidade, que corresponde ao aspecto da titularidade dos direitos humanos, como um direito que pertence a todas as pessoas, indistintamente. Segundo Ramos (2018, p. 101), essa característica trata de atribuir a titularidade desses direitos a todos os seres humanos, “não importando nenhuma outra qualidade adicional, como nacionalidade, opção política, orientação sexual, credo, entre outras”.

O fato de que os direitos humanos serem essenciais por natureza representa a característica denominada essencialidade. Segundo Mazzuoli (2018, p. 37), possuem conteúdo “os valores supremos do ser humano e a prevalência da dignidade humana (conteúdo material), revelando-se essenciais, também, pela sua especial posição normativa (conteúdo formal)”.

Os direitos humanos são considerados como um valor intrínseco do ser humano, e dele não se pode abrir mão. Tê-lo não faz parte de uma escolha, pois é um direito surge a partir do nascimento, e, como um valor universal, não diz respeito apenas a seu titular. Conforme Moraes (1998), “os direitos humanos fundamentais não podem ser objeto de renúncia”, dando-se a essa característica o nome de irrenunciabilidade. Essa característica preconiza que a autorização para a violação do seu conteúdo pelo titular renunciando desse direito não pode ser justificado nem convalidado, como Barreto (2019, p. 34) explica: “A irrenunciabilidade transmite a mensagem que as pessoas não têm poder de dispor sobre a proteção à sua dignidade, não possuindo a faculdade de renunciar à proteção inerente à dignidade humana”.

Barreto (2019) traz o emblemático exemplo do caso francês do arremesso de anões”. Conforme conta, era uma forma de entretenimento dos bares na França, já na década de 1990, que consistia em arremessar (jogar) os anões como se fossem objetos, em direção a uma pista

de colchões, em que ganhava quem arremessasse o anão mais longe. Acontece que, na cidade francesa de Morsang-sur-Orge, a Prefeitura vetou a brincadeira, proibindo a prática e fechando os bares que desrespeitassem a nova lei.

O caso foi parar na justiça, indo até o Conselho de Estado (órgão superior da justiça francesa), que, por sua vez, negou provimento ao pedido de revogação da lei municipal. O detalhe mais curioso de toda a história é que a referida lei foi questionada por um dos anões, o Senhor Manuel Wackenheim. O requerente alegou em seu pedido que aquela prática era seu trabalho, portanto, seu único meio de subsistência. Ou seja, não importava para o anão se aquela prática era também uma forma indigna de tratamento humano, pois para ele, o mais importante era sua sobrevivência. A discussão jurídica foi parar no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que concordou com a decisão da justiça francesa, entendendo também que aquela prática violava a dignidade da pessoa humana. Portanto, o caso até hoje serve de exemplo didático para mostrar que a dignidade é irrenunciável.

Outras situações podem servir de exemplos dessa mesma característica, como aqueles em que envolvem o suicídio, a eutanásia, o aborto, entre outros. Em todo caso, o que se depreende é que a dignidade é um valor tão importante, que a nenhum ser humano lhe é dado o direito de renunciar ao mesmo.

Além de irrenunciável, os direitos humanos são também inalienáveis, o que enseja uma outra característica, a inalienabilidade, e significa que os direitos humanos não são passíveis de negociação, de nenhuma natureza, seja onerosa ou gratuita. Carvalho Filho (2010, p. 08) explica: “Alienar significa transferir a propriedade. Via de regra, os direitos fundamentais não podem ser vendidos, nem doados, nem emprestados etc.”. Para o autor, os direitos humanos são direitos de eficácia objetiva, pois são de interesse de toda coletividade. No entanto, há algumas exceções, como o direito à propriedade, que mesmo sendo um direito fundamental, pode ser alienado (ressaltemos que não o direito em si, mas a propriedade como objeto).

Os direitos humanos também são inexauríveis, ou seja, inesgotáveis, no sentido de que eles sempre serão possíveis de se expandir, somando-se a qualquer tempo novos direitos aos já existentes, assim como observamos a evolução dos direitos ao longo da história. Isso corresponde à outra característica dos direitos humanos, a inexauribilidade. No Brasil, podemos encontrar exemplo dessa inexauribilidade no texto constitucional, como previsto no § 2º do Art. 5º da Carta Magna de 1988: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.” Mazzuoli (2018, p. 38), a esse respeito,

observa que o texto constitucional se refere à dupla possibilidade de inserção de normas de direitos humanos no ordenamento pátrio: “eles podem ser complementados tanto por direitos decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados como por direitos advindos dos tratados internacionais (de direitos humanos) em que o Brasil seja parte.”

No rol das características, encontramos também a imprescritibilidade, que significa que os direitos humanos não são atingidos por decurso de prazo, ou seja, não deixam de existir pelo passar do tempo. De acordo com Barreto (2019, p. 36): “A imprescritibilidade quer dizer que a pretensão de respeito e concretização de direitos humanos não se esgota pelo passar dos anos, podendo ser exigida a qualquer momento”. Essa característica, é bom ressaltar, não se refere à prescrição relacionada à reparação de dano por violação de direitos humanos, mas tão-somente à pretensão de respeito a esses direitos.

Sendo os direitos humanos fruto de uma evolução histórica, não é cabível que ele sofra retrocessos, passando a proteger menos direitos do que protege, o que é a essência da característica denominada de vedação do retrocesso. Por ela, fica proibido dos Estados retrocederem em matérias relacionadas a direitos humanos, ou, direitos fundamentais. Do mesmo modo, os Tratados internacionais só podem dispor de normas que ampliem o rol de direitos já existentes, sendo impedidos de reduzir ou eliminar direitos. Mazzuoli (2019, p. 38) explica: “se uma norma posterior revoga ou nulifica uma norma anterior mais benéfica, essa norma posterior é inválida por violar o princípio internacional da vedação do retrocesso (igualmente conhecido como princípio da ‘proibição de regresso’, do ‘não retorno’ ou ‘efeito *cliquet*’”.

Acerca das características dos direitos humanos, Moraes (1998) discorre em sua doutrina sobre a efetividade, que está relacionada à atuação do Poder Público, responsável para garantia e efetivação dos direitos previstos no sistema jurídico de cada país, utilizando-se, se necessário, seu poder coercitivo para que esses direitos sejam respeitados.

Por último, é preciso mencionar a indivisibilidade, também chamada de unidade ou interdependência, característica que “quer dizer que os direitos humanos devem ser compreendidos como um conjunto, como um bloco único, indivisível e interdependente de direitos” (BARRETO, 2019, p. 36). A esse respeito, Ramos (2016) explica que todos os direitos humanos devem ser reconhecidos de maneira homogênea e unificada, sem privilégio de um direito em relação a outros, pois todos devem ter a mesma proteção jurídica, condição essencial para proporcionar uma vida digna a todos. Por sua vez, Cavalcante Filho (2010, p. 08) observa que o desrespeito a qualquer um desses direitos, conseqüentemente, será um desrespeito a todo

o conjunto de direitos humanos: “abrir exceção com relação a um é fazê-lo em relação a todos. Não se pode desrespeitar direitos fundamentais ‘só um pouquinho’, ou ‘só para uma pessoa’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a concepção contemporânea da teoria dos direitos humanos. Nele, foi realizada uma abordagem teórica sobre os principais conceitos e definições, fundamentos, características e distinções acerca desses direitos.

Os direitos humanos são inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. São direitos básicos, como o direito à vida, à igualdade, dentre tantos outros, e tem por princípio a dignidade da pessoa humana.

Neste sentido, podemos afirmar que os direitos humanos são uma das principais conquistas da humanidade na era contemporânea, porém, devemos entender que essa conquista é decorrente de lutas históricas e que ultrapassam os séculos.

Um estudo pormenorizado sobre os direitos humanos é importante para que seus conceitos sejam melhor entendidos e aplicados. Compreender o arcabouço teórico à luz das concepções contemporâneas dá maior solidez à reflexão quanto a um tema tão vasto e de relevância mundial. Qualquer compreensão incompleta ou incorreta compromete, por consequência, toda o entendimento do sistema jurídico, tanto nacional quanto internacionalmente, assim como toda noção de justiça.

Contudo, é preciso que os direitos humanos recebam uma atenção permanente, pois, à medida que a sociedade evolui e se torna mais complexa, novos direitos também vão surgindo, criando a necessidade de uma nova abordagem e reflexão quanto a esses direitos. Além disso, a ideia dos direitos humanos são princípios que devem ser defendidos em todo mundo, pois diz respeito a todos, inclusive às gerações futuras.

Por isso, essa temática merece um estudo permanente e aprofundado, com novas abordagens e descobertas, sobretudo porque é um tema de relevância para a sociedade e toda ideia nova tem grande contribuição para todos.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, F. F. S.; VIERO, G. M. **Direitos Humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

BARRETTO, R. **Direitos Humanos**. 9. ed. rev. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2019.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 7. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 108/2020. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021. Disponível em: <https://livraria.senado.leg.br/constituicao-federal-108a-emenda-livro-2020> Acesso em: 05 mar. 2021.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional**. 6. ed. rev. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CASTILHO, R. **Direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CAVALCANTE FILHO, J. T. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaTvJustica/portaTvJusticaNoticia/anexo/Joao_Trindade_Teoria_Geral_dos_direitos_fundamentais.pdf Acesso em: 28 jul. 2020.

FACHIN, M. G. **Direitos Humanos e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

KALIN, W.; KUNZLI, J. **Universeller menschenrechtsschutz**: der schutz des individuum auf globaler und regionaler ebene (Proteção universal dos direitos humanos: protegendo os indivíduos nos níveis global e regional). [Tradução livre do autor]. *Germany: Nomos Verlagsgesellschaft*, 2013.

LUÑO, Antonio Enrique Pérez. Delimitación Conceptual de los Derechos Humanos. *In: Los Derechos Humanos, Significación, Estatuto Jurídico y Sistema*. [Tradução livre do autor]. *Sevilla: Publicaciones de la Universidad de Sevilla*, 1979.

MAZZUOLI, V. de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 5. ed., rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

MORAES, A. de. **Direitos humanos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 1998.

NUCCI, G. de S. **Direitos humanos versus segurança pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Nações Unidas Brasil. Rio de Janeiro: UNIC, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 24 jul. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **O que são direitos humanos?** Centro de Informações da ONU para o Brasil. Rio de Janeiro: UNIC, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/> Acesso em: 31 jul. 2020.

PETERKE, S. **Manual prático de direitos humanos internacionais**. Coordenador: Sven Peterke; André de Carvalho Ramos [et. al.] – Brasília-DF: Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), 2009.

PIOVESAN, F. **Caderno de Direito Constitucional**. Módulo V. Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. EMAGIS, 2006.

RAMOS, A. de C. **Curso de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RAMOS, A. de C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS JÚNIOR, B. dos. Direitos Humanos Priorizados pela Justiça. **Revista da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas**, ano 10, n. 14, jan./jun. 1996.

TAVARES, A. R. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Eder da Costa Pantoja¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um panorama da educação especial e inclusiva, ofertada pela rede pública estadual de ensino. Compreendendo os desafios enfrentados pelos responsáveis por esta modalidade na sua aplicação de fato, assim como, observar as negligências praticadas tanto por parte dos pais, comunidade escolar e poder público. Verificando as possibilidades e os limites dos atores que compõe o cenário da educação pública brasileira. Os caminhos que a escola deve percorrer para alcançar a inclusão de fato. O comprometimento de pais e responsáveis no sentido de auxiliar dentro e fora da escola, assim como o poder público fazer valer a legislação conquistada diante de tantas lutas. Para isso, foi realizada uma fina análise bibliográfica, no sentido de compreender o que falta fazer para melhorar e solucionar demandas conhecidas e antigas no ambiente, assim como, perceber onde ainda persistimos errantes no que tange a educação especial.

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão. Desafio. Família. Poder público.

ABSTRACT

The present work aims to make a panorama of special and inclusive education, offered by the state public school network. Understanding the challenges faced by those responsible for this modality in their actual application, as well as observing the negligence practiced both by parents, school community and public power. Checking the possibilities and limits of the actors that make up the scenario of Brazilian public education. The paths the school must take to achieve inclusion in fact. The commitment of parents and guardians to help in and out of school, as well as the public power to enforce the legislation won in the face of so many struggles. For this, a fine bibliographical analysis was carried out in order to understand what needs to be done to improve and solve known and old demands on the environment, as well as to understand where we still persist in wandering about special education.

Keywords: Special education. Inclusion. Challenge. Family. Public power.

“A escola não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo da estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, [...] mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com o conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos menos dóceis e disciplinados”. (ABRAMOWICZ, 1997).

¹ Prof^o Licenciado Pleno em Matemática pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) – Especialista Lato Sensu em Matemática, Faculdade de Educação Montenegro – Gestão Educacional, Faculdade do Tapajós (FAT) – Psicopedagogia Institucional com Ênfase em Educação Especial, Faculdade do Tapajós (FAT) – Educação Programa Lato Sensu, Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE)
Email ecostapantoja@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta apresentar a quem se interessa pelos estudos direcionados a educação especial e inclusiva, as contradições entre teoria e prática, assim como, observar o quão grande é fosso entre a educação de qualidade que tanto sonhamos e a educação que está sendo oferecida pelas secretarias estaduais em todo o Brasil. O foco deste artigo, será direcionado para as dificuldades que a rede pública de ensino, apresenta no atendimento aos alunos com deficiência. Problemas que vão desde a ausência de profissionais competentes, bem como a de uma simples rampa para a locomoção dos cadeirantes. O primeiro concurso público para o provimento de cargos especializados no atendimento a pessoas com deficiência só foi realizado em 2013, depois de inúmeros processos judiciais impetrados por pais e responsáveis de alunos que apresentavam alguma necessidade, onde as mais comuns são: surdez, baixa visão, deficiência intelectual, deficiência motora e outros.

Durante décadas uma geração de alunos com deficiência foi negligenciada ou simplesmente colocada no canto da sala, os membros dessa geração eram chamados de mudinho, surdinho, doidinho, maneta, pernetta e tantos outros pseudônimos possíveis. Quando percebiam que não seriam incluídos, pouco a pouco iam se evadindo do ambiente escolar, uma dicotomia por décadas foi ignorada, por pais, professores e gestão escolar, pois a escola tem por missão, além de educar e facilitar conteúdos, ser um espaço de socialização e acolhimento, o lugar que deveria ser acolhedor, muitas das vezes se transformava em um espaço aterrorizante para essas pessoas. Talvez essa realidade não seja apenas uma exclusividade brasileira, tendo em vista que em junho de 1994, foi realizado a **Conferência Mundial de Educação Especial** na cidade de Salamanca na Espanha, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais, onde ficou decidido que toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Infelizmente os avanços da educação especial no Brasil, depois da Conferência em Salamanca ainda são incipientes. As grades curriculares das instituições de ensino superior no país não estavam preparadas para essa “nova” demanda. Com a obrigatoriedade do Estado em atender esse novo e crescente público provocou muita confusão nos professores de escolas públicas, pois a grande maioria não se sentia preparada para esta nova atribuição. Como podemos observar na seguinte citação:

Diante da filosofia de inclusão como um movimento mundial, impulsionada sobretudo pela Convenção de Salamanca, as escolas de todo o mundo tiveram que dar conta de incluir crianças que precisavam de ajuda em classes já existentes, muitas vezes com

grande número de alunos e professores, cuja formação não havia se preocupado com esses aspectos. Neste momento, a opção para muitos foi colocar um profissional especializado na sala de aula, a fim de acompanhar uma criança ou adolescente em parceria com o professor de classe. Com o crescimento e propagação da ideia do mediador escolar, despontou a necessidade de se estudar mais a fundo o assunto, apesar do pouco material teórico disponível sobre o tema (MOUSINHO, R. et. al., 2010, p. 2).

2 MÉTODO

Para a construção desse artigo acadêmico, foram utilizadas como fontes balizadora e norteadora, a leitura de trabalhos científicos reconhecidos e confrontando-os com a realidade vivida nas escolas da rede pública de ensino, através de documentos oficiais e recortes jornalísticos, para que possamos criar uma régua mensuradora onde estará inscrito: aquilo que sonhamos, o que já possuímos e o que precisamos. O que nos possibilitará perceber que nem sempre ou quase nunca, o praticado, está de acordo com o prescrito, tanto pela legislação oficial, quanto pelos estudiosos da educação especial. Optei por trabalhar com recortes de jornais, por concordar com Severino (2007), quando o autor, ao escrever sobre a importância das diversas possibilidades de fontes, para se investigar os principais problemas dentro de uma realidade, neste caso, as dificuldades na educação especial, faz o seguinte registro:

É toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro das informações retiradas nessas fontes e que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho. (SEVERINO, 2007, p.124)

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A função da escola na educação especial

Segundo a Secretaria de Educação (SEDUC-PA) em resposta ao Ministério Público do Estado (MPE), havia mais de 5 mil alunos com deficiência em 2016. Já a Associação Paraense das Pessoas com Deficiência (APPD) afirma que 14% da população do estado tem algum tipo de deficiência e boa parte tem capacidade para estudar. No entanto, a maioria encontra problemas com a falta de infraestrutura da rede pública e estadual de ensino. Portanto, é de suma importância entender as dificuldades do cotidiano dessas pessoas, que muitas vezes são

inerentes às más condições estruturais das escolas públicas estaduais. No entanto, é necessário compreender que os desafios da educação especial da rede pública no Estado do Pará, está para além do corpo funcional das escolas, essa é uma luta que também pertence a outros segmentos da sociedade, tais como: pais e responsáveis, secretarias de educação e o poder público em suas várias esferas.

A educação especial e inclusiva só se torna real quando se faz justiça, seja ela de natureza social, regional, cultural, gênero e física. A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, todos se igualam pelas suas diferenças. Questionar os caminhos, que a escola percorre para solucionar ou se acomodar, diante deste paradigma em que a educação pública brasileira se encontra, que diz respeito ao atendimento as pessoas com deficiência, deve ser a motivação principal de todo servidor público da educação, não apenas dos professores.

Romper com os padrões de um ensino conservador que separam os alunos em especiais e normais, tem que ser combustível que move o professor que se propõe a trabalhar com educação especial. A escola deve ser um espaço de todos e para todos. Refletir sobre atitudes excludentes por parte de docentes, administrativo e pessoal de apoio, é essencial no processo de inclusão daqueles que por muito tempo foram deixados no “canto” das salas de aula, pois agindo assim a escola cria condições para a criação de espaços educacionais para aqueles que fogem da dita normalidade, e que não estão incluídos no grupo dos neurotípicos, acentuando ainda mais as diferenças e dificultando a inclusão delas. No entanto, muitos tem conclamado o direito a diversidade, o que sugere uma grande quantidade de idênticos, acredita-se que a escola deve priorizar as diferenças, que também são multiplicidades e que muitas das vezes são múltiplas dentro de uma diversidade, como podemos perceber no seguinte trecho:

A diferença vem do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças - diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado - da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico (SILVA, 2000, p.100-101).

A mudança necessária para se iniciar um processo de transformação no ambiente escolar, deve iniciar com a elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP, comprometido com a educação especial, em que estejam explicitados os objetivos a serem alcançados, no qual a inclusão deve ser o ponto principal desse documento, pois nele se fará a constatação de realidade escolar atual. A exigência legal do PPP está expressa na LDBEN - Lei Nº. 9.394/96

que, em seu artigo 12, inciso I define, entre as atribuições de uma escola, a tarefa de: elaborar e executar sua proposta pedagógica. Vale ressaltar, que para uma efetiva promoção da inclusão, não basta recheiar a escola de alunos com deficiência, é necessário reinventar os profissionais e sua conduta, como podemos ver no seguinte comentário:

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um design diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (MANTOAN, 2006, p. 54- 55).

O Projeto Político Pedagógico deve priorizar a segurança dos direitos e necessidades básicas dos alunos com deficiência, tanto na parte estrutural, quanto na parte do atendimento. A escola deve solicitar junto a Secretaria Estadual de Ensino do Estado, reformas estruturantes, material didático específico para a educação especial, assim como, material humano capacitado e especializado nessa modalidade de ensino, para que esse profissional auxilie a escola a encontrar caminhos, que possam mitigar as adversidades, que tornam o ensino especial uma dificuldade, da mesma maneira que, atue como um facilitador da escola para colocar em prática, tudo o que foi desenvolvido e acordado no Projeto Político Pedagógico, pois tudo isto está previsto no art. 59 da LDBEN 9394/96, como podemos observar:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV – Educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Outro ponto importante está ligado à participação efetiva do professor na construção do Projeto Político Pedagógico, que apesar de não existir uma indispensabilidade de um docente

na organização e elaboração do referido Projeto, não o exime e nem o incentiva, a não participar da idealização desse documento. A escola de criar um plano de ação, tendo como finalidade principal, motivar os professores a serem mais participativos nessa demanda tão urgente, afastando a ideia de que aluno com deficiência é “problema” exclusivo dos profissionais dessa modalidade de ensino. Somente serão colhidos os frutos desse trabalho, após a elaboração e execução desse projeto, que é imprescindível, para que ocorra o que é proposto na Constituição Federal de 1988, em artigo 206, onde se ressalta a gestão democrática. A LDBEN (9394/96) em seu artigo 14, reforça essa ideia:

[...] Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares

Sem dúvida, o estranhamento, ainda é o principal ponto de litígio, entre o engajamento do professor e a construção de uma educação especial e inclusiva realmente aplicável no ambiente escolar. Talvez essa aversão a questão da educação especial, esteja relacionada com o não engajamento dos docentes na construção do Projeto Político Pedagógico das escolas, achando que esse é um dever apenas da parte administrativa, ou seja, coordenadores e direção. No entanto, entendemos não é apenas isso, como podemos observar nas palavras de Minetto:

Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causaram muita desestabilidade e resistência (MINETTO, 2008, p.17).

Segundo Paula (2007), a escola deve estar ataviada com recursos capazes de oferecer segurança e acolhimento aos alunos da educação especial, pois sem estes, torna-se difícil executar as atribuições presentes na legislação, que obriga o oferecimento desta modalidade de ensino a partir da educação infantil, pois é lá que se encontra o maior número de alunos que necessitam de atendimento especial e especializado, como podemos verificar neste breve discurso:

Uma escola inclusiva deve garantir, também, condições para que as crianças possam se locomover em todos os ambientes, providenciando a construção de rampas ou elevadores para o acesso, inclusive aos pisos superiores, de banheiros, adaptados para acomodação de cadeiras de rodas, colocação de corrimãos, instalação de piso antiderrapante, sinalização para os alunos com baixa visão e para os alunos surdos. Assim todos os alunos terão condições de frequentar a totalidade das aulas. Devemos lembrar que a Constituição de 1988 assegura igualdade de condições de acesso e permanência no sistema educacional para todos. (p. 11).

3.2 A função dos pais e responsáveis na educação especial

Infelizmente, atualmente é senso comum, atribuir única e exclusivamente ao professor a tarefa de educar. No entanto, vale ressaltar que a função da docência é inerente a facilitação dos conteúdos previstos Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tem como objetivo inserir o aluno na cidadania de sua localidade, ajudando-o a exercê-la nas suas variadas especificidades, seja social, familiar, regional, étnica, gênero, profissional e política. A família é a base de sustentação para que esse processo finalize com alto índice de aproveitamento, pois quando o aluno pertence a um lar, que convive com problemas de várias ordens: pais separados, violência doméstica, dificuldade financeira, falta de estímulo e outros. Acarretará problemas na sua vida escolar, sendo de várias ordens, sendo a falta de motivação, mais presente em sala de aula. Apesar disso, existe um grande quantitativo de crianças, que transpassam todas essas dificuldades, como podemos observar na seguinte citação:

[...] a família, na maioria das vezes, é composta pelos pais biológicos, avós, tios, primos e, às vezes, irmãos. No entanto, pode-se encontrar famílias compostas de outras maneiras: a mãe é solteira e o pai não está presente ou o casal se separa. Cabe ressaltar que, em muitos casos, essas situações adversas não comprometem o amor e o ambiente harmonioso da família, e os filhos experimentam a aceitação e segurança decorrente do bem viver familiar (MALDONADO, 2003, p.153)

Escola e família são instituições indissociáveis no processo da construção educacional das crianças, infelizmente isso se faz de maneira mais difícil em regiões, cidades e comunidades onde a realidade social é próxima da pobreza extrema. Como incentivar e estimular os alunos, que estão mais preocupados com o que irão comer? Todavia, mesmo diante de todas as adversidades, fica claro, que tal empreitada, se faz de maneira imprescindível com presença desses dois elementos, quando assunto é a educação especial e inclusiva. De tal forma, que um será a base de sustentação do outro, em um trabalho colaborativo de mão dupla, para que haja reciprocidade de ambos, conforme Szymansky:

Ambas as instituições têm em comum (...) o fato de prepararem os membros jovens para sua inserção futura na sociedade e para o desempenho de funções que possibilitem a continuidade da vida social. Ambas desempenham um papel importante na formação do indivíduo e do futuro cidadão (SZYMANSKY, 2010, p. 98).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seus artigos 54, 55 e 56, faz algumas advertências e prescrições aos pais e responsáveis no que tange a educação de seus filhos ou que estão sob sua responsabilidade, que vão desde a obrigatoriedade de matriculá-los e zelar pela sua efetiva frequência escolar, assim como, o de protegê-los de possíveis maus tratos, tanto

no ambiente familiar, quanto na escola, o que é comum aos alunos com deficiência. Todas essas prescrições e advertências poderão ser supervisionadas pelo poder público, através do Conselho Tutelar, que será informado pela direção da escola se tais infrações vierem ocorrer. Vale ressaltar que essas verificações, geralmente são constatadas pelos professores, pois são eles que convivem diariamente com os alunos e conhecem melhor a realidade de cada um. Neste momento percebemos o quão grande é a importância do professor que observa seu aluno, verificando se o mesmo está vestido adequadamente, se está alimentado, se sofreu alguma violência física através de arranhões ou lesões corporais visíveis, agressões verbais que comprometam seu rendimento em sala de aula, tornando-o mais tímido e retraído, assim como outras tantas situações em que professor pode diagnosticar e repassar a direção da escola a qual pertença, como podemos observar no Estatuto da Criança e do Adolescente:

ART. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016);

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

ART. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

ART. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I – Maus-tratos envolvendo seus alunos;

II – Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III – elevados níveis de repetência.

3.3 A Função do Poder Público na Educação Especial

No decreto 6.949 de 25 de agosto de 2009, que trata da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, define o papel dos Estados no que diz respeito a educação especial e inclusiva em suas respectivas secretarias estaduais de educação. Onde o poder público deverá atuar como facilitador no processo de incorporação desse segmento que durante décadas foi

esquecido. Promover ações que estimulem a autonomia dos alunos com deficiência, rompendo com a continuidade da dependência em sala de aula, o que só irá ocorrer quando, os alunos de baixa visão tiverem acesso ao Braille, existir escolas bilíngues na rede pública estadual e uma série de instrumentos que venham facilitar o trabalho desses profissionais desta modalidade de ensino, como podemos observar no artigo 24 deste decreto, que trata especificamente da educação:

Decreto 6.949, art. 24:

3.Os Estados Partes assegurarão às pessoas com deficiência a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar às pessoas com deficiência sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas, incluindo:

- a) Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares;
- b) Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda;
- c) Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Podemos afirmar que a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:

- de 1854 a 1956 - marcado por iniciativas de caráter privado;
- de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- de 1993.... – Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

A cronologia acima, demonstra o longo caminho que o Brasil percorreu na implantação de medidas que viessem tornar realidade a educação especial e inclusiva. É claro que a conjuntura brasileira nesse assunto ainda não é a das melhores, principalmente se levarmos em consideração a falta de estrutura física nas escolas para acolher os alunos com deficiência, assim como, no déficit de profissionais especializados atuando nesse segmento. Como já foi citado anteriormente, em muitos casos, algumas escolas só receberam professores especialistas em educação especial, em função de inúmeras denúncias nos ministérios públicos estaduais, que obrigaram através de ordens judiciais o cumprimento das legislações pertinentes ao assunto.

Foram muitos os políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino. Todos tiveram papéis relevantes em todos os períodos desse caminhar e não podem ser ignorados, pois atuaram em quadros político-situacionais que de alguma forma

afetaram a educação de pessoas com deficiência, seja avançando, ousando, transformando as propostas, seja retardando-as, impedindo sua evolução para novos alvos educacionais². Infelizmente a aplicabilidade das legislações existentes ainda se faz de forma muito lenta, seja por morosidade do sistema judiciário, seja por desconhecimento e a consequente falta de provocação da lei.

Só muito recentemente, a partir do fim da década de 1980 e início dos anos 1990 as pessoas com deficiência têm se organizado, participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados ao trabalho, transporte, arquitetura, urbanismo, segurança previdência social, acessibilidade em geral. As pessoas buscam afirmação e querem ser ouvidas, como outras vozes das minorias que precisam ser consideradas em uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos³. Como podemos observar, através de lutas e conquistas, assim como, de retrocessos também percebemos uma mudança no perfil dos que lutam, saindo de políticos profissionais, artistas e famosos reconhecidos e de ativistas abnegados, para os anônimos. Isso se com os estabelecimentos ministérios públicos estaduais, que se tornaram instrumentos e parceiros essenciais no reconhecimento e execução de direitos legítimos, que durante muito tempo foram negligenciados.

Apesar de muitos avanços na legislação, ainda é muito pouco, quando colocamos na balança o que é executado nos limites da lei e o que ainda insiste em não acontecer, seja por falta de estrutura nos diferentes locais, seja por negligência, ou seja por falta de vontade política de implementar os vários debates que se tornaram leis, como podemos perceber no discurso de Ball e Mainardes (2011, p. 13):

As políticas envolvem confusão, necessidades (legais e institucionais), crenças e valores discordantes, incoerentes e contraditórios, pragmatismo, empréstimos, criatividade e experimentações, relações de poder assimétricas (de vários tipos), sedimentação, lacunas e espaços, dissenso e constrangimentos materiais e contextuais. Na prática as políticas são frequentemente obscuras, algumas vezes inexequíveis, mas podem ser, mesmo assim, poderosos instrumentos de retórica, ou seja, formas de falar sobre o mundo, caminhos de mudança do que pensamos sobre o que fazemos. As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas

para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequada (seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial e inclusiva é uma demanda real, se faz necessária em todas as unidades federativas do Brasil. Muitos avanços ocorreram nos últimos anos, sobretudo com as pressões internacionais através de tratados e convenções, assim como, de uma maior conscientização da sociedade civil brasileira. No entanto, nossas escolas, nossas crianças, nosso povo ainda são muito carentes de uma vontade política que nunca chega e que insiste em se atrasar, seja pela ignorância de nossos representantes ou pela nossa dependência do poder público, que muitas vezes está engessado pela burocracia estatal, que emperra o desenvolvimento e a garantia de direitos fundamentais, dentre eles, a educação pública e de qualidade para pessoas com ou sem deficiência.

A inclusão não pode cair no reducionismo, de achar que, se trata de apenas colocar alunos com deficiência em sala de aula. É uma atitude social e de justiça, que deve ser abraçada por toda a comunidade escolar e pelo poder público, para que se torne realidade. A educação especial é um trabalho vivo, contínuo, inacabado e permanente, que sempre existirá nas escolas. Nós como professores, gestores, pais e agentes do poder público temos a missão de perpetuar esse processo.

A construção de um mundo melhor não virá de cima, mas das bases que sustentam esse país. A comunidade escolar comprometida com a educação de nossas crianças, fará a grande transformação que tanto sonhamos, apesar de todas as adversidades que nos são impostas por aqueles que deveriam trazer a solução.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ A. M., J. (Org). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP. Papirus, 1997.

BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca/pdf.pdf>. Visualizado em: 28 mar. 2021.

MALDONADO, M. T. **As Sementes do Amor** - Educar crianças de 0 a 3 anos para a paz. Editora Planeta do Brasil. 2003. São Paulo SP.

MANTOAN, M. T. Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MOUSINHO, R; SCHMID, E; MESQUITA, F; PEREIRA, J; MENDES, L; SHOLL, R.; NÓBREGA, V. Mediação Escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, vol 27, nº 82, 2010, p. 02-08. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf> acesso: 28 mar. 2021.

PAULA, A. Rita de. COSTA, C. Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e Diferenças.** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEVERINO, A. Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Liber, 2010.

A QUALIDADE DA GESTÃO NO SERVIÇO HOSPITALAR PÚBLICO

Mario Sergio Santa Fé da Cruz ¹

RESUMO

A privatização da gestão de centros de saúde pública e posições ideológicas tomaram o lugar da análise científica ao identificar as vantagens e desvantagens de diferentes formas de gestão. Apesar de ter experimentado diferentes fórmulas durante duas décadas. Estudos realizados não mostram evidências de que a gestão privada seja mais eficiente do que a gestão pública no caso dos serviços de saúde. A falta de informação sobre os modelos de gestão experimentados, mostra que há um longo caminho para avançar nas regras de boa governança dentro dos sistemas de saúde, apontando assim a precariedade do sistema de saúde vigente, e deficiência na capacitação dos profissionais para gerenciar os serviços de saúde.

Palavras-chave: Modelos de gestão. Serviços de saúde. Gestão Privada. Gestão Pública.

ABSTRACT

The privatization of the management of public health centers and ideological positions have taken the place of scientific analysis by identifying the advantages and disadvantages of different forms of management. Despite having tried different formulas for two decades. Studies conducted do not show evidence that private management is more efficient than public management in the case of health services. The lack of information on the models of management experienced shows that there is a long way to advance in the rules of good governance within the health systems, thus indicating the precariousness of the health system in force, and deficiency in the qualification of the professionals to manage the services of health.

Keywords: Management models. Health services. Private Management. Public administration.

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, elevar a qualidade a um nível estratégico tornou-se uma condição essencial para a operação bem-sucedida em todos os campos da economia, nenhuma organização de produção ou serviço pode evitar a aplicação de ferramentas e métodos de gerenciamento de qualidade em um nível de sistema.

Esses sistemas se desenvolveram paralelamente à mudança do conceito de qualidade e, em parte, essa mudança pode ter forçado a evolução e a aplicação de várias abordagens e sistemas de qualidade (SANTOS, 2006). Existem numerosas definições diferentes de qualidade; no entanto, ressaltando sua essência, pode-se dizer que qualidade significa atender a todas as demandas expressas ou latentes de um cliente. De acordo com esta definição, em essência, o número de várias demandas decorrentes dos serviços é o mesmo que o número de

¹INTEGRALIZE CORPORATION

seus parceiros ou clientes. Para atender a demandas específicas de clientes, é claro, uma parte das instituições de serviço público deve considerar o fato de, ao criar seus sistemas de gestão da qualidade, a maioria das instituições desempenhar funções de autoridade.

Nesses casos, a base jurídica e as demandas do cliente nem sempre são totalmente cumpridas. É claro que as demandas mais extensas dos clientes, estipuladas pela lei, têm prioridade nesses casos; estes são os especificados pelo criador da lei (CARNEIRO JUNIOR; ELIAS, 2006).

Falando sobre questões de qualidade de serviço público, você não deve esquecer que os métodos e técnicas básicos de gestão hospitalar evoluíram em conexão com a produção industrial. Criando ou desenvolvendo seus sistemas de gestão da qualidade, bons resultados podem ser alcançados com a adequada adaptação desses métodos e considerando as características especiais do setor e da organização aplicadora ao aplicá-los. A aplicação eficiente de modernos sistemas e métodos de gestão da qualidade é um requisito crítico também no caso de instituições de serviço público.

No que diz respeito ao trabalho dessas organizações, o foco tem passado de funções oficiais para funções de serviço. De qualquer forma, as características dos processos de autoridade oficial hoje também incluem abordagem e consultoria de serviços, análise profissional, afinal, atividades de apoio, pois isso significa apoiar o trabalho da clientela e alcançar a satisfação do cliente, ou seja, qualidade (BARATA; MENDES, 2007).

A seguir, resumiu-se os esforços de alguns setores de serviços públicos relacionados ao desenvolvimento do sistema de gestão hospitalar e sua experiência. A análise detalhada desses campos está muito além do escopo deste artigo, portanto, pretendo abordar alguns elementos dos esforços de qualidade da saúde, da administração pública e do ensino superior nos seguintes aspectos.

A indústria de cuidados de saúde opera em um ambiente complexo que é influenciado por vários fatores localizados no ambiente interno e externo. Por esse motivo, a alta gerência precisa desenvolver habilidades específicas necessárias para prever possíveis ameaças e programar ações para liderar os provedores de cuidados a fim de alcançar seus objetivos.

Espera-se que a realização de tais metas (que estão de acordo com a missão das instituições) resultará em um produto de qualidade. A incorporação de ferramentas de gerenciamento é um elemento-chave para identificar não apenas o desempenho de uma instituição, mas também seu ambiente externo. Além disso, ferramentas que permitem que

uma organização avalie e desenvolva ações críticas adotadas para melhorar as operações, superar as ameaças e participar das oportunidades existentes.

O objetivo desse artigo é analisar a literatura sobre liderança em saúde e projetar uma estrutura que sintetize a literatura e forneça um “roteiro” claro das principais áreas de gestão presentes na literatura e suas respectivas evidências, consolidando dessa forma lições políticas, práticas e pesquisas futuras na área de liderança em saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A partir de Marconi e Lakatos (2011), toda pesquisa geralmente possui duas características: um objetivo geral que abarca todas as questões que serão investigadas e completadas e outro mais específico, que abrange os diversos tipos de estudos e de investigações mais aprofundadas.

Necessariamente, toda pesquisa precisa basear-se em uma teoria, a qual está necessita de ponto de partida para a investigação com sucesso. Os planos da pesquisa são diferentes de acordo com sua finalidade e método utilizado para conceituar os diferentes dados que serão analisados. Para que se tenha credibilidade, é necessário apoiar-se em fatos já observados e, conseqüentemente, provados nos resultados da própria pesquisa. (MARCONI; LAKATOS, 2011).

O método utilizado nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, buscando identificar os temas de interesses, como livros, teses, artigos e monografias já realizadas, também foram utilizados dados primários e oriundos de relatórios gerenciais de empresas, a fim de comprovar quantitativamente os argumentos que constituirão este trabalho. Os termos utilizados nas bases de pesquisa foram “Gestão de Hospitais”, “Gestão hospitais públicos”, “Gestão pública de hospitais”. Neste contexto de pesquisa, foi definido o problema do trabalho, que se classificou como exploratória, onde se objetivou proporcionar ao seu final uma base sólida argumentativa conclusiva, uma vez que os resultados vieram pelo próprio delinear da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É desanimador ver como, apesar do tempo decorrido desde as primeiras tentativas das novas e variadas formas de gestão existentes, o tempo durante o qual algumas delas se

perderam ao longo do caminho, enquanto outras mantiveram ou mesmo expandiu sua presença no sistema de saúde, avaliações sistemáticas dos resultados delas não estão disponíveis e são úteis para os formuladores de políticas ao projetar futuras estratégias de organização e gestão.

Não há praticamente nenhuma evidência para o caso sobre o grau em que as estratégias gerenciais e formais de privatização (na área de gestão direta) e os vários modos de privatização funcional (gestão indireta) alcançaram os objetivos que motivaram sua implementação (PACHECO et al; 2016).

Em relação às inovações na gestão direta, as experiências inspiradas no gerencialismo parecem encontrar, ao menos parcialmente, um endosso nas avaliações baseadas nas opiniões dos usuários e profissionais (RODRIGUES, 2014).

Os gestores últimos, bem como de hospitais públicos, considerar institutos clínicos aumentar os conceitos de valor, tais como delegação de autoridade, incentivos, a continuidade dos cuidados e orientação para o cliente, entre outros.

O modelo de gestão clínica implementado nas Astúrias foi, por sua vez, avaliado como eficaz e eficiente com base em pesquisas de satisfação do cidadão e liderança e trabalho em equipe.

A Qualidade Gerencial Total (GQT), como um novo modelo de gestão, mudou o foco da análise de produto ou serviço para a concepção do sistema de qualidade e influencia a cultura organizacional, pois mudanças de atitudes e comportamentos são necessárias para o comprometimento do desempenho, autocontrole e melhoria de processos (PACHECO et al; 2016).

Em qualquer caso, deve-se esclarecer a esse respeito que as evidências não são conclusivas e, em grande parte, se baseiam em pesquisas de opinião e não em avaliações sólidas. Das demais experiências no campo da gestão e organização dos serviços de saúde, a evidência empírica na forma de avaliações de seus resultados é conspícua por sua ausência, com poucas exceções.

No entanto, a multiplicidade de formas jurídicas adotadas pelos prestadores de cuidados hospitalares, as diferenças nos modelos hospitalares (alta tecnologia, referência, município etc.) tornam difícil tirar conclusões sobre a eficiência diferencial entre formas de atendimento hospitalar (PACHECO et al; 2016).

Outro problema importante identificado na literatura é a real ausência de transferência de risco para o setor privado, o que distorce os incentivos do acordo contratual. Prova disso é

que não tem sido incomum no recurso do Reino Unido para estender as concessões quando não foram obtidos os benefícios acordados prazo e renegociar as condições de financiamento.

Em qualquer caso, deve-se notar que os centros de saúde pública não possuem uma maneira padrão de lidar com os ajustes efetuados pelos poderes do Estado, em razão da grave crise mundial financeira que afetou todo o planeta. Nessa perspectiva, tais centros, hospitais públicos e filantrópicos, além de outras instituições de saúde, tem como característica comum atualmente as pesadas dívidas que recorrentemente estão em aberto devido aos mais diversos contratos de prestação de serviços e produtos farmacêuticos, além das tecnologias que devem ser utilizadas para as respectivas áreas de saúde que cada instituição necessita disponibilizar.

As instituições de ensino superior começaram a aplicar sistematicamente os sistemas de gestão da qualidade durante a última década, e isso possibilitou com que os profissionais recém-formados, conseguissem aplicar novas metodologias administrativas, obtendo resultados positivos e favoráveis as instituições.

No Brasil, o termo "Crise da Saúde" é comum nas notícias, devido ao contexto de falta de investimento e consumo ineficiente de recursos, quando não desviados. Esse cenário reafirma a necessidade de modelos de gestão, como o GQT, que melhora a aplicação de recursos e aumenta a produtividade e a satisfação dos clientes.

O GQT tem sido homenageado por muitos autores, mas também criticado por outros. No entanto, práticas bem-sucedidas com a implementação desse modelo, sendo em conjunto algumas, já estão presentes no cenário da saúde no Brasil.

A avaliação, por meio da utilização de indicadores de qualidade assistencial, como a ferramenta GQT, tem sido adotada pela gestão hospitalar para medir o desempenho da equipe e estabelecer metas e estratégias de melhoria contínua, tendo em vista a qualidade e segurança do cuidado.

A partir do uso sistêmico dos princípios e a ferramenta GQT, o gestor hospitalar tem a possibilidade de analisar a estrutura, o cesso pró e o resultado do cuidado e olhar para as causas da privatização e fracassos. Por meio de estratégias de ensino, é possível desenvolver pessoas tecnicamente falando, promovendo uma maior satisfação do cliente.

Além disso, o uso de GQT atende o interesse dos gestores hospitalares em medir a qualidade dos cuidados, como a eficiência e eficácia da gestão de hospitais afeta diretamente os custos dos cuidados, devido à grande quantidade de insumos e procedimentos envolvidos nos processos desenvolvidos pela equipe. Para que os princípios da GQT sejam incorporados com sucesso nas instituições de saúde brasileiras, são necessários investimentos em

treinamento gerencial. No contexto brasileiro, é possível observar uma tendência para reforço desta estratégia através da ligação de financiamento para a res indicação e metas de realização.

A importância do profissional de gestão hospitalar nesse processo é relevante para o fato de que a maioria das ações em saúde, em um hospital, tem um envolvimento direto da equipe de saúde. A partir da análise de material de banco de dados, é possível observar a importância dos estudos desenvolvidos, principalmente porque observamos uma descrição sobre a melhoria dos resultados na implementação deste modelo de gestão na negociação.

A inserção do Brasil na gestão hospitalar com foco na qualidade ocorreu desde 1980, embora tenha sido notado apenas na década de 1990, considerando que a discussão sobre o contexto das políticas de saúde no país expandido, e devido à falta de recursos financeiros e aumentar de produtos e serviços custos, em comparação com a plena gastar com a saúde (BARBOSA; 2007).

A adoção da GQT nos institutos de saúde também foi influenciada pelas pressões do governo, indústrias, clientes e evolução tecnológica dos medicamentos (PACHECO et al; 2016).

De acordo com a área de Peritos, existem basicamente dois pontos de vista sobre GQT: a primeira seria um novo modelo de gestão e estrutura de trabalho, de forma consistente usado como flexível, especialização, e a segunda seria a de que a estrutura dada pelo GQT deve ser apenas uma nova versão das velhas teorias (MELO; ALMEIDA, 2014).

Apesar das críticas sobre o uso de modelos baseados em teorias administrativas “duras clássicas e na saúde”, a indústria de serviços agregados a um produto ou não, em um papel de destaque neste novo modelo de gestão, pela qualidade herdada (BASU et al; 2012).

As preocupações de um produto geralmente são as mesmas, e assim os serviços oferecidos passam a ser um fator competitivo e, portanto, seria imprescindível avaliar sua qualidade (BASU et al; 2012).

O cuidado na gestão hospitalar sempre foi voltado para questões de qualidade, desde os tempos de Florence Nightingale. Atualmente, no mundo globalizado, o cuidado de gestão está se desenvolvendo como uma profissão com uma abordagem da qualidade assistencial por meio da avaliação e controle de componentes de estrutura, processo e resultado do cuidado (PACHECO et al; 2016).

Diante de uma crescente preocupação com a qualidade do atendimento (uma concepção de qualidade como direito do paciente, e considerando a filosofia GQT como

pressuposto para projetar, controlar e melhorar processos, tópicos fundamentais para a excelência na assistência), este estudo como objetivo: realizar uma revisão abrangente da literatura integrativa de gestão do hospital para identificar as evidências disponíveis sobre a GQT no contexto da gerência do cuidado de gestão hospitalar entre os anos de 2000 e 2011 (BASU et al; 2012).

Um estudo dessa natureza mostra sua importância ao considerar o processo de tomada de decisão baseado em evidências, já que a partir de seu desenvolvimento acredita-se ser possível chamar a atenção do profissional de gestão hospitalar para a potencial melhora na gestão do cuidado assistencial, atenção à saúde, que este modelo fornece, e destaca a importância do profissional durante o processo (PACHECO et al; 2016).

Espera-se com o desenvolvimento deste estudo que o uso instintivo ou despercebido de valores e ferramentas de GQT possa ser substituído pela intenção de adotar um modelo de gestão voltado ao controle de processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa forneceu evidências científicas sobre experiências bem-sucedidas ao utilizar os princípios e ferramentas da Gestão da Qualidade Total, ratificando sua aplicabilidade na área da saúde e principalmente no cuidado de gestão de um hospital.

Com base nos achados, ressaltou-se a importância do profissional de gestão hospitalar com um olhar voltado para qualidade nesse contexto, reforçando a necessidade de se perceber neste profissional como capaz de tomar decisões estratégicas sobre a instituição. Filosofias, modelos e métodos de gestão hospitalar que sejam eficientes, sempre levaram em consideração a cultura e as condições organizacionais da organização, bem como suas tarefas.

O líder da organização tem um papel fundamental nisso; sem compromisso de liderança, só pode operar sistemas formais de gerenciamento de qualidade que não suportam soluções reais. Isso não pode ser seu objetivo fazer muitas coisas para esperar uma: negligência na qualidade e desconsiderando as demandas de seus clientes internos.

A partir das evidências sobre a relação entre abordagem gerencial e gestão do cuidado de gestão da qualidade hospitalar, é possível concluir que esforços devem ser envidados para superar a resistência inicial à adoção de modelos originalmente desenvolvidos para a gestão empresarial ou industrial na área da saúde. A busca pela excelência efetividade é essencial no que diz respeito à atual complexidade dos processos e tecnologias existentes nas instituições

hospitalares, aliada à falta de recursos e aumento da demanda por assistência à saúde. Um governo de saúde que não avance nesses aspectos não poderá envolver o restante dos profissionais e a sociedade civil na complexa tarefa de avançar na solvência do sistema de saúde.

Políticas injustificadas e mal comunicadas colocam em risco o distanciamento dos profissionais e a insatisfação do cidadão em relação ao sistema público de saúde e seus representantes. Mas, acima de tudo, devem prevalecer decisões inteligentes, previamente informadas pelos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis, e que tenham a participação de profissionais e cidadãos em seu processo de elaboração e discussões.

REFERÊNCIAS

BARATA, L.R.B; MENDES, J.D.V. **Organizações Sociais de Saúde: a experiência exitosa de gestão pública de saúde do Estado de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Estadual de Saúde; 2007.

BARBOSA, P.R. **Fundações estatais como estratégias para novos modelos públicos de gestão hospitalar.** Curitiba: ENSP/FIOCRUZ; 2007. **Fórum de gestão hospitalar SESA/SEAP.** Disponível em: http://www.fenam.org.br/download/arquivos/_356.PPT. acesso 13 nov. 2018.

BASU, S; ANDREWS, J; KISHORE, S; PANJABI, R; STUCKLER, D. **Comparative performance of private and public healthcare systems in low- and middle-income countries: a systematic review.** PLoS Med 2012.

CARNEIRO, J.N; ELIAS, P.E.M. Controle público e equidade no acesso a hospitais sob gestão pública não estatal. **Rev Saúde Pública** 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELO, T.B.N; ALMEIDA, M.R. Parceria público-privada: a gestão privada em hospitais universitários no Rio Grande do Norte. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina** 2014.

PACHECO,H.F; et al. Organizações sociais como modelo de gestão da assistência à saúde em Pernambuco, Brasil: percepção de gestores. **Interface** (Botucatu, Online) 2016.

RODRIGUES, C.T; SPAGNUOLO R.S. Organizações Sociais de Saúde: potencialidades e limites na gestão pública. **Rev Eletrônica Enferm** 2014.

SANTOS, L. **Da reforma do estado à reforma da gestão hospitalar federal: algumas considerações.** [S.l].: [s.n.]; 2006. Disponível em: <http://www.fundacaoestatal.com.br/020.pdf>. Acesso: 13 nov. 2018.

ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR NO TERCEIRO SETOR

Mario Sergio Santa Fé da Cruz¹

RESUMO

A administração de hospitais que fazem parte do terceiro setor é um aspecto muito importante a ser considerado pelas pesquisas científicas, tendo em vista o número considerável dessas instituições que tem encerrado suas atividades ou ficado com sua capacidade de atendimento comprometida em virtude de dívidas e má gestão. O objetivo deste estudo foi discutir sobre os desafios da administração hospitalar em instituições do terceiro setor e como a prática administrativa eficiente contribui para a efetividade da manutenção dos serviços oferecidos por essas instituições. Trata-se de uma pesquisa descritiva de revisão bibliográfica. Os resultados indicam que os hospitais filantrópicos são responsáveis pelo oferecimento de 50% do número de leitos ofertados pelo SUS, os principais desafios da administração dessas instituições é a gestão de um número reduzido de recursos; além de criar uma articulação entre os interesses dos mantenedores, do corpo médico e da gestão administrativa efetivando ações que envolvem a melhor aplicação dos recursos financeiros. O estudo conclui que a falta de conhecimento técnico dos gestores administrativos tem sido uma das razões que comprometem o funcionamento dos hospitais filantrópicos.

Palavras-chave: Gestão Hospitalar. Terceiro Setor. Desafios.

ABSTRACT

The administration of hospitals that are part of the third sector is a very important aspect to be considered by the scientific research, in view of the considerable number of these institutions that have closed their activities or stayed with your ability to attendance compromised because of debts and mismanagement. The objective of this study was to discuss the challenges of hospital management in institutions of the third sector and as efficient administrative practice contributes to the effectiveness of the maintenance of the services offered by these institutions. It is a descriptive research of literature review. The results indicate that the charitable hospitals are responsible for providing 50% of the number of beds offered by SUS, the main challenges of the administration of these institutions is the management of a small number of resources; In addition to creating a link between the interests of the sponsors, the medical corps and effecting administration actions that involve the best application of financial resources. The study concludes that the lack of technical knowledge of administrative managers has been one of the reasons that compromise the functioning of charitable hospitals.

Keywords: Hospital Management. Third Sector. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

O terceiro setor representa as entidades sem fins lucrativos que consistem em organizações cujos seus objetivos principais são sociais, em vez de econômicos. A essência do setor engloba instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as

¹INTEGRALIZE CORPORATION

artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias.

O presente estudo desenvolve discussões a respeito da administração de instituições do terceiro setor, tendo como foco específico os hospitais filantrópicos. Ao realizar uma conceituação sobre as instituições do terceiro setor, Olak e Nascimento (2010) afirmam que são também chamadas de entidades filantrópicas e tratam-se daquelas sem fins lucrativos, que podem ser definidas como instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais.

Pode-se compreender que o terceiro setor é constituído por organizações que têm como objetivo gerar serviços de caráter público, ficando fora da classificação das chamadas organizações. As entidades se tornam responsáveis pela realização das diretrizes propostas pela organização ou pelo cumprimento da missão estabelecida por aqueles que destinam seus fundos, sem exceder seu orçamento (LIMA et al., 2004). Desta forma tais instituições são muito importantes para a complementação de serviços públicos, principalmente na área de saúde, tendo em vista a insuficiência das instituições públicas para atender a toda a demanda existente.

Nas instituições filantrópicas, o patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se revertem para seus membros ou mantenedores. Desta forma, é necessário um processo administrativo específico para essas instituições, uma vez que seu foco principal é a contribuição social e não o lucro (OLIVEIRA; ROMÃO, 2011).

O objetivo deste estudo é discutir sobre os desafios da administração hospitalar em instituições do terceiro setor e como a prática administrativa eficiente contribui para a efetividade da manutenção dos serviços oferecidos por essas instituições.

A realização de estudos sobre o assunto é importante uma vez que aborda sobre o papel que os hospitais filantrópicos exercem para tornar a saúde mais acessível à população, complementando as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS e como essa participação está diretamente relacionada a um processo administrativo eficiente destas instituições. É importante averiguar os desafios existentes no cenário dessas instituições e como aspectos administrativos estão relacionados com direcionamento adequado de recursos para a ampliação da assistência hospitalar à população. A pesquisa realizada classifica-se como descritiva, e usou a revisão bibliográfica como método de coleta de dados. O método

consistiu em selecionar e comparar diversos estudos existentes sobre o assunto e aprofundar as discussões existentes a partir de comparação entre estes.

Discute-se ao longo do texto sobre a importância que os hospitais filantrópicos desenvolvem no cenário da saúde pública no Brasil e também sobre os desafios que se fazem presentes na administração eficientes destas instituições.

2 A IMPORTÂNCIA DOS HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

A história dos hospitais filantrópicos no Brasil se confunde com a própria história da saúde no país, uma vez que a primeira instituição filantrópica foi fundada em 1543, na cidade de Santos, São Paulo, nos primórdios da colonização portuguesa no Brasil (BERNARDES et al., 2010).

Um hospital é credenciado como filantrópico quando recebe o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que é concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social, para atuação na área da saúde. Trata-se de um certificado importante para que a instituição obtenha um conjunto de isenções fiscais e tributárias que somente são oferecidas às instituições filantrópicas (LIMA et al., 2004).

No ano de 2010, contava-se com mais de 2.500 instituições filantrópicas da área da saúde espalhadas por todo o território nacional. Essas instituições oferecem 50% dos leitos disponibilizados pelo SUS, o que reflete num serviço de grande importância para o atendimento da população, principalmente tendo em vista que a saúde é considerada um direito de todos (BERNARDES et al., 2010).

O acesso à saúde sofreu intensas mudanças que se iniciaram com a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, em que foi aprovado o conceito de saúde como um direito do cidadão, e em 1988 a Constituição Brasileira reconheceu a saúde como um direito de todos e dever do Estado, fornecendo então legitimidade dos princípios estabelecidos na 8ª Conferência (PAIM, 2015).

Posteriormente, a partir da implementação do SUS com as leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90 houve o surgimento dos princípios doutrinários da universalização, igualdade de acesso e atendimento integral (PAIM, 2015). Contudo, embora a lei fosse criando visando princípio altruísta no sistema de saúde, na prática, deparou-se com um sistema insuficiente para atender à demanda, desse modo, a Constituição de 1988 já prevê sobre a existência dos serviços de saúde suplementar (PINHEIRO FILHO, 2016).

Embora seja desejável a construção de um serviço de saúde universalizado e eficiente, observa-se que existem diversos problemas como a superlotação dos hospitais, pouca formação dos recursos humanos, falta de infraestrutura das instituições de saúde e limitações no financiamento. Esses aspectos influenciam diretamente sobre os rumos da saúde pública no Brasil e a discussão sobre estes permite evidenciar alternativas para melhoria da gestão do SUS (PINHEIRO FILHO, 2016). Na tentativa de complementar esse serviço oferecido pelas instituições públicas de saúde, surgem os hospitais filantrópicos, ou seja, instituições provindas da iniciativa privada, que a partir de parcerias com o SUS, oferecem serviços gratuitos à população.

Assim sendo, pode-se dizer que os hospitais filantrópicos tem desempenhado um papel de grande relevância junto ao atendimento e garantia de acesso da população aos serviços de saúde. Pinheiro Filho (2016) ressalta sobre a carência de estudos que abordam a respeito da complexidade dos hospitais filantrópicos e também os desafios que remetem à sua gestão. Desta forma, ao longo do próximo tópico esses desafios que existem serão abordados.

2 ADMINISTRAÇÃO DE HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

O terceiro setor é visto como derivado de comparações e finalidades do primeiro setor com a metodologia do segundo, ou seja, composto por organizações que visam a benefícios coletivos, embora não sejam integrantes do governo. São de natureza privada, embora seu objetivo não seja o lucro (OLIVEIRA; ROMÃO, 2011). Embora suas finalidades sejam diferentes em comparação ao setor privado, é preciso ressaltar que os princípios da administração que regem a gestão dessas instituições são basicamente os mesmos.

Pode-se perceber ao serem pesquisados os trabalhos sobre administração de hospitais filantrópicos, que existem poucas pesquisas sobre o assunto no cenário acadêmico-científico além do fato de que a presença de um administrador sempre é aliada à competitividade e lucratividade empresarial, aspectos que não fazem parte da missão de instituições filantrópicas. De acordo com discussões realizadas por Lima et al. (2004), em pesquisa realizada com 63 hospitais filantrópicos, destacou que a administração em 83% dessas instituições era ainda insipiente, ou seja, não existia um serviço estruturado de administração, principalmente com profissionais que tivessem formação na área de gestão.

Ainda de acordo com pesquisa realizada por Lima et al. (2004) a maioria das instituições hospitalares filantrópicas com administração incipiente são hospitais de pequeno

porte e médio porte, que oferecem até 100 leitos. Os pesquisadores ainda constataram que, problemas referentes à gestão administrativa dos hospitais envolvem uma alta rotatividade e processo de avaliação precário.

Bernardes et al. (2010) ao tecerem discussões sobre a administração de hospitais filantrópicos, destacam que os processos administrativos são muito desafiadores no interior dessas instituições, tendo em vista a dificuldade de manter os serviços oferecidos a partir de doações, recursos recebidos e recursos próprios.

Ainda de acordo com Bernardes et al. (2010), as pesquisas sobre administração de hospitais filantrópicos têm demonstrado que um número considerável dessas instituições tem suas atividades comprometidas ou até mesmo encerram suas atividades devido às dívidas acumuladas ao longo do tempo.

Antonelli (2016) ressalta que, embora sejam instituições imprescindíveis para o funcionamento dos serviços de saúde, a dívida no setor de hospitais filantrópicos é de cerca de 21 bilhões de reais e isso ameaça diretamente o funcionamento dessas instituições.

O desafio principal da administração de um hospital filantrópico vem do fato de que, 60% de sua capacidade de atendimento deve ser vendida para o SUS, conforme o Decreto 2.536/98. Lima et al. (2004) complementam que em caso de o gestor local declarar a impossibilidade de contratação de 60% das internações para o SUS, a instituição hospitalar aplicará um percentual da receita bruta variando de 20 a 5% de forma gratuita nos atendimentos realizados pelo SUS.

Uma vez que esse convênio é feito por meio de um processo de tabelas estipuladas pelo SUS, que são muito inferiores ao valor do serviço oferecido de forma particular, é necessário contar com uma excelência na gestão de recursos, de modo que sejam reduzidos custos com processos administrativos e operacionais que estejam ultrapassados (ANTONELLI, 2016).

Ainda de acordo com a perspectiva apontada por Antonelli (2016) é preciso ressaltar que os valores pagos pelo SUS aos serviços de saúde comprados dos hospitais filantrópicos, não podem ser utilizados como justificativa para os problemas financeiros enfrentados por essas instituições. Há sim, a necessidade de desenvolvimento de uma gestão mais eficaz desses hospitais.

Lima et al. (2004) apontam que existe uma necessidade de desenvolvimento da administração dentro dos hospitais filantrópicos. Para esses autores, inúmeras estruturas

gerenciais básicas estão ausentes nestes hospitais, como a gestão de pessoas que se trata de uma condição estratégica para o alcance de bons resultados financeiros.

Segundo Lisboa (2015), os estabelecimentos médicos necessitam de um modelo de gestão inovador. Urge que existam profissionais qualificados na gestão dessas instituições, a fim de compreender todas as variantes e possibilitar que a instituição preste os serviços de maneira mais eficaz possível.

Antonelli (2016) aponta que a gestão dos hospitais filantrópicos é caracterizada pela falta de profissionalização dos gestores. Isso faz com que haja uma situação de desperdícios com materiais e equipamentos não utilizados, equipamentos sem manutenção e tempo de trabalho dos colaboradores mal aproveitado. De acordo com levantamentos desse autor, cerca de 40% dos materiais de um hospital filantrópico são desperdiçados. Essa situação envolve a necessidade de aproximar a gestão do hospital filantrópico à gestão de empresas privadas.

Dizer que os hospitais não devem ser administrados como uma empresa privada é uma visão equivocada. Talvez pela ideia antiga do viés filantrópico destas entidades, muitos acreditam que um hospital seria, no mínimo, complexo demais para serem gerenciados com as ferramentas administrativas e de gestão em uso. De fato, são organizações que apresentam uma série de particularidades que devem ser pormenorizadamente estudadas a fim de possibilitarem uma compreensão mais ampla. Contudo, alguns estudiosos já conseguiram sistematizar alguns princípios que permitem mapear todos os processos que envolvem uma organização desta natureza (LISBOA, 2015, p. 3).

Pinheiro Filho (2016) complementa que essa falta de profissionalização dos gestores conduz cada vez mais a uma dependência quase que exclusiva dos hospitais filantrópicos dos recursos do SUS, o que modifica o propósito e a função inicial dessas entidades. Esse aspecto faz com que um hospital filantrópico se comporte cada vez mais como uma instituição pública de saúde.

Neitzki et al. (2015) também aponta sobre o problema da falta de profissionalização na gestão de hospitais filantrópicos. Com essa falta de profissionalização há um aumento nos custos de manutenção hospitalar, além da não adoção de um sistema de controle de custos. A longo tempo, essa situação reflete num déficit que compromete a continuidade do funcionamento da instituição de saúde, o que é um prejuízo considerável para a sociedade.

Outro aspecto importante a ser considerado na gestão de hospitais filantrópicos é que, a carência de fiscalizações torna essas instituições propensas para o surgimento de fraudes administrativas. De acordo com Antonelli (2016) o exemplo mais evidente dessa má gestão é o da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que acumula uma dívida de mais de 700 milhões, principalmente devido à má gestão e ocorrência de desvios de recursos.

Neitzki et al. (2015) apontam que a apuração e controle de custos hospitalares são ferramentas essenciais para a administração de hospitais filantrópicos. Essas ferramentas possibilitam, na visão desses autores, uma gerência mais eficaz e acompanhamento dos serviços, bem como o desenvolvimento de medidas retificadoras que visem o desenvolvimento de uma performance para efetiva da administração.

Outro desafio importante no que se refere ao gestor de um hospital filantrópico é o fato de que ele trata-se de um ator que se coloca em meio a dois outros atores importantes na gestão. De um lado encontram-se os diretores eleitos destas organizações (mantenedores e presidente) e, de outro lado encontra-se o corpo clínico, formado pelos médicos (BERNARDES et al., 2010).

Diante disso, muitas decisões tomadas não passam pela decisão do gestor, mas envolvem ações para atender uma demanda médica ou até mesmo devido a pressões dos próprios mantenedores. O administrador hospitalar, dentro dessa realidade, não tem a autonomia suficiente para definir a respeito de todas as decisões referentes à aplicação de recursos.

O que se percebe na administração de instituições hospitalares filantrópicas é o fato de que o Presidente de uma instituição desse tipo é o principal político interno, responsável pela articulação da instituição com a comunidade em geral; os médicos compreendem sobre os procedimentos de saúde que devem ser feitos para atender à população; porém cabe a administrador o conhecimento técnico a respeito do gerenciamento de recursos. Desta forma, para que a administração seja eficaz e a instituição não venha a acumular dívidas, o gestor administrativo deve ser sempre consultado e sua opinião deve exercer forte influência mesmo sobre as decisões que estiverem aquém de sua responsabilidade (BERNARDES et al., 2010).

Outro ponto importante que merece discussão é fato de que ainda existe uma influência de que o administrador de um hospital deve ser um médico, porque este profissional tem conhecimentos mais específicos na área de saúde. Bernardes et al (2010) destacam que esse tipo de visão é distorcido, uma vez que nem sempre o profissional em medicina compreende os aspectos técnicos que envolvem o processo de administração, assim, o profissional da administração seria mais indicado para assumir esses cargos, uma vez que tem as habilidades necessárias para implementar e analisar as diversas ferramentas disponíveis na área de gestão a fim de obter resultados mais positivos. Lisboa (2015) completa sobre esse aspecto que:

O Administrador Hospitalar chega a ser imprescindível ao eficiente funcionamento de um sistema hospitalar, principalmente porque os profissionais da área de saúde não são preparados para lidar com atividades e tarefas, tais como: a) ferramentas de suporte e de gestão; b) gestão da qualidade nos hospitais; c) instrumentos utilizados na prática diária da gestão da qualidade; d) a administração dos bens patrimoniais do hospital; e) patrimônio operacional; e) gestão de logística e de suprimentos na administração hospitalar; f) finanças e custos, administração financeira; g) planejamento estratégico, entre outras. (LISBOA, 2015, p. 3).

A presença do administrador em instituições hospitalares é importante uma vez que este profissional utilizará seus conhecimentos no campo da Administração para que sejam cumpridos todos os quesitos necessários para que o hospital usufrua da imunidade tributária e a isenção de contribuições sociais que representam uma economia tributária significativa (MENDES, 2011).

Mendes (2011) dá continuidade às suas discussões que além de oferecer um serviço de qualidade ao paciente, os hospitais filantrópicos devem ter como missão a ampliação do serviço oferecido aliada à manutenção de um bom desempenho contábil num equilíbrio entre receitas e os custos de manutenção dos serviços. Embora seja com características bem específicas para o setor, o profissional que atua na gestão de hospitais filantrópicos devem sempre dominar princípios econômicos de controle do capital além de técnicas administrativas. Todo o processo prima pela manutenção da vida.

Pode-se dizer que a formação gerencial do administrador conduz este profissional e melhor identificar seus problemas e limites entendendo a estrutura e a dinâmica das instituições de saúde, cujo bom funcionamento está diretamente ligado à competência de seus operadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As instituições filantrópicas são responsáveis pelo oferecimento de metade dos leitos hospitalares para a população que faz uso do SUS. Desta maneira, sua gestão eficaz é importante não somente por garantir a manutenção do serviço como sua ampliação.

Pode-se dizer, com base nas análises realizadas que os hospitais filantrópicos funcionam de forma eficiente a partir do momento em que há harmonia entre os poderes gerencial, político e médico que existem em seu interior. Esses três poderes devem trabalhar em conjunto para que a instituição atinja aos fins para os quais se destina na comunidade. A eficiência em gestão dentro de uma instituição filantrópica não diz respeito ao lucro, mas sim

à manutenção da organização por longos anos, assegurando qualidade e até mesmo a ampliação dos serviços oferecidos à comunidade. Embora exista a máxima segundo a qual “a saúde não tem preço”, mas a saúde tem custos. Desta forma, é preciso contar com profissionais com formação na área de administração a fim de definir estratégias para que os resultados obtidos sejam suficientes para atender aos custos do processo.

Entre os principais desafios encontrados na gestão de instituições filantrópicas está a ausência de profissionalização de seus gestores, o que gera desperdício de recursos existentes, além de uma dependência quase que exclusiva de recursos do SUS, o que faz com que essas instituições percam seu verdadeiro propósito e passem a se comportar como instituições públicas de saúde.

Embora o administrador não participe de forma direta dos serviços de saúde, ele deve ser informado de tudo o que acontece no interior do hospital e, a partir de seus conhecimentos sobre gestão de pessoas, gestão de materiais e finanças, atuar de forma a garantir a saúde financeira da instituição. O administrador, portanto, faz uso das diversas ferramentas da administração para avaliar os resultados obtidos e redirecionar ações visando maior retorno na aplicação de recursos.

Embora os estudos sobre o assunto ainda sejam escassos na literatura, acredita-se ser de fundamental importância que os cargos de gestão em hospitais filantrópicos sejam preenchidos por profissionais com formação em Administração de Empresas, a fim de, agregar máxima eficiência e eficácia à gestão dessas instituições para fazê-las cumprir seu papel.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, D. Hospitais filantrópicos precisam investir em gestão. **Gazeta do Povo**. 10 fev. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/hospitais-filantropicos-precisam-investir-em-gestao-diz-especialista-5gqbsa8x4k6tabbsasiwre6sw/>. Acesso em 29 abr. 2019.

BERNARDES, J. G.; CASTILHOS, J. T.; DORION, E.; CAMARGO, M. E. Gerenciamento de hospitais filantrópicos: confronto entre a técnica médica, o poder político e a administração hospitalar. **VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2010. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/237_Gerenciamento%20de%20Hospitais%20Filantropicos%20-%20SEGET.pdf. Acesso em 29 abr. 2019.

LIMA, S. M. L.; BARBOSA, P. R.; PORTELA, M. C.; UGÁ, M. A. D.; VASCONCELLOS, M. M.; GERSHMAN, S. Caracterização gerencial dos hospitais filantrópicos no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(5):1249-1261, set-out, 2004.

LISBOA, J. **Os desafios da gestão hospitalar**. 2015. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/os-desafios-da-gestao-hospitalar>. Acesso em 29 abr. 2016.

MENDES, K. G. L. **A Participação das Enfermeiras na Gestão de Custos em Organizações Hospitalares**. 2011. 150 f. Tese (Doutorado). Curso de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NEITSKE, A. C. A.; ZANIN, D. F.; GASPARELLO, G.; PACHECO, V. O desafio da gestão de custos hospitalares no terceiro setor: uma discussão a partir de uma associação hospitalar. **XXII Congresso Brasileiro de Custos** – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 nov. 2015.

OLAK, P. Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 225 p.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 587 p.

PAIM, J. Silva. **O que é o SUS?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

PINHEIRO FILHO, F. P. **Hospitais filantrópicos e sua relação com o sistema de saúde brasileiro: dependência e limites para a rede pública de serviços de saúde**. 2016. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2017/seppu/anais/pinheiro-filho.pdf>. Acesso em 29 abr. 2019.

GESTÃO EM QUALIDADE HOSPITALAR EM SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Mario Sergio Santa Fé da Cruz¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo final de mostrar a gestão em qualidade hospitalar em serviços de saúde pública no Brasil. À compreensão da qualidade é diagnosticado em um sistema de avaliação, nos diferentes níveis de saúde, um desafio constante realizado pelo gestor. Entre as décadas de 1980 e 1990 a qualidade passou por meios de comunicação, transformando empresas, com visão de necessidade de sustentabilidade. Os profissionais sofrem muitas influências diversas, onde contribui para mudanças no plano profissional e pessoal, a qual exige postura ativa, participativa e transformadora, fazendo com que afete diretamente as relações com as organizações e o modo de como fazê-las. A problematização do trabalho é mostrar como é a gestão em qualidade hospitalar em serviços de saúde pública no Brasil? O trabalho foi realizado com o tipo de pesquisa é de caráter exploratório, a qual tem a natureza que permite que se familiarize o pesquisador com o tema proposto que é a qualidade em serviços de saúde. A abordagem do trabalho e o problema foram realizados de forma qualitativa, a qual coleta dados de forma narrativas a introduzir no contexto do tema. Enquanto aos fins foram realizados avaliativos onde avaliou a qualidade em serviços de saúde através de levantamento de pesquisas bibliográficas nos bancos de dados LILACS, SCIELO e BIREME.

Palavras-chave: Qualidade. Gestão. Serviços de Saúde. Hospital Público.

ABSTRACT

The present work aims to show the management in hospital quality in public health services in Brazil. The understanding of quality is diagnosed in an evaluation system, at different health levels, a constant challenge performed by the manager. Between the 1980s and 1990s, quality went through means of communication, transforming companies, with a vision of need for sustainability. Professionals suffer many diverse influences, where they contribute to changes in the professional and personal level, which requires active, participative and transformative posture, causing it to directly affect relationships with organizations and how to do them. Is the problematization of work to show how is hospital quality management in public health services in Brazil? The work was carried out with the type of research is exploratory, which has the nature that allows the researcher to be familiar with the proposed theme of quality in health services. The approach of the work and the problem were carried out in a qualitative way, which collects narrative data to be introduced in the context of the theme. While at the end, evaluations were carried out where they evaluated the quality of health services through the survey of bibliographical research in lilacs, SCIELO and BIREME databases.

Keywords: Quality. Management. Health Services. Public Hospital.

¹INTEGRALIZE CORPORATION

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de um serviço de saúde deve ser moldada a partir das experiências de trabalho, onde as práticas de saúde só realizam por meio da ação humana, a qual é responsável pela organização do trabalho.

Segundo Ansuji; Zenckner; Godoy (2015) a compreensão da qualidade é diagnosticada em um sistema de avaliação, nos diferentes níveis de saúde, um desafio constante realizado pelo gestor. Entre as décadas de 1980 e 1990 a qualidade passou por meios de comunicação, transformando empresas, com visão de necessidade de sustentabilidade. Os profissionais sofrem muitas influências diversas, onde contribui para mudanças no plano profissional e pessoal, a qual exige postura ativa, participativa e transformadora, fazendo com que afete diretamente as relações com as organizações e o modo de como fazê-las.

A problematização do trabalho é mostrar como é a gestão em qualidade hospitalar em serviços de saúde pública no Brasil? O presente trabalho tem por objetivo final de mostrar a gestão em qualidade hospitalar em serviços de saúde pública no Brasil.

Feldman (2014) mostra que “A avaliação em saúde tem como pressuposto a avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das estruturas, processos e resultados relacionados ao risco, acesso e satisfação dos cidadãos frente aos serviços públicos de saúde na busca da resolubilidade e qualidade.” Para cada um dos prestadores é distribuída aleatoriamente a mesma quantidade de pacientes em condições diversas, mas sempre de modo equilibrado, de modo que um não tenha no início do estudo pacientes mais graves do que o outro.

O trabalho foi realizado com o tipo de pesquisa é de caráter exploratória, a qual tem a natureza que permite que se familiarize o pesquisador com o tema proposto que é a qualidade em serviços de saúde. A abordagem do trabalho e o problema foram realizados de forma qualitativa, a qual coleta dados de forma narrativas a introduzir no contexto do tema. Enquanto aos fins foram realizados avaliativos onde avaliou a qualidade em serviços de saúde através de levantamento de pesquisas bibliográficas nos bancos de dados LILACS, SCIELO e BIREME.

Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos que respondessem à questão da gestão de sistema de saúde, e os de exclusão foram: editoriais, artigos de revisão da literatura e artigos que não respondessem à questão da gestão de sistemas de saúde.

2 GESTÃO EM QUALIDADE HOSPITALAR EM SERVIÇO DE SAÚDE

Segundo Castellanos (2012) mostra que todo serviço deve ser avaliado, analisando as estruturas, os processos e os resultados dos serviços prestados. Já a satisfação dos pacientes em relação ao atendimento recebido deve ser sempre considerando um resultado.

A estrutura é toda a parte física sendo, os prédios, os equipamentos, prestação de serviços, recursos humanos e organizacionais. Os processos são exatamente como é organizado o trabalho, documentação, protocolos que são utilizados, diretrizes, rotinas e até como são realizados os procedimentos (FADEL; FILHO, 2016).

Já Malik e Teles (2015) mostra que os pacientes de alguns hospitais estão melhores que em outros quanto a qualidade no atendimento, de igual forma se evidencia isso ao se comparar o faturamento decorrente da prestação de serviços entre os hospitais.

Infelizmente para os pacientes do prestador que o faturamento não é preocupação, este receberá um retorno monetário maior, pois realizará mais procedimentos e procedimentos de valor mais alto para o reestabelecimento da saúde dos seus clientes como curativos agravado, cirurgias de amputação etc. Nessa situação descrita acima mostrou que para ilustrar como a atual condição da remuneração dos serviços de saúde premia os prestadores que fazem mais procedimentos e procedimentos mais complexos sem avaliar comparativamente os resultados alcançados do ponto de vista do paciente (URDAN, 2015).

Muitas queixas feitas pelos pacientes, pontualmente tratadas e os custos ou tabelas de preço são a matéria de discussão básica entre os contratantes do serviço e contratados. Matéria de discussão que não contribui para uma melhoria dos serviços prestados (URDAN, 2015)

Desta forma Malik; Teles (2015) mostra que no instrumento de avaliação passou a incluir os resultados alcançados em benefícios a saúde dos pacientes através de questionários. O SUS envia a seus clientes cartas onde mostram os atendimentos realizados se foram bem atendidos ou não.

Saúde da família traz muitas informações sobre resultados dos tratamentos ali realizados ou tratamentos em hospitais da rede pública. O ajuste dos riscos naturalmente leva a avaliação a ser feita por condições específicas de saúde e tratadas em cada prestador. Ou seja, qual prestador trata diabetes de maneira mais eficiente? Esse prestador de serviços de saúde pode não ser o mesmo que possui excelência para os tratamentos de pacientes com problemas cardíacos. (VUORI, 2015). Para Mezomo (2016) o controle da qualidade em saúde tem o objetivo a aderência dos indicadores de qualidade aos padrões definidos e corrigir erros,

o qual a qualidade decorre da avaliação, busca implementar medidas de melhorias, e prevenir problemas potenciais.

Dessa forma Porter; Teisberg (2017) mostra que o controle em qualidade em saúde deve centrar-se nas relações entre processo e resultados da prestação de cuidados de saúde, mas não deve ignorar aspectos relevantes da estrutura existente. E pode constituir-se sob a perspectiva da garantia de qualidade, ou da melhoria contínua de qualidade.

Segundo Bonato (2017) é um sistema de informações onde avalia a qualidade do atendimento médico hospitalar, em foco na análise de dados, aferição da adequação dos serviços com as normas protocoladas no ambiente. Dessa forma Castellanos (2012) mostra que a CCOS – (Comissão conjunta de Acreditação de Organização de Saúde), a qual foi implantada nos EUA, o local em que é implantado esse sistema é a APM.

Ansuji; Zenckner; Godoy (2015) diz que o ONA é uma organização sem fins lucrativos, tratando-se de pessoas jurídicas de direito privados, com interesses coletivos com atuação nacional. Dessa forma ANVISA (2014) mostra que o objetivo do MBAH é de avaliar de maneira contínua e certificada de qualidade. Sua missão é promover desenvolvimento de um processo de acreditação visando a aprimorar a qualidade da assistência no país. E sua visão é tornar o Sistema Brasileiro de Acreditação e a Organização Nacional de Acreditação até 2010, ser uma referência nacional e internacional, sabemos, entretanto, que de fato isso ocorreu quase uma década depois, em 31 de outubro de 2016 o ONA conquista certificação internacional da ISQua e somente em 11 de abril de 2018 foi aceita como membro do Conselho Internacional de Acreditação da ISQua. Rooney; Ostenberg (2015), relata que a MCQ – Melhoria contínua da qualidade tem cinco princípios que são:

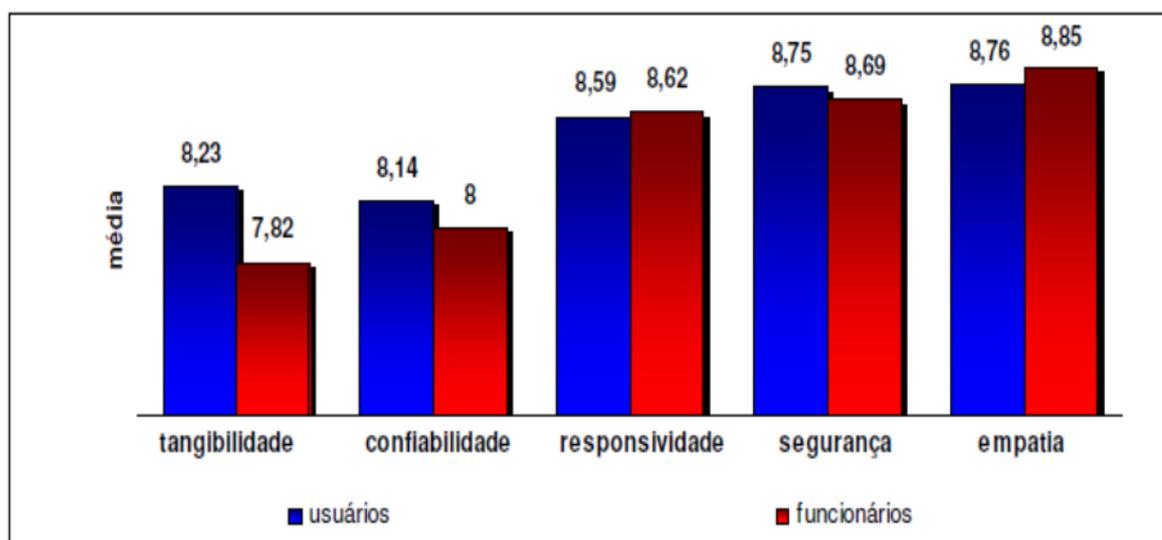
- Focar nos processos e sistema organizacional;
- Solucionar problemas em análise estatística;
- Grupos de trabalho que envolve profissionais com diversas atribuições;
- Fortalecimento do funcionário da organização no sentido de identificar o problema;
- Ênfase dos clientes e dos profissionais da organização.

Tajra (2018) mostra que o controle da qualidade envolve a seleção aleatória de produtos, casos ou situações observadas no sistema de produção de cuidados de saúde. E, assim, permite a identificação e a análise de problemas que acometem todo o sistema, a um custo factível. Dessa forma Urdan (2015) mostra que o conceito de qualidade mostra que existe um conjunto de atributos desejáveis, existem sete pilares da qualidade sendo eles:

- Eficácia;

- Efetividade;
- Otimização;
- Aceitabilidade;
- Legitimidade;
- Equidade.

Gráfico 1: As 5 dimensões da qualidade de acordo com a importância no sistema de serviço de saúde.



Fonte: LAS CASAS (2015)

Dessa forma Ansuji; Zenckner; Godoy (2015) diz que a efetividade serve a eficácia como um parâmetro para consideração do quanto os resultados observados se distanciam dos resultados esperados, são divididas em tópicos como, condições físicas de implementação, características dos profissionais de saúde envolvidos, grau de dificuldade para a adesão da população, como mostra a tabela abaixo.

Figura 1: Sete pilares da qualidade em sistema de serviços de saúde.



Fonte: (ANSUJ; ZENCKNER; GODOY, 2015).

Mas a qualidade tem três dimensões sendo a técnica que é a aplicação e atualização do conhecimento, a interpessoal é a que refere a relação estabelecendo entre o prestador de serviços e o paciente e a outra é a ambiental, que diz do conforto e bem-estar que deve ser oferecido ao cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de serviço de saúde no Brasil tem três dimensões sendo a técnica que é a aplicação e atualização do conhecimento, a interpessoal é a que refere à relação estabelecendo entre o prestador de serviços e o paciente e a outra é a ambiental, que diz do conforto e bem-estar que deve ser oferecido ao cliente.

A prestação de serviços de saúde realizada pelo poder público mantém em foco a própria existência do serviço, deixando sua qualidade relegada ao segundo plano. Nos últimos três anos e até os dias atuais é mostrado que “a “Qualidade em serviços de saúde” e como os diferentes Sistemas de Avaliação são praticados, qual a percepção dos diferentes atores sociais que participam nesse processo, nos diferentes níveis de ação em saúde, é um desafio constante a ser realizado pelo gestor”, esse desafio questionado pelo autor mostra exatamente o que passamos hoje, onde agradar o cliente é bem complicado, porém devemos dar o melhor cuidado, cuidando e com qualidade.

REFERÊNCIAS

ANSUJ, A. P.; ZENCKNER, C. L.; GODOY, L. P. Percepção da qualidade dos serviços de odontologia. In: encontro nacional de engenharia de produção, 25. **Anais...** Porto Alegre, 2015.

ANVISA. Acreditação: a busca pela qualidade nos serviços de saúde. **Rev. Saúde Pública.** 2014; n. 38, v. 2, p. 335-6.

AZEVEDO, A. C. de. Avaliação da prestação de serviços de saúde. **Rev. da Saúde Pública.** São Paulo, n. 25. 64-71, 2015.

BONATO, V. L. **Gestão em Saúde: Programas de Qualidade em Hospitais.** São Paulo: Ícone; 2015.

CASTELLANOS, P. L. **Comparação entre a satisfação do usuário com os serviços oferecidos num hospital geral e a percepção gerencial dessa satisfação.** 2012. 128 p. Dissertação (Mestrado) — EAESP/FGV, São Paulo.

FADEL, M. A. V.; FILHO, G. I. R. Percepção da qualidade em serviços públicos de saúde. Encontro nacional de engenharia de produção, 26, 2016, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: **ABEPRO**, 2014. p. 681- 693.

FELDMAN, L. B. **Como alcançar a qualidade nas instituições de saúde: critérios de avaliações, procedimentos de controle, gerenciamento de riscos hospitalares até a certificação.** São Paulo: Martinari, 2014. 250 p.

FORTES, M. T. R. **A acreditação no contexto dos sistemas de saúde: as propostas de política e suas diversas creditações.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2017. 146 p.

LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios e casos práticos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 206 p.

MALIK, A. M.; TELES, J. P. **Hospitais e programas de qualidade no estado de São Paulo.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 51-59, jul./ set. 2016.

MEZOMO, J. C. **Gestão da qualidade na saúde: princípios básicos.** São Paulo: Manole, 2015.

NEVES, M. A. B. Avaliação da qualidade da prestação de serviços de saúde: um enfoque baseado no valor para o paciente. Brasília: **Anais do III Congresso Consad de Gestão Pública**, 2014. 220 p.

PORTELA, M. C. **Avaliação da qualidade em saúde.** Porto Alegre: Bookman, 2014.

PORTER, M; TEISBERG, E. **Repensando a saúde: estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos.** Porto Alegre: Bookman, 2017.

RIGHI, A. W; SCHIMITD, A. S e VENTURINI, J. C. Qualidade em serviços públicos de saúde: uma avaliação da estratégia saúde da família. **Cad. Ciência e Tecnologia**, v. 3, p. 23-25. 2015.

ROONEY, A. L, OSTENBERG, P. R. Licenciamento, Acreditação e Certificação: abordagens à Qualidade dos Serviços de Saúde. **Center for Human Services**; 2015. p. 1-40.

TAJRA, S. F. **Gestão Estratégica na Saúde**: reflexões práticas para uma administração voltada para a excelência. 2. ed. São Paulo: Iátria; 2018. 248 p.

URDAN, A. T. A qualidade de serviços médicos na perspectiva do cliente. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 44-45, out./dez., 2015.

VUORI, H. **A qualidade da saúde**. **Cad. Ciência e Tecnologia**, v. 3, p. 17-24, 2015.

A EDUCAÇÃO E OS VALORES NO SÉCULO XXI

Paulo Meinerz¹

RESUMO

O tema que este estudo se propôs desenvolver foi a educação e os valores no século XXI. Sabe-se que a educação durante os séculos foi passada de formas diferentes. No século XXI a educação teve grande influência da tecnologia, assim, os currículos educacionais precisam se modificar para que o ensino-aprendizagem do aluno se tornasse significativo dentro desta perspectiva tecnológica. Com o advento da tecnologia também começou a se perder valores que antes eram empregados, fazendo com que o educador trouxesse a importância desses valores para o contexto escolar. Os valores sociais e sua implementação no ambiente escolar foram discutidos em termos de perspectivas tanto globais quanto nacionais, bem como os aspectos estruturais e funcionais foram elaborados neste estudo. Entender e explicar a natureza extremamente complexa dos valores em cenários nacionais e globais e racionalizá-los de maneira saudável é a condição mais importante para construir uma sociedade pacífica e o mundo. O objetivo deste estudo foi analisar a educação e os valores no século XXI. A metodologia usada foi a revisão de literatura. O estudo concluiu que a tecnologia tem várias possibilidades de auxiliar o ensino-aprendizagem no século XXI, mas é extremamente importante que o educador tenha capacidades de saber dosar o uso da tecnologia e mesmo que as informações sejam mutáveis a todo momento é essencial que os valores humanos sejam agregados no processo educacional.

Palavras-chave: Educação. Valores. Contemporâneo.

ABSTRACT

The theme that this study set out to develop was education and values in the 21st century. It is known that education over the centuries has been passed in different ways. In the 21st century, education had a great influence on technology, so educational curricula need to be modified so that the student's teaching-learning becomes significant within this technological perspective. With the advent of technology also began to lose values that were previously employed, causing the educator to bring the importance of these values to the school context. The social values and their implementation in the school environment were discussed in terms of both global and national perspectives, as well as the structural and functional aspects were elaborated in this study. Understanding and explaining the extremely complex nature of values in national and global settings and rationalizing them in a healthy way is the most important condition for building a peaceful society and the world. The purpose of this study was to analyze education and values in the 21st century. The methodology used was the literature review. The study concluded that technology has several possibilities to aid teaching-learning in the 21st century, but it is extremely important that the educator can know how to use technology and that even if information is always changeable, it is essential that the values in the educational process.

Keywords: Education. Values. Contemporary.

1 INTRODUÇÃO

O tema que este estudo irá desenvolver é “A educação e os valores nos séculos XXI”. Com a chegada do novo século a tecnologia foi ficando mais evidente e os valores foram se defasando. A tecnologia começou a dominar o meio educacional e os currículos começaram a ser modificados para atender as reais necessidades dos alunos no século XXI.

O objetivo da educação no século XXI é o domínio da informação, do conhecimento e da compreensão incorporados e do uso avançado da tecnologia na sociedade. Deve permitir que os alunos também dominem o processo de aprendizagem, se envolvam com seu currículo, possuam e direcionem seu aprendizado de maneira individual e flexível (AMARAL, 2009).

O objetivo da educação deve ser fornecer ambientes de aprendizagem complexos para o aluno, que incorporem aprendizado, avaliação e desenvolvimento pessoal autênticos. Isso permitirá que os alunos resolvam os tipos de problemas complexos que enfrentarão na vida real. Sem desconsiderar a natureza social da aprendizagem, uma tarefa ou tarefa de aprendizado que proporcionará negociação social, engajamento e aprendizado é uma ótima ferramenta (HENRIQUES, 2000).

A aprendizagem é um intercâmbio cultural entre os membros do grupo. A colaboração cria uma oportunidade para os alunos compartilharem seus entendimentos com os outros e fazer com que os outros façam o mesmo com eles. Isso fornece várias perspectivas para cada aluno e esse processo de negociação entre os pares para melhorar a compreensão (BONOTTO, 2008).

Além da dessas abordagens de ensino é necessário que o aluno se preocupe com o outro, construindo valores e princípios que compõem o ser humanos. Trazer questões humanísticas para a sala de aula, traz à tona valores que acabam sendo esquecidos.

Os valores agregam conhecimento, se o aluno recebe valores na construção do seu conhecimento, ele se tornará um cidadão crítico e com consciência para agir da melhor maneira com o outro.

Princípios éticos que envolvem a sociedade estão se perdendo por causa da velocidade de troca de informações, então este estudo tenta mostrar a importância que tais princípios têm na sociedade no XXI.

Em face disto este estudo se justifica por poder trazer informações pertinentes acerca da temática aqui proposta. Justifica-se também por mostrar a futuros profissionais da área que

os valores devem ser salientados e transmitidos aos alunos da nomeada geração Z. Por fim, este estudo se justifica por mostrar necessidade da evolução dos currículos educacionais.

O objetivo geral deste estudo é analisar a educação e os valores no século XXI. Para desenvolvimento da temática proposta foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) discorrer acerca do perfil do estudante do século XXI; e b) destacar os valores humanos deste século.

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo será adotada o método descritivo, com abordagem qualitativa. O estudo será realizado por meio de pesquisa de revisão bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2007) este tipo de pesquisa é definido como o levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia que já foi publicada sobre o tema, e possibilita que o pesquisador entre em contato com estes materiais e aprofunde os conhecimentos sobre o assunto.

A busca foi realizada em bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), monografias, dissertações, artigos científicos

Os critérios de inclusão dos estudos para o levantamento bibliográfico serão textos completos, na língua portuguesa, com acesso livre e gratuito nas bases de dados acima citadas. Os critérios de exclusão foram estudos que não atendam os objetivos do estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação no século XXI

O mundo está mudando e, para que as crianças sejam preparadas para este novo mundo, é preciso mudar a forma como elas são educadas. No século XXI, os educadores devem criar um currículo que ajude os alunos a se conectarem com o mundo e a entenderem as questões que nosso mundo enfrenta (AMARAL, 2009). Escolas no século 21 se tornarão centros nervosos, um lugar para professores e alunos se conectarem com aqueles que os rodeiam e sua comunidade. Os professores neste novo ambiente tornar-se-ão menos

instrutores e mais orquestradores de informação, dando às crianças a capacidade de transformar conhecimento em sabedoria (HENRIQUES, 2000).

Para educar no século 21, professores e administradores precisam cultivar e manter o interesse do aluno no material, mostrando como esse conhecimento se aplica ao mundo real.

Eles também devem tentar aumentar a curiosidade de seus alunos, o que os ajudará a se tornarem aprendentes por toda a vida. Em seguida, eles devem ser flexíveis com a forma como ensinam e dão aos alunos os recursos para continuar aprendendo fora da escola (BONOTTO, 2008). Há muitas habilidades que as crianças precisarão para ter sucesso no século XXI. Aqui estão algumas das mais importantes habilidades do século XXI (LEANDRO, 2006):

- Capacidade de colaborar, trabalhar em equipe;
- Habilidades de pensamento crítico;
- Habilidades de apresentação oral;
- Habilidades de comunicação escritas;
- Capacidade de usar tecnologia;
- Disposição para examinar questões cívicas e globais;
- Capacidade de conduzir pesquisas para aprender sobre questões e conceitos;
- Oportunidade de aprender sobre novas oportunidades de carreira.

Na sala de aula ideal do século XXI, as crianças estão animadas para ir à escola, e há pouco ou nenhum problema disciplinar, porque todos estão ansiosos para aprender. Neste tipo de atividades em sala de aula e lições estão relacionadas à comunidade, seja local ou global. Os alunos colaboram com pessoas de diferentes escolas e diferentes países para aprender sobre questões que afetam a todos nós, e sobre como podemos resolvê-los hoje e no futuro (CANASTRA, 2005).

O currículo na sala de aula é projetado para incorporar muitas habilidades e níveis de inteligência, e faz uso de tecnologia e multimídia. As lições não são baseadas em livros didáticos, em vez disso, são baseadas em projetos. Habilidades e conteúdo são aprendidos através de suas pesquisas e projetos, e os livros didáticos são fornecidos como um dos muitos recursos possíveis (VIEIRA, 2009).

Uma nova adição ao currículo do século XXI é o estudo da educação ecológica e questões ambientais. As crianças aprendem a consciência de seu mundo e especialistas reais, como cientistas e políticos, são trazidos para responder suas perguntas (CARNEIRO, 2009). Novas escolas no século XXI serão iluminadas e espaçosas, e as crianças terão espaço para

projetos em grupo e tarefas individuais. Serão pendurados muros com trabalhos de estudantes, e haverá lugares para os estudantes fazerem apresentações para seus pais e membros da comunidade. Os alunos têm acesso total à tecnologia e, se possível, todos os alunos terão um laptop (SILVA, 2007).

Dentro da escola haverá laboratórios e centros de aprendizado, assim como estúdios de arte, música, teatro e assim por diante. Cada sala de aula será equipada com uma televisão para que todos os alunos possam assistir a produções escolares e outras apresentações escolares (CARVALHO, 2013).

Embora possa levar algum tempo até que as escolas e os professores estejam preparados para educar adequadamente no século 21, uma vez que os resultados serão dramáticos. As crianças estarão engajadas e ansiosas para aprender (RICOTTA, 2006).

Na verdade, eles continuarão aprendendo em casa e durante as férias, e terão os recursos necessários para continuar aprendendo, não importa onde estejam. Esta capacidade de promover o amor à aprendizagem é verdadeiramente o papel da educação no século XXI (COSTA, 2011).

3.1.1 Estudantes Do Século XXI

Crescer com esse nível de tecnologia significa crescer com uma quantidade de informações completamente sem precedentes ao seu alcance. Há crianças que nunca ficaram a mais do que alguns segundos de distância das respostas às suas perguntas, com tudo apenas a uma rápida pesquisa de distância. Eles são capazes de ensinar a si mesmos sobre qualquer assunto no qual estejam interessados sem sair do quarto (PEREIRA, 2014).

A turma atual de alunos vem da Geração Z e da Geração Alfa. Essas duas gerações cresceram com tecnologia avançada como algo dado em suas casas e salas de aula. Eles são nativos digitais, tão à vontade usando aplicativos e código quanto seus avós estavam folheando as páginas (MARQUES, 2008).

As gerações Z e Alpha também são as mais conectadas internacionalmente na história. Eles encontram pessoas on-line de todo o mundo e podem facilmente fazer amigos do outro lado do planeta antes mesmo de saírem de seu estado natal (PIMENTAL, 2010).

As escolas e os pais também estão oferecendo cada vez mais às crianças e jovens a oportunidade de viajar, criando uma experiência de aprendizado verdadeiramente sem fronteiras (PIRES, 2007).

Os alunos de hoje são inteligentes, independentes e extremamente capazes. Eles são especializados em tecnologia e são confortáveis com comunicação global e intercultural. Pode-se esperar que as gerações futuras tenham ainda mais experiência nessas áreas (HENRIQUES, 2000).

3.2 Valores humanos para o século 21

O século XXI promete ser uma época de crescimento científico e tecnológico em um nível nunca experimentado na história humana. Esse crescimento provocará o caos, a ruptura, a guerra, a fome e a doença ou introduzirá um período de cooperação humanística, desenvolvimento, progresso e paz (LEANDRO, 2006).

O que surge dependerá de quais valores são adotados, ensinados, incentivados e legislados. As escolhas de valor, que devem ser deliberadamente escolhidas e não deixadas ao acaso, devem ser seculares, globais e familiares. Os valores aceitos devem ser adotados, ensinados, encorajados e apoiados internacionalmente, nacionalmente, localmente e pessoalmente (VIEIRA, 2009).

Neste estudo se representam algumas das escolhas de valor, os blocos de construção éticos, que permitirão a existência de um mundo de paz e harmonia - um mundo no qual a diversidade humana é respeitada e tolerada e, ao mesmo tempo, um mundo em que cada indivíduo será habilitado e incentivado a maximizar seu potencial, sem discriminação e em uma atmosfera de liberdade (SILVA, 2007).

Valores são ideias que guiam em ação. Neste eles são semelhantes aos planos, metas, medos, intenções, políticas, e assim por diante. Todas essas são ideias que nos guiam em ação (RICOTTA, 2006).

Entre essas ideias, os valores, por si só, dizem respeito à maneira de nossas ações, e não às consequências (como com planos, metas e medos) ou ao simples fato de seu desempenho (como com intenções e políticas) (PEREIRA, 2014). Há diversos tipos de valores, entre eles (PIRES, 2007):

- como pretende-se tratar as pessoas (honestamente, aberta, generosamente, sem misericórdia);
- como pretende-se agir de maneira mais geral (ousada, ponderada e cuidadosamente);
- como pretende-se abordar as coisas (com reverência, com leviandade);

- como pretende-se manter as coisas (simples, sensual, balançando, cheias de surpresa).

As ideias de orientação de ação de uma pessoa vêm de vários lugares. Mas há um lugar de onde os valores vêm de importância particular: alguns valores, chamados "valores pessoais", resultam de uma consideração pessoal sobre a melhor maneira de viver (seja com base em experiências pessoais ou em reflexões pessoais) (PIMENTAL, 2010).

Assim, os valores pessoais são feitos comprimindo a experiência vivida (ou imaginada) em alguma máxima concreta sobre o que funcionará para viver bem. Esta máxima é então usada para guiar a pessoa em vários tipos de situações (MARQUES, 2008).

Valores - como políticas, planos e metas - são heurísticas para nos ajudar a evitar um cálculo infinito a cada vez que desejamos agir. Em vez de calcular em cada conversa, a cada momento, o que revelar e o que ocultar, uma pessoa adota o valor geral de ser honesta, por padrão. Então, valores são uma forma de conhecimento sobre o que funciona em geral, otimizado para a improvisação da vida (COSTA, 2011).

3.2.1 Emoções

Os valores também são atualizados devido a novas informações, como quando a pessoa está exposta a consequências anteriormente desconhecidas de uma escolha. A experiência de ter uma emoção é a experiência de repriorização depois de reconhecer um novo valor (muitas vezes devido a novas informações) (CARVALHO, 2013).

3.2.2 Vida Social dos Valores

Embora seja principalmente subconsciente, os humanos estão sempre falando e expressando seus valores, e essa é a verdadeira base para a cooperação. O “contratualismo” está tentando cooperar com base em metas ou planos, e não em valores, e essa forma limitada de cooperação torna impossível improvisar (CARNEIRO, 2009).

Embora um pequeno número de valores tenha nomes ("liberdade", "igualdade", "honestidade", "generosidade"), a maioria deles não. Mas valores sem nomes geralmente podem ser referidos por frases (“honrar os mortos”, “construir a capacidade da equipe para lidar com problemas juntos”). Grande parte da conversa humana equivale a fazer a pergunta

“o que é importante em tal e tal situação?” E a responder com frases de valor desse tipo (CANASTRA, 2005).

A linguagem surgiu para comunicar valores. A linguagem não consegue acompanhar o progresso dos valores - há valores populares que são muito difíceis de expressar em palavras -, mas a linguagem tenta acompanhar de qualquer maneira (BONOTTO, 2008).

Quando as pessoas podem separar seus valores pessoais e compartilhá-las, outras pessoas não podem deixar de se interessar, mesmo quando são de culturas muito diferentes, porque os valores pessoais de uma pessoa são ideias sobre como viver bem e têm o potencial de ser útil todos nós (AMARAL, 2009).

O fio comum em tudo que as pessoas acham significativo: apreciação da natureza, o avanço da arte ou da ciência, a reorganização dos assuntos humanos, a participação em ritos comuns de paternidade, infância etc. - o fio comum em tudo isso é o reconhecimento pessoal valor e extensão da sabedoria. Uma "vida de significado" é simplesmente aquela em que os valores particulares são testados, estendidos e expressos (PEREIRA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a educação e os valores no século XXI. O mundo está mudando e, para que as crianças sejam preparadas para este novo mundo, é preciso mudar a forma como elas são educadas. No século XXI, os educadores devem criar um currículo que ajude os alunos a se conectarem com o mundo e a entenderem as questões que nosso mundo enfrenta.

De acordo com os dados analisados neste estudo foi possível observar que o currículo na sala de aula é projetado para incorporar muitas habilidades e níveis de inteligência, e faz uso de tecnologia e multimídia.

As lições não são baseadas em livros didáticos, em vez disso, são baseadas em projetos. Habilidades e conteúdo são aprendidos através de suas pesquisas e projetos, e os livros didáticos são fornecidos como um dos muitos recursos possíveis.

O século XXI promete ser uma época de crescimento científico e tecnológico em um nível nunca experimentado na história humana. Esse crescimento provocará o caos, a ruptura, a guerra, a fome e a doença ou introduzirá um período de cooperação humanística, desenvolvimento, progresso e paz. Com a realização deste estudo constatou-se os valores pessoais são feitos comprimindo a experiência vivida (ou imaginada) em alguma máxima

concreta sobre o que funcionará para viver bem. Esta máxima é então usada para guiar a pessoa em vários tipos de situações.

Com isso, destaca-se a importância da atualização constante dos professores e gestores das instituições escolares no século XXI para que a educação seja significativa na vida do aluno e este seja um cidadão com valores entranhados para com o próximo. Assim, este estudo conclui que a tecnologia tem várias possibilidades de auxiliar o ensino-aprendizagem no século XXI, mas é extremamente importante que o educador tenha capacidades de saber dosar o uso da tecnologia e mesmo que as informações sejam mutáveis a todo momento é essencial que os valores humanos sejam agregados no processo educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela oportunidade e generosidade de ser educador, a todos os alunos que me concedem o prazer e a alegria de ensinar, a todos os colegas professores que me horam com sua companhia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, P. **A gestão do conhecimento e a centralidade dos valores para a educação.** A Urgência de Educar para Valores: um contributo para a Literacia Social. Carvalho, L. X., iLIDH. 2009.

BONOTTO, D. Educação Ambiental e Educação em Valores em um programa de formação docente. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias.** n. 7, v. 2, p.313 – 336. 2008.

CANASTRA, F. **Educação em valor:** A emergência do sujeito ético? Uma abordagem narrativa da experiência ético-moral. Educação & Comunicação, (nº8, p.41-59). 2005.

CARNEIRO, R. **O Lugar dos Valores na Educação - Uma Aprendizagem Social.** In A Urgência de Educar para Valores: um contributo para a Literacia Social. Carvalho, L. X., iLIDH. 2009.

CARVALHO, L. X. **Literacia social** - Os valores como fundamento de competência. Dissertação de Doutoramento - Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal. 2013.

COSTA, A. **Educação dos valores:** A educação moral e religiosa católica entre a família e a escola. Dissertação de Mestrado - Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia. Braga, Portugal. 2011.

HENRIQUES, M. Perspectivas conceptuais da educação para a cidadania. **Primavera.** n. 93 – 2. Série, p. 35-52. 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEANDRO, M. Transformações da família na história do ocidente. **Theologica**, 2. série, 41, 1. Braga. 2006.

MARQUES, R. Educação do carácter: A metodologia dos 6 Es. In (ed. lit.) O Livro da Nova Educação do Carácter. p.36-41. **Prof Avaliação**. 2008.

PEREIRA, M. **Entre pais e filhos**: Um estudo intergeracional sobre valores. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. 2014.

PIMENTAL, M. P. **Família e Escola na Re/conquista dos valores**. Dissertação de Mestrado - Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal. 2010.

PIRES, M. **Os valores na família e na escola - Educar para a vida**. Coleção Educação e Desenvolvimento. Lisboa: Celta Editora. 2007.

RICOTTA, L. **Valores do Educador**: Uma ponte para a sociedade do futuro. São Paulo: Ágora. 2006.

SILVA, M. **Educação para valores na escola plural**: A educação moral e religiosa. Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro, Portugal. 2007.

VIEIRA, M. **Famílias de acolhimento**. Cuidar e proteger em tempo de dificuldade. Dissertação de Mestrado - Universidade de Aveiro, Portugal. 2009.